

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023

A COMPANHIA PARAIBANA DE GÁS - PBGÁS, Sociedade de Economia Mista, doravante denominada **PBGÁS**, com sede à Avenida Presidente Epitácio Pessoa, nº 4.756, bairro de Cabo Branco, na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, inscrita no CNPJ (MF), sob nº. 00.371.600/0001-66, por meio do **PREGOEIRO** e membros da equipe de apoio, designados pelo Diretor Presidente da Companhia por meio da **PORTARIA nº 031/2022**, publicada no Diário Oficial do Estado do dia 28/12/2022, torna público que fará realizar a seguinte Licitação:

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 003/2022

MODALIDADE: Pregão Eletrônico

Nº: 011/2023

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço (por Item)

CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

- **CONCORRÊNCIA: AMPLA CONCORRÊNCIA**
- **CONSÓRCIO: VEDADA A PARTICIPAÇÃO**

REGÊNCIA: Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, Decreto Estadual nº 24.649/03, Regulamento Interno de Licitações e Contratos da PBGÁS – RILC/PBGÁS, Lei nº 12.846/2013 de 1º de agosto de 2013, Lei Complementar nº 123 e posteriores alterações, de 14 de dezembro de 2006, Lei Estadual nº 9.335/11 e Lei nº 10.128/2013 (EMPREENDEDER), Lei Estadual 9.697/2012 (CAFIL), Lei Estadual nº 8.124/2006 alterada pela Lei nº 12.272/2014), Código de Ética da PBGÁS, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e demais disposições legais e regulamentares correlatas.

LOCAL E DATA LIMITE PARA RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO (HABILITAÇÃO E PROPOSTA):

Local (Site): Portal de Compras do Governo Federal –
www.comprasgovernamentais.gov.br

UASG: 925990

Data: **21/11/2023, ÀS 10h00min (horário de Brasília).**

ENCAMINHAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS: A PARTIR DA DIVULGAÇÃO DO EDITAL ATÉ AS **10h00min (horário de Brasília) DO DIA 21/11/2023.**

ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇOS: A PARTIR DAS **10h00min (horário de Brasília) DO DIA 21/11/2023.**

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço anteriormente estabelecido.

Para todas as referências de tempo contidas neste Edital será observado o horário de Brasília– DF.

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023

1 OBJETO, VALOR E FONTE DE RECURSOS

1.1 – Contratação de **Seguro de Responsabilidade Civil Por Práticas Trabalhistas (EPL – EMPLOYMENT PRACTICES LIABILITY)**, conforme condições, quantitativos e exigências contidas no **ANEXO 2 – Termo de Referência**.

1.2 – Os recursos financeiros necessários aos pagamentos da execução do objeto deste certame estão devidamente equacionados e assegurados especificamente no orçamento da **PBGÁS**, na seguinte classificação orçamentária:

- **2.2.3. Despesas com apólices de seguros (despesa administrativa)**

2 – EXAME E/OU OBTENÇÃO DO EDITAL

2.1 – Este Edital, com seus elementos constitutivos, será fornecido exclusivamente através de download, no site www.comprasgovernamentais.gov.br e <http://www.pbgas.com.br>. Informações sobre o edital podem ser obtidas nos dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 08h30min às 11h30min e das 14h30min às 17h30min (**horário local**), a partir da data da sua emissão, na sede da **PBGÁS**, situada no endereço mencionado no preâmbulo deste Edital.

2.2 – Após obtenção do Edital, o interessado deverá preencher o “*Comprovante de Retirada do Edital*” (**Anexo A**), e enviá-lo ao **PREGOEIRO**, por via postal, pelo fax (0**83) 3219-1766 ou pelo endereço de correio eletrônico pregao@pbgas.com.br, visando à comunicação aos interessados relativa aos pedidos de esclarecimentos e de outras situações que possam implicar, inclusive, aditamentos ao Edital.

2.3 – A falta de preenchimento do comprovante de retirada do Edital e do seu envio na forma estabelecida exime a **PBGÁS** da comunicação aos interessados de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

3 – DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

3.1 – O licitante é responsável pela verificação e identificação de todos os documentos que integram este Edital.

3.2 – Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar este edital, desde que encaminhada e protocolada diretamente na **PBGÁS**, conforme tabela a seguir, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço eletrônico indicado no edital, informando o número da licitação:

Providências	Prazo	Data de abertura	Data Limite
Impugnação do edital	03 (três) dias úteis	21/11/2023	16/11/2023
Esclarecimentos	03 (três) dias úteis	21/11/2023	16/11/2023

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023

3.3 – Caberá ao **PREGOEIRO** decidir sobre pedidos de impugnações e esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento da petição.

3.4 – Acolhida a petição contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, caso a resposta afete a formulação da proposta. Do contrário, permanecerá a mesma data.

3.5 – Os esclarecimentos prestados a qualquer dos licitantes pelo **PREGOEIRO** serão disponibilizados aos demais licitantes, em meio eletrônico e via Sistema, através dos endereços eletrônicos indicados no item 2.1 deste Edital, ficando os licitantes responsáveis por acompanhar as informações prestadas.

3.6 – A não apresentação de solicitação de esclarecimentos implicará na tácita aceitação dos elementos fornecidos, pressupondo-se que os documentos fornecidos são suficientemente claros e precisos para permitir a apresentação das propostas e dos documentos de habilitação, não cabendo, em nenhuma hipótese, direito a qualquer reivindicação posterior com base em alegações de imperfeições, omissões ou falhas nos referidos elementos.

3.7 – No caso de eventual divergência entre o presente Edital e seus anexos, prevalecerão as disposições do Edital.

3.8 – Quaisquer esclarecimentos ou informações prestadas **verbalmente** não serão considerados como argumento para impugnações, reclamações ou reivindicações por parte dos licitantes.

4 – CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1 – Poderão participar da presente Licitação as empresas brasileiras ou estrangeiras em funcionamento no país, legalmente constituídas e estabelecidas, que atendam às condições exigidas neste Edital.

4.2 – É vedada a participação na Licitação, individualmente de empresas coligadas, controladas, controladoras ou, direta ou indiretamente, sob controle comum. Igualmente é vedada a participação de empresas que, na data de sua abertura, apresentem quaisquer das seguintes situações, conforme **Art. 38 da Lei 13.303/16**:

I) Cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do Capital Social seja diretor ou empregado da **PBGÁS**;

II) Suspensa pela **PBGÁS**;

III) Tenha sido declarada inidônea ou impedida de contratar pela União ou pelo Estado da Paraíba, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

IV) Constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea, na forma dos incisos II e III anteriores;

V) Cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, na forma dos incisos II e III anteriores;

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023

VI) Constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, na forma dos incisos II e III anteriores, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

VII) Cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, na forma dos incisos II e III anteriores, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

VIII) Que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea, na forma dos incisos II e III anteriores, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

4.3 – Aplicam-se as vedações previstas no item 4.2:

I) À contratação do próprio empregado ou dirigente da **PBGÁS**, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de Licitante;

II) A quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

a) Dirigente da **PBGÁS**;

b) Empregado da **PBGÁS** cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela Licitação ou contratação; ou,

c) Autoridade do Estado da Paraíba, assim entendido aqueles que exercem cargos políticos, bem como secretários de estado, diretores, superintendentes ou presidentes de órgãos ou entidades da administração pública, direta e indireta, do Estado da Paraíba;

III - Cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a **PBGÁS** há menos de 6 (seis) meses.

4.4 – A participação na presente Licitação implica e fará prova de que o licitante:

I) Conhece e concorda com todas as especificações e condições do Edital e seus anexos, com aceitação integral e irretratável de todos os seus termos, cláusulas e condições, submetendo-se às condições nele estabelecidas;

II) Não tem dúvidas sobre quaisquer documentos que compõem o Edital, não podendo reivindicar posterior desconhecimento ou falta de recebimento de quaisquer das partes que o integram;

III) Tem conhecimento da Lei nº 12.846/2013, de 1º de agosto de 2013, comprometendo-se em não praticar qualquer dos atos lesivos à Administração Pública elencados no Art. 5º, seus incisos e alíneas, seja durante o certame licitatório, seja no decorrer da execução do Contrato. Declara, ainda, para os devidos fins, estar ciente das penalidades previstas na referida legislação, além daquelas cominadas na Lei nº 13.303/16 outras normas de licitações e contratos da Administração Pública; e,

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023

IV) Considerou que o Edital e seus anexos referentes a esta Licitação permitiram a elaboração de uma proposta totalmente satisfatória.

5 – REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO

5.1 – Os licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor do sistema eletrônico. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

5.2 – O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br

5.3 – O credenciamento do licitante ou de seu representante legal junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão eletrônico.

5.4 – É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à **PBGÁS** a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.5 – A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

6 – VISITA AOS LOCAIS DOS SERVICOS (NÃO SE APLICA)

7. ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 – Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

7.2 – O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3 – Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

7.4 – As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

7.5 – Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023

negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.6 – Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

7.7 – Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta;

7.8 – Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances;

7.9 - Os preços propostos deverão ser informados considerando todos os custos, impostos, fretes, seguros e taxas e quaisquer outros encargos que incidam sobre o objeto licitado;

7.10 - O quantitativo constante da página do Portal de Compras Governamentais é a mesma referente aos itens listados no Anexo 2 – Termo de Referência do Edital. Cabe ressaltar que em caso de dúvida e/ou divergência em função de transferência de dados para o sistema do “Comprasnet”, PREVALECERÁ A QUANTIDADE E DESCRIÇÃO constante na página principal do Site.

Problemas com conexão e / ou dúvidas sobre o site:

www.comprasgovernamentais.gov.br.

8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

8.1 – As propostas de preços serão remetidas exclusivamente por meio eletrônico, via Internet, devendo estar acompanhadas das seguintes informações, a serem inseridas no sistema eletrônico:

8.1.1 – Declaração que a empresa se enquadra na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte (ver **ANEXO S – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ME / EPP**), se for o caso. A ausência desta declaração implicará pena de preclusão do direito de preferência de contratação.

8.1.2 – Prazo de entrega;

8.1.3 – Detalhamento das especificações do serviço a ser prestado.

8.1.4 – O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

8.2 – A proposta de preços deverá ser encaminhada ao sistema, sem identificação, com as seguintes exigências:

a) Valor unitário ou total do item, apresentados obrigatoriamente em REAIS (R\$) e com duas casas decimais.

b) Marca;

c) Fabricante;

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023

d) Demais descrições complementares exigidas no **Anexo 2 - Termo de Referência** em anexo.

8.3 – Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o CONTRATADO.

8.4 – Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

8.5 – Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.6 – O licitante deverá responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros

9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1 – A partir das **10h00min do dia 21/11/2023** terá início à **sessão pública** do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 011/2023**, com a divulgação dos valores das propostas de preços recebidas e início da etapa de lances, não havendo neste momento a identificação dos participantes, o que só ocorrerá após o encerramento desta etapa, conforme as regras estabelecidas neste edital e de acordo com as normas vigentes.

9.2 – O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

9.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

9.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.3 – O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.4 – O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

9.5 – Iniciada a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023

9.5.1 - O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

9.6 – Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado para abertura da sessão, conforme previsto no item 9.1, e as regras estabelecidas neste Edital.

9.7 – O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.8 – O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta **deverá ser de 0,5% (zero vírgula cinco por cento)**.

9.9 – Caso o licitante não realize lances, permanecerá o valor da última proposta eletrônica para efeito da classificação final.

9.10 – Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.11 – Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes poderão acompanhar, em tempo real, todas as mensagens trocadas no “chat” do sistema, conhecer o valor e horário do menor lance registrado, não sendo identificado o licitante detentor do lance.

9.12 – No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retomando o pregoeiro, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

9.13 – Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.14 – Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“ABERTO”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.15 – A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.16 – A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.17 – Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

9.18 – Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023

10 - JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

10.1 – O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO (por Item)**.

10.2 – Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance vencedor, para que possa ser obtida melhor proposta, ou decidir sobre sua aceitabilidade.

10.3 – Caso as propostas apresentadas por microempresas e empresas de pequeno porte estejam empatadas ou dentro dos limites estabelecidos no Art. 44, §2º da Lei Complementar nº 147/2014, será assegurada preferência de contratação.

10.3.1 – Esgotada a possibilidade da apresentação de lance mais vantajoso e constatado o empate ficto de preços da proposta vencedora com a microempresa ou empresas de pequeno porte, o Pregoeiro enviará aviso aos licitantes, por meio do chat de mensagens, para proceder ao desempate observando os seguintes procedimentos:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela detentora do melhor lance ou valor negociado, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;

b) não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocados os licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do parágrafo § 2º, art. 44 da Lei Complementar 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no parágrafo § 2º, arts. 44 e 45 da Lei Complementar 123/2006, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

d) A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

e) Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

f) na hipótese de envio de nova proposta sem convocação do licitante pelo **PREGOEIRO**, esta não será acolhida, ficando a autora sujeita às penalidades previstas no Edital;

g) na hipótese da não contratação de microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme previstos no item 10.3.1, o objeto será adjudicado em

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023

favor da proposta originalmente vencedora do certame, desde que atendidas as exigências de habilitação;

h) o disposto no art. 45 da Lei complementar 123/2006 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

10.4 – Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

10.4.1 – A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.4.2 – O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, **no prazo de até 02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

10.5 – Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10.6 – Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

10.7 – Caso não haja lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado da contratação.

10.8 – Havendo apenas uma oferta, essa poderá ser aceita, desde que atenda a todos os termos do Edital e seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação.

10.9 – Se as propostas ou os lances de menor valor não forem aceitáveis, ou se o(s) licitante(s) desatender(em) às exigências de habilitação, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda este Edital.

10.10 – Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao valor estimado fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

10.10.1 – Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

10.11 – Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023

10.12 – Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

10.13 – O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da convocação, sob pena de não aceitação da proposta.

10.13.1 – O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

10.13.2 – Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

11 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

11.1 – Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

11.1.1 – SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores;

11.1.2 – CAFIL/PB - Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual;

11.1.3 – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

11.1.4 – A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.1.5 – Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro inabilitará o licitante, por falta de condição de participação.

11.2 – O Pregoeiro, então, consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF em relação aos documentos de habilitação solicitados nesse Edital.

11.2.1 – Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023

11.2.2 – Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 2 (duas) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, conforme dispõe o art. 43, § 1º da LC nº 147, de 2014.

11.2.3 – É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

11.3 – Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento necessário, deverão apresentar a seguinte documentação destinada a verificar a capacidade jurídica do licitante de adquirir direitos e obrigações:

11.3.1 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

11.3.1.1 – Registro na Junta Comercial do domicílio ou sede do licitante, no caso de empresário;

11.3.1.2 – Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, e respectivas alterações se houver, devidamente (s) registrado(s) na Junta Comercial do domicílio ou sede do licitante, em se tratando de sociedades empresárias. No caso de sociedades por ações e demais sociedades empresárias que elejam seus administradores em atos apartados, deverá ser apresentada cópia da ata de reunião ou assembléia em que se deu a eleição, devidamente registrada na Junta Comercial do domicílio ou sede do licitante.

11.3.1.3 – Inscrição do ato constitutivo no registro competente, no caso de sociedades não empresárias, acompanhado de prova de investidura ou nomeação da diretoria em exercício.

11.3.1.3.1 – As provas de que tratam os subitens 11.3.1.1 e 11.3.1.2 poderão ser feitas mediante apresentação de certidão simplificada expedida pela Junta Comercial. No caso de sociedades não empresárias (11.3.1.3.), por certidão em breve relato, expedido pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

11.3.1.3.2 – No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, deverá ser apresentado decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

11.3.3 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.3.3.1 – Comprovação de prestação de serviço compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em nome da empresa licitante.

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023

11.3.3.2 Prova de regularidade técnica junto ao Órgão Regulamentador e Fiscalizador do Mercado Segurador Brasileiro (SUSEP – Superintendência de Seguros Privados), mediante a apresentação da respectiva certidão negativa emitida por este órgão.

11.3.3.3 – A **PBGÁS** se reserva o direito de promover diligências, a fim de comprovar informações quanto ao atendimento das exigências dispostas na Qualificação Técnica.

11.3.4 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

11.3.4.1 – Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira do licitante, conforme disposto no **Anexo G – “Qualificação Econômico-Financeira”**, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados pelo IGPM, “pro rata tempore”, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta apresentados na forma a seguir, conforme o caso:

a) Sociedades Empresárias: Acompanhado de cópia dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário, autenticado pela Junta Comercial do domicílio ou sede do licitante.

b) Sociedade por Ações: Publicação no Diário Oficial da União ou do Estado ou do Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a sede do licitante, e em jornal de grande circulação, editado na localidade em que está situada a sede do licitante, conforme o caput do art. 289 e o parágrafo 5º da Lei nº 6.404/76 e comprovação de autenticação pelo Órgão do Registro do Comércio do domicílio ou sede do licitante;

c) Sociedades Simples: Acompanhado de cópia dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário, registrado no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

d) Cópia do(s) Termo(s) de Autenticação, Termo de Abertura, Termo de Encerramento e das Demonstrações Contábeis transcritas do Livro Diário entregue via Sistema Público de Escrituração Digital - SPED. Enquanto o Livro Diário estiver pendente de autenticação na repartição competente, será admitida a apresentação do Recibo(s) de Entrega de Livro Digital em substituição ao Termo(s) de Autenticação.

11.3.4.2 – As empresas com menos de 01 (um) ano de existência, que ainda não tenham balanço de final de exercício, deverão apresentar Demonstrações Contábeis envolvendo seus direitos, obrigações e patrimônio líquido relativos ao período de sua existência, obedecidos os aspectos legais e formais de sua elaboração.

NOTA 1: Compreende-se como Demonstrações Contábeis exigíveis, no mínimo, os seguintes documentos: Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício. Em sendo companhia aberta, inclui-se a Demonstração do Valor Adicionado.

Observação: Conforme o § 6º do artigo 176 da Lei 6.404/76, a companhia fechada com patrimônio líquido, na data do balanço, inferior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) não será obrigada à elaboração e

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023

publicação da demonstração dos fluxos de caixa (Redação dada pela Lei nº 11.638, de 2007).

NOTA 2: O prazo para aprovação do balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis para fins de cumprimento do art. 58, III, da Lei 13.303/16 é o estabelecido no art. 1.078 do Código Civil, portanto, até o quarto mês seguinte ao término do exercício social (30 de abril). Desse modo, ocorrendo a sessão de abertura de propostas em data posterior a este limite, torna-se exigível, para fins de qualificação econômico-financeira, a apresentação dos documentos contábeis referentes ao exercício imediatamente anterior, mesmo para as empresas obrigadas a adotar o SPED.

11.3.4.3 – No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

11.3.4.4 – Certidão Negativa de falência e recuperação judicial, emitida pelo Cartório distribuidor da sede do licitante, com data de expedição inferior a 90 (noventa) dias, da data de apresentação dos Documentos de Habilitação e das Propostas, caso no documento não conste o prazo de validade.

11.3.4.4.1 – Empresas em recuperação judicial poderão participar da presente Licitação, desde que, para tanto, comprovem mediante a apresentação de certidão judicial específica, o seu regular cumprimento.

11.3.4.5 – As empresas que apresentarem resultado igual ou menor do que 1 (um) em qualquer dos índices referidos no item 11.3.4.1 e **Anexo G** deverão apresentar comprovação que possui patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor máximo para a presente contratação.

11.3.4.6 – Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

11.3.4.7 – Prova de regularidade de situação relativa à Seguridade Social, demonstrando o cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de negativa, relativa às contribuições previdenciárias e às de terceiros, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

11.3.4.8 – Prova de regularidade de situação relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando o cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, mediante apresentação de Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal (CEF); e,

11.3.4.9 – As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

11.3.4.10 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da **PBGÁS**, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023

11.3.4.11 – A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nos arts. 82 a 84 da Lei nº 13.303/16, sendo facultado à **PBGÁS** convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

11.3.5 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À LEGISLAÇÃO DO MENOR

11.3.5.1 - Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, em atendimento ao disposto no Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal. Esta “*Declaração Sobre Uso de Mão de Obra Infantil*” (ver modelo no **Anexo I**) deverá estar contida no envelope de habilitação.

11.3.6 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À LEGISLAÇÃO ANTI-NEPOTISMO

11.3.6.1 - Declaração de que não há dentre os sócios da empresa licitante, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou por afinidade, até o terceiro grau, dos agentes públicos e políticos definidos no inciso I da Lei Estadual nº 8.124/06, a seguir descritos: Governador do Estado, Vice-Governador do Estado e dos servidores investidos em cargos de Secretário de Estado, Secretário Executivo ou equivalentes a estes, Gerências de Áreas Instrumentais e Gerências Executivas e Regionais de Áreas Finalísticas, além dos ocupantes de cargos de Direção superior, Diretoria de Sociedades de Economia Mista e de Gerências Executivas e Regionais ou equivalentes da Administração Indireta, inclusive de Sociedades de Economia Mista, em atendimento ao disposto no art.1º, inc.III c/c art. 2º, § Único, da Lei Estadual nº 8.124/06, alterada pela Lei Estadual nº 10.272/14. Esta “*Declaração Negativa de Relação Familiar ou de Parentesco*” (ver modelo no **Anexo V**) deverá estar contida nos documentos de habilitação.

11.3.7 – DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E ACESSIBILIDADE

11.3.7.1 - Declaração de que atende à RESERVA DE CARGOS, prevista no art. 38 da Lei nº 13.146/2015, bem como garante todas as CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE, em cumprimento ao disposto na Lei nº 10.098/2000 e no Decreto Federal nº 5.296/2004.. Esta “*Declaração relativa à Reserva de Cargos para Pessoa com Deficiência e Acessibilidade*” (ver modelo no **Anexo X**) deverá estar contida nos documentos de habilitação.

11.3.8 – DA HABILITAÇÃO PARA CONSÓRCIO (NÃO APLICÁVEL)

11.3.9 – DISPOSIÇÕES GERAIS DE HABILITAÇÃO

11.3.9.1 - Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (*upload*), concomitantemente com o envio da proposta de preços, no sistema eletrônico. Posteriormente, os documentos serão

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023

remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferidos com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de 3 (três) dias úteis, a partir da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico.

Documentos obtidos por meio de acesso à *Internet* poderão ser apresentados em impressos, devendo o **PREGOEIRO** verificar sua autenticidade e validade na página da *website* do órgão emissor. Ocorrendo discrepância entre a consulta efetuada e os documentos apresentados, prevalecerá a consulta.

11.3.9.2 – O licitante é responsável pelas informações prestadas, sendo motivo de inabilitação a constatação de informações falsas ou que não reflitam a realidade dos fatos e, ainda, quando o **PREGOEIRO** venha a tomar conhecimento de fato anterior ou posterior à abertura deste Pregão Eletrônico que desabone a idoneidade do licitante, ou qualquer outro que contrarie as disposições contidas neste Edital.

11.3.9.3 – A validade das certidões relativas à comprovação da Qualificação Econômico-Financeira corresponderá ao prazo fixado nos próprios documentos. Caso as mesmas não contenham expressamente o prazo de validade, fica estabelecido o prazo de 90 (noventa) dias contados da data de sua expedição, ressalvada a hipótese de o licitante comprovar que o documento tem prazo de validade superior ou inferior, mediante juntada de norma legal pertinente.

11.3.9.4 – Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos, bem como não serão recebidos documentos e propostas enviados por fax ou correio eletrônico.

11.3.9.5 – O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

12 - RECURSOS

12.1 – Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata (dentro do tempo estabelecido pelo sistema) e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de apresentar recurso;

12.2 – Os procedimentos para interposição de recurso, compreendida a manifestação prévia do licitante, durante a sessão pública, o encaminhamento de memorial e de eventuais contrarrazões pelos demais licitantes, serão realizados exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em formulários próprios, sendo concedido o prazo de três dias para apresentar as razões de recurso e os mesmos três dias para a apresentação das contrarrazões pelos demais licitantes, se for de seu interesse

12.3 – O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

12.4 – No caso de interposição de recurso, o Pregoeiro poderá:

12.4.1 – Rever sua decisão fundamentadamente;

12.4.2 – Prestar informações e submeter o assunto à decisão da autoridade superior, que poderá dar ou negar provimento ao recurso.

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023

12.4.3 – O acolhimento do recurso importará a invalidação, quando for o caso, apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.5 – A falta de manifestação imediata e motivada dos licitantes durante a realização da sessão importará na decadência do direito de interpor recurso e na adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro à vencedora.

12.6 – Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto ao licitante vencedor e a homologação da licitação.

12.7 – Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

13 – ADJUDICAÇÃO

13.1 – Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, ao(s) licitante(s) declarado(s) vencedor(es) será adjudicado, pelo **PREGOEIRO**, o objeto da licitação. Em seguida, os autos serão encaminhados à autoridade competente para homologação da licitação, caso não haja interposição de recurso.

13.2 – O licitante adjudicatário deverá encaminhar a nova proposta de preços adequada ao valor dos lances ofertados no prazo indicado no subitem 10.4.2 deste edital.

13.3 – Após o pregoeiro declarar o(s) licitante(s) vencedor(es), os documentos serão colocados à disposição para exame dos participantes que assim o desejarem.

13.4 – No caso de interposição de recurso(s) pelo(s) licitante(s), após a decisão do(s) mesmo(s), a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

14 – HOMOLOGAÇÃO

14.1 – A homologação em favor do licitante adjudicatário será feita pela autoridade competente da **PBGÁS**, após o recebimento do processo concluído pelo **PREGOEIRO** e sua equipe de apoio e as obrigações daí decorrentes constarão de contrato a ser firmado com o licitante vencedor.

15 – OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DOS LICITANTES

O licitante é responsável:

15.1 – Pelo credenciamento junto ao órgão provedor do sistema por intermédio do site www.comprasgovernamentais.gov.br.

15.2 – Pelo acompanhamento das operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

15.3 – Pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;

15.4 – Pela manutenção do compromisso de executar o objeto deste Edital nas condições estabelecidas no prazo de validade da proposta, caso vencedor da licitação;

15.5 – Pelo cumprimento dos prazos e demais exigências deste Edital;

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023

15.6 – Pela leitura de todas as condições estabelecidas neste edital e seus anexos, inclusive, da minuta do contrato a ser assinada, não sendo admitida alegação posterior de desconhecimento;

15.7 – Pela não utilização ou divulgação de quaisquer informações sigilosas às quais tenha acesso em virtude deste Pregão.

16 – DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 – Fica assegurado à autoridade competente da **PBGÁS** o direito de, no interesse da Administração Pública, tomar as seguintes providências:

- a) Revogar esta Licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, total ou parcialmente, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito, devidamente fundamentado;
- b) Alterar as condições deste Edital, devendo, se estas afetarem a formulação da Proposta, proceder à nova divulgação, reabrindo o prazo inicialmente estabelecido para apresentação das propostas; ou,
- c) Adiar justificadamente, a data de abertura do certame, promovendo, em consequência, a divulgação da nova data.

16.2 – Simples omissões puramente formais, sanáveis ou desprezíveis observadas na documentação ou nas propostas poderão ser relevadas, desde que não contrariem a legislação vigente, não comprometam a lisura da Licitação, e que não causem prejuízos à **PBGÁS** e aos licitantes, a juízo do **PREGOEIRO**.

16.3 – O **PREGOEIRO** ou Autoridade Superior poderá, em qualquer fase desta Licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentação ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

16.4 – A **PBGÁS** não se responsabilizará, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros decorrentes de tributos indevidamente recolhidos ou erroneamente calculados por parte do licitante contratado.

16.5 - Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos após a data de entrega dos documentos de habilitação e das propostas, cuja base de cálculo seja o preço proposto, implicarão na revisão dos preços, em igual medida, para maior ou para menor, conforme o caso.

16.6 – Durante a vigência do Contrato, caso a **PBGÁS** venha a se beneficiar da isenção de impostos, deverá informar o **CONTRATADO**, para que o mesmo possa cumprir todas as obrigações acessórias atinentes à isenção.

16.7 – O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da Licitação. Na hipótese de se constatar a imprecisão ou falsidade das informações e/ou dos documentos apresentados pelo licitante, poderá a **PBGÁS**, a qualquer tempo, desclassificá-lo ou rescindir o Contrato subscrito.

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023

16.8 – Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início, e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

16.8.1. Só se iniciam e vencem os prazos acima referidos em dia de expediente normal na **PBGÁS**.

16.9 – Os casos omissos serão resolvidos pelo **PREGOEIRO**.

16.10 – O presente Edital e seus anexos, bem como a proposta do licitante vencedor, farão parte integrante do Contrato, independentemente de sua transcrição.

16.11 – Fica vedado ao licitante o uso de LOGO, SÍMBOLO ou qualquer outro tipo de SINAL ou MARCA de propriedade da **PBGÁS**, em seus documentos de habilitação, nas suas propostas e em qualquer tipo de documentação técnica ou de preço. A infringência a esta determinação sujeitará o licitante às sanções impostas pela Lei 9.279 de 14.05.1996 (Lei de Propriedade Industrial).

16.12 – Por ocasião do pagamento, e de acordo com os termos do inciso II, do art. 7º, da Lei nº 10.128/2013, será retido 1,6% (um vírgula seis por cento) das empresas de médio porte ou superior e 1% (um por cento) das empresas de pequeno porte, em favor do Fundo Estadual de Apoio ao Empreendedorismo – Fundo Empreender PB, do Governo do Estado da Paraíba, incidente sobre o valor constante da nota fiscal, fatura ou recibo emitido pelo licitante **CONTRATADO**.

17 – ASSINATURA DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

17.1 – Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado o contrato ou emitido instrumento equivalente.

17.2 – A **PBGÁS** convocará o licitante vencedor conforme estabelecido no Artigo 75 da Lei 13.303/16 para assinar o contrato ou instrumento equivalente num prazo de até 10 (dez) dias úteis contados a partir do recebimento da referida convocação e limitado a 60 (sessenta) dias da data limite para entrega das propostas, salvo eventual prorrogação da validade da proposta ou da convocação, ajustada com o licitante sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das demais cominações legais.

17.2.1 – Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o licitante vencedor ficará responsável pela substituição dos documentos citados nos subitens 11.3.4.4, 11.3.4.7 e 11.3.4.8 do presente Edital, caso a validade de qualquer um destes documentos tenha expirado.

17.3 – A não assinatura do contrato ou instrumento equivalente por desistência do licitante vencedor ou por motivo a ele atribuível, importará na aplicação de sanções, tanto no âmbito da **PBGÁS**, como as legais cabíveis.

17.3.1 – Presume-se a desistência do licitante de celebrar o contrato ou instrumento equivalente quando, esgotado o prazo estipulado no item 17.2, não tenha ocorrido a aposição de assinaturas de seus representantes legais, servindo tal desistência como justificativa suficiente para o cancelamento da adjudicação.

17.4 – O licitante em vias de ser julgado vencedor ou já vencedor do presente certame licitatório, ou já convidado a assinar o contrato ou instrumento equivalente com a **PBGÁS**,

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023

perderá sua condição para assinar o aludido Contrato caso seja declarado devedor com o INSS ou o FGTS. Neste caso, a PBGÁS poderá revogar este Edital ou chamar o licitante imediatamente melhor classificado, com ele celebrando o contrato ou instrumento equivalente, desde que aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor.

17.5 – Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o licitante vencedor deverá confirmar, ou se for o caso, informar novamente o n.º da conta do Banco, onde serão depositados os pagamentos referentes ao aludido Contrato.

18 – PENALIDADES

18.1 – Conforme Cláusula Décima da Minuta de Contrato anexa ao presente Edital.

19 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

19.1 – Conforme Cláusula Quinta da Minuta de Contrato anexa ao presente Edital.

20 – ANEXOS AO EDITAL

20.1 – Os documentos relacionados a seguir são parte integrante deste Edital, como Anexos:

ANEXO A – COMPROVANTE DE RETIRADA DO EDITAL;

ANEXO G – MODELO DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRO;

ANEXO I – MODELO DE DECLARAÇÃO SOBRE USO DE MÃO DE OBRA INFANTIL;

ANEXO J - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE E IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO;

ANEXO K – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

ANEXO Q – MINUTA DE CONTRATO E SEUS ANEXOS

ANEXO Q15 – Minuta de:

ANEXO Q15.1 – Minuta do Termo de Recebimento Provisório de Serviços

ANEXO Q15.2 – Minuta do Termo de Recebimento Definitivo de Serviços

ANEXO Q15.3 – Minuta de: Termo de Encerramento do Contrato – TEC.

ANEXO S – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ME / EPP;

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO NEGATIVA DE RELAÇÃO FAMILIAR OU DE PARENTESCO;

ANEXO X – MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E ACESSIBILIDADE.

ANEXO 2 – TERMO DE REFERÊNCIA

João Pessoa/PB, 09 de outubro de 2023.

SEVERINO AUGUSTO BARROS SOUSA

Pregoeiro



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023
COMPROVANTE DE RETIRADA – ANEXO A

Empresa:

CNPJ/MF:

Endereço:

Cidade: Estado:

CEP: Telefone:

Fax:..... E-mail:

Nome(s) do(s) Representante(s) Legal(is):

.....

Recebemos da **PBGÁS**, nesta data, cópia do Edital e ANEXOS referente à Licitação acima identificada.

Local e data:

Assinatura(s) do(s) Representante(s) Legal(is):

.....

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023

MODELO DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRO - ANEXO G

A comprovação da boa situação financeira da empresa licitante será demonstrada pela obtenção de Índices de Liquidez Geral (LG) igual ou superior a 1,00; Liquidez Corrente (LC) igual ou superior a 1,00, e Solvência Geral igual ou superior a 1,00, extraídos do balanço patrimonial apresentado, calculados pela licitante e confirmados pelo responsável por sua contabilidade, mediante sua assinatura e a indicação do seu nome e do número do registro no Conselho Regional de Contabilidade, através das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a longo prazo}}$$

Local e Data: _____

Assinatura do Responsável pela Contabilidade: _____

Nº do CRC: _____

Justificativa para abordagem dos índices de liquidez:

Os índices de liquidez são medidas de avaliação e acompanhamento da capacidade econômico-financeira de uma empresa, buscando a satisfação dos compromissos firmados por ela junto a terceiros. Esta avaliação é feita por meio de um comparativo direto entre os direitos – leia-se disponibilidades de caixa e créditos realizáveis, ante suas obrigações no que tange desde o pagamento de fornecedores e de salários aos funcionários, passando pelo recolhimento dos impostos e encargos sociais oriundos da atividade corrente do negócio, até a distribuição de dividendos aos seus sócios ou acionistas.

Justifica-se a abordagem destes índices neste edital à luz da legislação contábil vigente no Brasil, bem como as melhores práticas gestão administrativa. Pois são observados alguns aspectos financeiros, a saber:

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023 MODELO DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRO - ANEXO G

- I. **Índice de Liquidez Geral (LG)**: Este índice é utilizado para uma avaliação da capacidade de pagamento e cumprimento de obrigações, observando-se um horizonte compreendido entre o curto e longo prazos, através dos recursos não caracterizados como ativos permanentes. Leia-se: Curto Prazo como sendo o período compreendido dentro do exercício fiscal em curso; Longo Prazo como sendo o período que transcende o exercício fiscal corrente. Sendo assim, pode-se de estabelecer que na Liquidez Geral (LG) o fator ≥ 1 é interpretado como o início do índice ideal, ou seja, indica que a empresa tem bens e direitos no ativo circulante e realizável a longo prazo que corresponde a 01 (uma) vez o valor de suas dívidas e obrigações, podendo saldá-las sem que seja preciso recorrer aos bens do Ativo Permanente ou ainda sem que seja necessária a alienação de bens de uso na sua atividade.

- II. **Índice de Liquidez Corrente (LC)**: Sendo um dos índices mais amplamente utilizados na avaliação e análise de balanços, pode-se se dizer que este pode indicar a saúde financeira de uma empresa, pois indica quanto esta poderá dispor em recursos de curto prazo, a exemplo do caixa e aplicações financeiras e ainda os recebíveis de terceiros, utilizando-os para honrar os compromissos também de curto prazo, a exemplo de fornecedores, empréstimos e financiamentos de curto prazo, salários entre outros configurados como sendo Passivo Circulante. Sendo assim, pode-se de estabelecer que na Liquidez Corrente (LC) o fator ≥ 1 é interpretado como o início do índice ideal, ou seja, indica que a empresa tem bens e direitos no ativo circulante que corresponde a 01 (uma) vez o valor de suas dívidas e obrigações, podendo saldá-las sem que seja preciso recorrer aos bens do Ativo Permanente, a capital de terceiros ou ainda sem que seja necessária a alienação de bens de uso na sua atividade.

- III. **Índice de Solvência Geral (SG)**: Este índice é utilizado para uma avaliação da capacidade de pagamento e cumprimento de obrigações, observando-se um horizonte compreendido entre o curto, médio e longo prazos, considerando, também, os recursos caracterizados como ativos permanentes, ou seja, a totalidade dos ativos de uma empresa que poderão ser utilizados para honrar os compromissos de curto, médio e longo prazo. Sendo assim, pode-se de estabelecer que na Solvência Geral (SG) o fator ≥ 1 é interpretado como o início do índice ideal, ou seja, indica que a empresa tem ativos que correspondem a 01 (uma) vez o valor de suas obrigações exigíveis no decorrer de sua operação.

Portanto, à luz da Lei nº 13.303/16, podemos justificar a presença destes índices neste Edital buscando a proposta que melhor atenda as expectativas da PBGÁS.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023
MODELO DE DECLARAÇÃO SOBRE USO DE MÃO-DE-OBRA
INFANTIL - ANEXO I

DECLARAÇÃO SOBRE USO DE MÃO-DE-OBRA INFANTIL

À
PBGÁS

Ref: **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023**

Prezados Senhores,

A (**Nome da Empresa**), inscrita no CNPJ/MF nº., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(Sra), portador(a) do Documento de Identidade nº. e do CPF nº., DECLARA que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

(☐) **Ressalva:** Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Local e Data

Assinatura(s) do(s) Representante(s) Legal(is)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023
MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO
SUPERVENIENTE E IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO - ANEXO J

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE E
IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

À
PBGÁS

Ref: EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023

Comentado [e1]:
CONCORRÊNCIA;
TOMADA DE PREÇOS; ou,
CONVITE.

Prezados Senhores,

A (Nome da Empresa), inscrita no CNPJ/MF nº, por
intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(Sra),
portador(a) do Documento de Identidade nº. e do CPF nº.
....., DECLARA, sob as penalidades da Lei, estar ciente da
obrigatoriedade de informar a superveniência, se houver, de algum fato impeditivo
da manutenção das condições de habilitação.

A presente declaração é feita sob as penas da lei.

Local e Data

Assinatura(s) do(s) Representante(s) Legal(is)

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS - ANEXO K

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS – PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 011/2023

Prezados Senhores,

Apresentamos e submetemos à apreciação de V.Sas, nossa Proposta de Preços, para o objeto da presente Licitação, de acordo com as exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

O preço total para execução do objeto da Licitação em referência é de R\$ _____ (_____ reais), conforme planilha abaixo, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham ser verificados na sua preparação.

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL (R\$)	QUANT. (meses)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Seguro de Responsabilidade Civil Por Práticas Trabalhistas (EPL – EMPLOYMENT PRACTICES LIABILITY).		12	
VALOR TOTAL (R\$)				

Caso venhamos a ser vencedores da presente Licitação, informamos:

- O(s) Representante(s) Legal(is) para assinatura do Contrato, será(ão) o(s) Sr(s)...
- O nº da conta do Banco, onde serão depositados os pagamentos referentes ao Contrato, é...

O prazo de validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias consecutivos, a contar da data de abertura dos envelopes.

Local e Data

Assinatura(s) do(s) Representante(s) Legal(is)

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023 MINUTA DO CONTRATO – ANEXO Q

CONTRATO Nº/..... DAF/GAS

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A COMPANHIA
PARAIBANA DE GÁS - PBGÁS E
.....

A **COMPANHIA PARAIBANA DE GÁS**, sociedade de economia mista, estabelecida na Cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, na Rua Antônio Rabelo Júnior, nº 161, 12º andar – Edifício Eco Business Center – Miramar, CEP: 58032-090, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.371.600/0001-66, inscrição estadual nº 16.107.410-3, doravante denominada **PBGÁS**, , neste ato representada por seu Diretor Presidente, **JAILSON GALVÃO**, brasileiro, divorciado, engenheiro mecânico e advogado, inscrito no CPF sob o nº 428.070.774-04, portador do RG nº 2388100 SSP/PE, e por seu Diretor Administrativo Financeiro **MARIO THIAGO ALVES ROMERO**, brasileiro, casado, contador, portador do RG nº 29.713.288-8 - MB/RJ, inscrito no CPF sob o nº 108.529.047-62, e _____, com sede na Cidade _____, Estado _____, na Rua _____, _____, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____, neste ato representada pelo(s) seu(s) _____, _____, doravante denominado **CONTRATADO** têm entre si ajustado o presente Contrato proveniente do **Pregão Eletrônico n.º 011/2023**, fundamentado na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, Decreto Estadual nº 24.649/03, de 03 de dezembro de 2003, Lei nº 12.846/2013, de 1º de agosto de 2013, Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores, Lei Estadual nº 9.335/11 (EMPREENDER), Lei nº 10.128/2013 (EMPREENDER), Lei Estadual 9.697/2012 (CAFIL), Código de Ética da PBGÁS e Regulamento Interno de Licitações e Contratos da PBGÁS (RILC PBGÁS), com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e demais normas correlatas, aplicáveis aos casos omissos e mediante as seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 – Contratação de **Seguro de Responsabilidade Civil Por Práticas Trabalhistas (EPL – EMPLOYMENT PRACTICES LIABILITY)**, conforme condições, quantitativos e exigências contidas no **ANEXO 2 – Termo de Referência**.

CLÁUSULA SEGUNDA – FORMA DE EXECUÇÃO E REGIME

2.1 – Os serviços a que se referem este Contrato serão executados sob a forma de execução indireta no Regime de Empreitada por Preço Unitário.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023

MINUTA DO CONTRATO – ANEXO Q

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇOS E VALOR

3.1 - Pelo objeto do presente Contrato, a **PBGÁS** pagará ao **CONTRATADO** o valor total de R\$ _____ (_____, _____), a preços referenciados ao mês de _____ de 2023, conforme proposta do contratado.

3.2 – Nos preços estabelecidos no Contrato estão incluídas todas as despesas que onerem, direta ou indiretamente, os serviços contratados, bem como o lucro (bonificação), não cabendo quaisquer reivindicações do **CONTRATADO**, a título de revisão de preço ou reembolso, seja a que título for.

CLÁUSULA QUARTA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1 – Os recursos financeiros necessários aos pagamentos da execução do objeto deste contrato estão devidamente equacionados e assegurados especificamente no orçamento da **PBGÁS**, e correrão por conta da seguinte classificação orçamentária:

- **2.2.3. Despesas com apólices de seguros (despesa administrativa)**

CLÁUSULA QUINTA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 – Os serviços executados serão pagos ao **CONTRATADO** com as seguintes condições:

5.1.1 – Os documentos de cobrança deverão ser apresentados para pagamento no escritório da **PBGÁS**, localizado, na Rua Antônio Rabelo Júnior, nº 161, 12º andar – Edifício Eco Business Center – Miramar, Cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, ou em outro local por ela indicado, emitindo separadamente, Nota Fiscal dos produtos e de eventual reajuste, no primeiro dia útil do mês posterior à execução do serviço contratado.

a) Em função de adequação do trâmite de documentos ao calendário tributário, documentos de cobrança emitidos após o dia 01 só serão pagos 10 dias úteis após o recebimento dos mesmos.

b) Em caso de incidência de juros moratórios ou multa por atraso no recolhimento dos impostos decorrentes dos fornecimentos, os mesmos serão deduzidos do pagamento ao **CONTRATADO**.

5.1.2 – Os documentos de cobrança apresentados pelo **CONTRATADO**, bem como o documento de cobrança final, serão pagos deduzidas as importâncias que, a qualquer título, nas condições estipuladas no Contrato ou outras especialmente acordadas, sejam devidas à **PBGÁS**

5.1.2.1 – Por ocasião do pagamento, e de acordo com os termos do inciso II, do art. 7º, da Lei nº 10.128/2013, será retido 1,6% (um vírgula seis por cento) das empresas de médio porte ou superior e 1% (um por cento) das empresas de pequeno porte, em favor do Fundo Estadual de Apoio ao

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023

MINUTA DO CONTRATO – ANEXO Q

Empreendedorismo – Fundo Empreender PB, do Governo do Estado da Paraíba, incidente sobre o valor constante da nota fiscal, fatura ou recibo emitido pelo licitante **CONTRATADO**.

5.1.3 – O **CONTRATADO** deverá indicar, obrigatoriamente, nos respectivos documentos de cobrança, o número do presente Contrato, o período de execução do objeto, bem como o nome e código do Banco e da agência e o número da conta-corrente do **CONTRATADO** em que será creditado o pagamento.

5.1.4 – Em conformidade com a legislação vigente, o **CONTRATADO** deve emitir nota fiscal por município onde foi efetivamente executado o serviço.

5.1.5 – O documento de cobrança deve ser emitido com base no item realizado da Autorização de Fornecimento (AF) que lhe deu origem, devidamente atestada.

5.1.6 – Caso sejam constatadas irregularidades nos documentos de cobrança apresentados, o prazo para pagamento estabelecido será contado a partir da data da reapresentação, pelo **CONTRATADO**, dos documentos de cobrança devidamente corrigidos, sem prejuízo da continuidade dos serviços.

5.2 – **(NÃO APLICÁVEL)**.

5.3 – Os pagamentos ou parte dos mesmos poderão ser suspensos ou retidos, uma vez comunicado ao **CONTRATADO**, até que este cumpra integralmente a condição contratual infringida, nos seguintes casos:

5.3.1 – Inobservância de condições e cláusulas contratuais;

5.3.2 – Danos causados à **PBGÁS** ou a terceiros.

5.4 – Caso a **PBGÁS** deixe de cumprir com o pagamento na data prevista (desde que tenham sido cumpridas pelo **CONTRATADO** as exigências e datas de protocolo referentes), o valor do pagamento será atualizado monetariamente através do IPCA/IBGE – Pro Rata Tempore.

CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.11 – Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data limite para apresentação da proposta, após o que poderão ser reajustados, quando solicitado e devidamente justificado pelo **CONTRATADO**, de acordo com a seguinte fórmula:

$$R = \left(\frac{P_i - P_o}{P_o} \right) V$$

Em cuja fórmula:

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023

MINUTA DO CONTRATO – ANEXO Q

R = Valor do reajuste;

i = Décimo segundo mês após a data limite para apresentação da proposta (data base informada no item 3.1), ou, conforme o caso, vigésimo quarto mês, ou trigésimo sexto mês e assim por diante, após a mencionada data, nos contratos de maior prazo;

o = Mês da data limite para apresentação da proposta;

V = Valor de pagamento dos itens de serviço ou da etapa, a preços iniciais;

e cujo índice publicado pelo site <http://portalibre.fgv.br/> ou a revista Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas, válidos para cada mês indicado acima, é:

P = Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI)

6.12 - Caso o índice de reajuste publicado pelo site <http://portalibre.fgv.br/> ou a revista Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas não esteja disponível, por não ter sido publicado até a data do faturamento, será utilizado para o cálculo do reajuste o índice anterior disponível, ficando a diferença de reajuste a ser paga ou restituída junto com o primeiro pagamento após a mencionada publicação.

6.13 - Os preços contratuais não serão reajustados em caso de atrasos verificados e não justificados por parte do **CONTRATADO** que influenciem no prazo contratual dos serviços, ou cujas justificativas não forem aceitas pela **PBGÁS**.

6.14 - Caso ocorra a prorrogação ou a antecipação do prazo de conclusão de algum serviço, de um período para outro, a contar da data limite para apresentação da proposta, devidamente autorizadas pela **PBGÁS**, prevalecerão os índices vigentes no período de sua efetiva conclusão.

CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZOS

7.1 – PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

7.1.1 – O prazo de vigência do presente **CONTRATO** será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, com eficácia a partir da publicação resumida na imprensa oficial, podendo ser prorrogado por acordo entre as partes, mediante aditamento contratual em conformidade com o Art. 71 da Lei 13.303/16, limitado a 05 (cinco) anos.

7.2 – PRAZO PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.2.1 – O prazo máximo para início da execução dos serviços relativos ao objeto do presente **CONTRATO** será de até 10 (dez) dias, contados da data da emissão da Autorização de Fornecimento (AF) emitida pela **PBGÁS**.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023 MINUTA DO CONTRATO – ANEXO Q

CLÁUSULA OITAVA – GARANTIA DE CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS **(NÃO APLICÁVEL)**

CLÁUSULA NONA - DIREITOS, OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

9.1 – Além das obrigações constantes no **Anexo 2 – Termo de Referência** deste Contrato, obriga-se o **CONTRATADO**:

9.1.1 – Responsabilizar-se integralmente pela perfeita execução do objeto contratado, não podendo eximir-se, ainda que parcialmente, atribuindo quaisquer falhas ou deficiências do fornecimento a erros de especificação.

9.1.2 – Preservar e manter a PBGÁS a salvo de quaisquer reivindicações, demandas, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de sua ação ou omissão.

9.1.3 – Além dos casos decorrentes da legislação em vigor, o **CONTRATADO** é responsável exclusivo, para com a **PBGÁS** ou para com terceiros, por:

- Defeitos decorrentes de inobservância ou infração das condições do presente **CONTRATO**, de seus documentos complementares, das leis, regulamentos ou posturas em vigor;
- Infração de direitos de uso de processos protegidos por marcas ou patentes, respondendo pelas indenizações, taxas e comissões devidas, bem como por qualquer reclamação resultante do mau uso que deles fizer.

9.1.4 – O **CONTRATADO** é obrigado a manter as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante toda a execução do contrato.

9.1.5 – Comunicar, imediatamente e por escrito, à **PBGÁS**, tão logo sejam do seu conhecimento os procedimentos fiscais, ainda que de caráter interpretativo, os quais possam ter reflexos financeiros sobre o contrato.

9.1.6 – A mão de obra empregada pelo **CONTRATADO**, na execução do objeto do contrato, não terá nenhuma vinculação empregatícia com a **PBGÁS**, descabendo, portanto, imputação de qualquer obrigação social a esta, observando-se o disposto no art. 77, da Lei nº 13.303/16.

9.1.7 – Dentro do prazo da prescrição legal, o **CONTRATADO** deverá se responsabilizar pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados e prepostos, bem como se obrigar por quaisquer responsabilidades de ações judiciais que venham a ser atribuídas à **PBGÁS** em decorrência deste Contrato.

9.1.8 – O **CONTRATADO** é obrigado a reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas exclusivas, sem transferência de ônus de qualquer natureza para a

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023

MINUTA DO CONTRATO – ANEXO Q

PBGÁS, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verifiquem defeitos ou incorreções.

9.1.9 – O **CONTRATADO** é responsável pelos danos causados diretamente à **PBGÁS** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

9.2 – Obriga-se a **PBGÁS** a:

9.2.1 – Fornecer ao **CONTRATADO** todos os elementos que se fizerem necessários à compreensão das especificações dos serviços e das condições contratuais, colaborando com o **CONTRATADO**, quando solicitado, no seu estudo e interpretação.

9.2.2 – Efetuar os pagamentos devidos na forma e condições estabelecidas na Cláusula Quinta, deste Contrato.

9.2.3 – Notificar, por escrito, o **CONTRATADO**, fixando-lhe o prazo para corrigir erros, defeitos ou irregularidades encontradas nos serviços.

9.2.4 – Notificar, por escrito, o **CONTRATADO**, da aplicação de eventual penalidade, nos termos da Cláusula Décima - Penalidades, deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES

10.1 - Pela inexecução total ou parcial do contrato a **PBGÁS** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao **CONTRATADO** as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa por atraso no cumprimento dos prazos estabelecidos, as quais serão representadas por percentuais do valor da obrigação em atraso, não excedendo o percentual de 10% (dez por cento) do valor total do contrato, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$M = 0,1 \times A \times F,$$

Onde:

M = percentual representativo da multa;

A = atraso em dias corridos;

F = 3 (Fator crítico relativo à importância do evento).

b.1) As importâncias relativas às multas serão descontadas dos recebimentos a que o contratado tiver direito.

- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **PBGÁS**, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023

MINUTA DO CONTRATO – ANEXO Q

- d) Inclusão do fornecedor impedido de licitar com a administração Pública no CAFIL – PB (Cadastro de Fornecedores Impedido de Licitar com a Administração Pública Estadual), conforme Lei Estadual nº 9.697 de 04 de maio de 2012.

10.2 – As sanções somente poderão ser relevadas em razão de circunstâncias excepcionais, e só serão aceitas justificativas quando formuladas por escrito, fundamentada em fatos reais e comprováveis, a critério do gestor do contrato ou da autoridade superior da **PBGÁS**, e desde que formuladas no prazo legal. A não comunicação desses motivos importará na aplicação da sanção, com perda do direito de alegá-lo, exceto por razões que impossibilitem o aviso.

10.3 – Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, sendo facultada a apresentação de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data da intimação para tanto. Decorrido esse prazo, a penalidade passa a ser considerada como aceita na forma como foi apresentada, e não dará o direito do contratado expor qualquer contestação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1 – A inexecução total ou parcial deste Contrato pode acarretar a sua rescisão, sem prejuízo das demais sanções, com as consequências contratuais e as previstas em Lei ou Regulamento, conforme disposto no artigo 82 da Lei 13.303/16, respeitando o direito à defesa prévia que deve ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis (art. 83 §2º).

11.2 – Na hipótese de rescisão contratual determinada por ato unilateral e escrito da **PBGÁS** (art. 82 da Lei 13.303/16), acarretará as consequências estabelecidas no art. 83 da Lei 13.303/16, sem prejuízo das sanções nela previstas.

11.3 – Este Contrato poderá ser rescindido caso a soma dos valores das multas aplicadas atinja o limite estabelecido de 10% (dez por cento) do valor total do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

12.1 – Este Contrato poderá ser alterado com as devidas justificativas, de acordo com os Artigos 72 e 81 da Lei n.º 13.303/16.

12.2 – Se necessária uma determinada alteração, será adicionada a seguinte **CLÁUSULA DE QUITAÇÃO** ao Aditamento Contratual:

O **FORNECEDOR** DÁ À **PBGÁS**, NESTE ATO, PLENA, RASA E GERAL QUITAÇÃO DE TODOS OS SEUS DIREITOS CORRESPONDENTES AO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE O INÍCIO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL ATÉ A PRESENTE DATA, RELATIVOS AO CONTRATO ACIMA MENCIONADO, RESSALVADOS OS REQUERIMENTOS JÁ PROTOCOLIZADOS PERANTE A

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023 MINUTA DO CONTRATO – ANEXO Q

ADMINISTRAÇÃO E PENDENTES DE ANÁLISE, PARA NADA RECLAMAR, SOB QUALQUER TÍTULO OU PRETEXTO, COM FUNDAMENTO NO CONTRATO ORA ADITADO, EM JUÍZO OU FORA DELE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

13.1 - Os seguintes documentos, na ordem em que tiverem sido relacionados, são anexos deste Contrato. Os termos deste Contrato, em caso de dúvidas, prevalecerão sobre os anexos:

- **ANEXO 2** - Termo de Referência;
- **ANEXO K** - Proposta do **CONTRATADO**, datada de __/__/____;
- **ANEXO Q10** – Garantia de Cumprimento das Obrigações Contratuais;
- **ANEXO Q15** - Minuta de:
 - ANEXO Q15.1** - Minuta do Termo de Recebimento Provisório de Serviços
 - ANEXO Q15.2** - Minuta do Termo de Recebimento Definitivo de Serviços;
 - ANEXO Q15.3** – Termo de Encerramento do Contrato – TEC.

13.2 – Edital do **Pregão Eletrônico nº 011/2023** e seus anexos, aplicáveis e integrantes como se nele estivessem transcritos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

14.1 – O Gestor do Contrato e respectivos fiscais serão designados por meio de documento específico emitido pela **PBGÁS**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – MATRIZ DE RISCO

Nos termos do art. 69, inciso X, combinado com art. 42, inciso X da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, aplica-se ao contrato vinculado a este Termo de Referência os seguintes riscos e responsabilidades entre as partes, caracterizando o equilíbrio econômico-financeiro inicial do respectivo contrato, em termos de ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação.

15.1 - Constituem riscos suportados exclusivamente pela **PBGÁS**, que poderão ensejar termos aditivos a esse contrato:

15.1.1 - Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato que não estejam na álea ordinária, tais como fatos do príncipe, caso fortuito ou de força maior, bem como o retardamento determinado pela **PBGÁS**, que comprovadamente repercuta no preço do **CONTRATADO**;

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023

MINUTA DO CONTRATO – ANEXO Q

15.1.2 - Elevação dos custos operacionais para o desenvolvimento da atividade empresarial em geral e para a execução do objeto em particular, tais como aumento de preço de insumos, prestadores de serviço e mão de obra.

15.2 - Observado o disposto no item precedente, constituem riscos suportados exclusivamente pelo **CONTRATADO**:

15.2.1 - Atraso na execução do objeto contratual por culpa do **CONTRATADO**.

15.2.2 - Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato próprios do risco ordinário da atividade empresarial ou da execução.

15.2.3 - Alteração de enquadramento tributário, em razão do resultado ou de mudança da atividade empresarial, bem como por erro do **CONTRATADO** na avaliação da hipótese de incidência tributária.

15.2.4 - Variação da taxa de câmbio.

15.2.5 - Elevação dos custos operacionais definidos na linha anterior, quando superior ao apurado conforme Cláusula de Equilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato.

15.3 - O **CONTRATADO** declara:

15.3.1 - Ter pleno conhecimento da natureza e extensão dos riscos por ele assumidos no Contrato.

15.3.2 - Ter levado tais riscos em consideração na formulação de sua Proposta e assinatura do Contrato.

15.4 - O **CONTRATADO** não fará jus à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro caso quaisquer dos riscos não alocados expressamente à **PBGÁS** venham a se materializar.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 – Qualquer tolerância de uma das partes na exigência do cumprimento do presente Contrato não constituirá novação, renúncia tácita ou extinção da respectiva obrigação, podendo a mesma ser exigida a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de João Pessoa, Estado da Paraíba, que será o competente para dirimir as questões decorrentes do cumprimento deste Contrato, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023
MINUTA DO CONTRATO – ANEXO Q

E assim, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

João Pessoa, _____ de _____ de 2022.

Pela COMPANHIA PARAIBANA DE GÁS - PBGÁS:

JAILSON GALVÃO

Diretor Presidente

Pelo CONTRATADO:

MARIO THIAGO ALVES ROMERO

Diretor Administrativo Financeiro

Representante

Cargo

Representante

Cargo

Testemunhas:

Nome:

CPF.:

Nome:

CPF.:



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023
MINUTA DE TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO DE SERVIÇO(S) -
TRPS
ANEXO Q15.1

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO DE SERVIÇO(S)

Tendo sido concluído(s) no dia/....../.... o(s) serviço(s) iniciado(s) no dia....../....../.... e objeto do Contrato....., assinado em/....../.... entre a Companhia Paraibana de Gás – **PBGÁS**..... e o **CONTRATADO**....., relativamente à contratação dos Serviços de foram os trabalhos considerados em condições de aceitação provisória e de comum acordo, as partes contratantes, pelos seus representantes abaixo assinados, lavram este Termo de Recebimento Provisório, em 2 (duas) vias de igual teor.

Local, Data

Companhia Paraibana de Gás – **PBGÁS**.....
(Nome do Representante da **PBGÁS**.....)

Nome do **CONTRATADO**
(Nome do Representante do **CONTRATADO**)

Comentado [e1]: (*)1

- ✓ Gás de Alagoas S/A - **ALGÁS**
- ✓ Companhia de Gás da Bahia - **BAHIAGÁS**
- ✓ Companhia Paranaense de Gás – **COMPAGAS**
- ✓ Companhia Pernambucana de Gás – **COPERGÁS**
- ✓ Companhia de Gás do Estado de Mato Grosso do Sul - **MSGÁS**
- ✓ Companhia Paraibana de Gás - **PBGÁS**
- ✓ Companhia de Gás de Santa Catarina - **SCGÁS**
- ✓ Sergipe Gás S/A – **SERGAS**
- ✓ Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - **SULGÁS**

Comentado [e2]: (*)1

Comentado [e3]:

- ✓ **ALGÁS;**
- ✓ **BAHIAGÁS;**
- ✓ **COMPAGAS;**
- ✓ **COPERGÁS;**
- ✓ **MSGÁS;**
- ✓ **PBGÁS;**
- ✓ **SCGÁS;**
- ✓ **SERGAS; ou,**
- ✓ **SULGÁS.**



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023
MINUTA DE TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DE SERVIÇO(S) -
TRDS
ANEXO Q15.2

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DE SERVIÇO(S)

1. Tendo sido concluído(s) no dia/....../.... o(s) serviço(s) iniciado(s) no dia....../....../... e objeto do Contrato....., assinado em/....../... entre a Companhia Paraibana de Gás – PBGÁS e o **CONTRATADO**.....relativamente à contratação dos Serviços de foram os trabalhos considerados em condições de aceitação definitiva e, conseqüentemente, lavrado o presente Termo de Recebimento Definitivo de Serviço(s).
2. Todo(s) o(s) serviço(s) foi(ram) executado(s) pelo **CONTRATADO** acima referido dentro das especificações determinadas e foram atendidas as exigências da fiscalização.
3. De comum acordo, as partes contratantes, pelos seus representantes abaixo assinados, lavram este Termo de Recebimento Definitivo, em 2 (duas) vias de igual teor.

Local, Data

PBGÁS
(Nome do Representante da **PBGÁS**)

Nome do **CONTRATADO**
(Nome do Representante do **CONTRATADO**)

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023
MINUTA DE TERMO DE ENCERRAMENTO DO CONTRATO - TEC
ANEXO Q15.3

TERMO DE ENCERRAMENTO DO CONTRATO

1. Tendo sido concluído(s) no dia/....../.... o(s) serviço(s) iniciado(s) no dia....../....../... e objeto do Contrato....., assinado em/....../... entre a e o **CONTRATADO**.....,relativamente à contratação dos Serviços de e já considerados em condições de aceitação definitiva conforme Termo de Recebimento Definitivo de Serviço(s), conseqüentemente lavra-se o presente Termo de Encerramento do Contrato.

2. O **CONTRATADO** dá à PBGÁS neste ato, plena, rasa e geral quitação de todos os seus direitos relativos ao Contrato acima mencionado, especialmente aqueles correspondentes ao preço ajustado, para nada mais reclamar, sob qualquer título ou pretexto, com fundamento no Contrato ora definitivamente quitado.

3. De comum acordo, as partes contratantes, pelos seus representantes abaixo assinados, lavram este Termo de Encerramento do Contrato, em 2 (duas) vias de igual teor.

Local, Data....

PBGÁS

(Nome do Representante da **PBGÁS**)

Nome do **CONTRATADO**

(Nome do Representante do **CONTRATADO**)



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023
MINUTA DE TERMO DE ENCERRAMENTO DO CONTRATO - TEC
ANEXO Q15.3

Testemunhas:

(Nome)

PBGÁS

CPF

(Nome)

Nome do **CONTRATADO**

CPF

NOTA: Deverá ser registrado em parágrafo específico do Termo de Encerramento do Contrato, o valor das multas porventura aplicadas pela PBGÁS, quer por atraso na entrega dos serviços, quer pelo não cumprimento de outras condições contratuais.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ME / EPP - ANEXO S

DECLARAÇÃO DE ME / EPP

À
Companhia Paraibana de Gás - PBGÁS

Ref: **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023**

Prezados Senhores:

A (**Nome da Empresa**), inscrita no CNPJ/MF nº., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(Sra), portador(a) do Documento de Identidade nº. e do CPF nº., DECLARA, sob as penas da lei, que se constitui em microempresa (ou empresa de pequeno porte) para os fins desta licitação, nos termos da Lei Complementar nº 123/06.

Declara, ainda, que não apresenta nenhuma das restrições do regime diferenciado e favorecido, dispostas no art. 3º, § 4º, da referida Lei (abaixo enumeradas), comprometendo-se a informar a Administração caso perca essa qualificação.

Art. 3º, § 4º, da Lei Complementar nº 123/06:

I – de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

II – que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

III – de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

IV – cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ME / EPP - ANEXO S

V – cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

VI – constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

VII – que participe do capital de outra pessoa jurídica;

VIII – que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

IX – resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

X – constituída sob a forma de sociedade por ações.

A presente declaração é feita sob as penas da lei.

Local e Data

Assinatura(s) do(s) Representante(s) Legal(is)

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023
MODELO DE DECLARAÇÃO NEGATIVA DE RELAÇÃO FAMILIAR
OU DE PARENTESCO - ANEXO V

DECLARAÇÃO NEGATIVA DE RELAÇÃO FAMILIAR OU DE PARENTESCO

À
PBGÁS

Ref: **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023**

A empresa (Razão Social da Licitante), CNPJ nº _____, sediada no seguinte endereço: _____, nº _____ e complemento _____, CEP, bairro, cidade/UF, por intermédio de seu representante legal, (_____, CPF nº _____, RG nº _____),
DECLARA, sob as penas da lei e para os fins do disposto no inciso III, do art. 1º da Lei nº 8.124/2006 (alterada pela Lei nº 12.272/2014), QUE NÃO HÁ DENTRE SEUS SÓCIOS cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou por afinidade, até o terceiro grau, dos agentes públicos e políticos definidos no inciso I da referida lei, a seguir descritos: Governador do Estado, Vice-Governador do Estado e dos servidores investidos em cargos de Secretário de Estado, Secretário Executivo ou equivalentes a estes, Gerências de Áreas Instrumentais e Gerências Executivas e Regionais de Áreas Finalísticas, além dos ocupantes de cargos de Direção superior, Diretoria de Sociedades de Economia Mista e de Gerências Executivas e Regionais ou equivalentes da Administração Indireta, inclusive de Sociedades de Economia Mista.

Local e Data

(Nome, Cargo e Assinatura do Representante Legal da Empresa)

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023

DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E ACESSIBILIDADE – ANEXO X

DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E ACESSIBILIDADE

À
PBGÁS

Ref: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023**

A empresa (Razão Social da Licitante), CNPJ nº _____, sediada no seguinte endereço: _____, nº _____ e complemento _____, CEP, bairro, cidade/UF, por intermédio de seu representante legal, (_____, CPF nº _____, RG nº _____),
DECLARA, sob as penas da lei e para os devidos fins, que atende à RESERVA DE CARGOS, prevista no art. 38 da Lei nº 13.146/2015, bem como garante todas as CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE, em cumprimento ao disposto na Lei nº 10.098/2000 e no Decreto Federal nº 5.296/2004.

Local e Data

(Nome, Cargo e Assinatura do Representante Legal da Empresa)

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023

TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO 2

PROCESSO Nº 085/2023

ÁREA REQUISITANTE: GAS/DAF

1. OBJETO

O objeto do presente Termo de Referência é contratação de:

1.1. Seguro de Responsabilidade Civil Por Práticas Trabalhistas (EPL)

2. SEGURADO/TOMADOR

COMPANHIA PARAIBANA DE GÁS – PBGÁS – CNPJ. 00.371.600/0001-66

Rua Antônio Rabelo Júnior, nº 161 – 12º Andar – Salas 1201 a 1212 e 19º ,
Miramar

JOÃO PESSOA – Estado da Paraíba

CEP. 58.032-090

3. JUSTIFICATIVA

3.1. A contratação visa complementar os riscos relacionados às questões administrativas, proporcionando proteção financeira para a Companhia por indenizações decorrentes da responsabilização por danos morais causados aos funcionários, em função da prática de assédio moral, assédio sexual, condutas discriminatórias (sexo, raça, religião, condição física), dentre outros eventos lesivos à integridade e honra.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Os serviços a serem contratados se enquadram na classificação de serviços comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, e do Decreto Estadual nº 24.649, de 2003.

5. DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

5.1 Seguro de Responsabilidade Civil de Por Práticas Trabalhistas (EPL).

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023

TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO 2

5.1.1 Contratação de Seguro de Responsabilidade Civil de – Práticas Trabalhistas, tendo como objeto: Garantir o Segurado/Tomador, quando responsabilizado por danos causados a terceiros (Colaboradores), o reembolso das indenizações que for obrigado a pagar, a título de Custos de Defesa e Custos de Compensação, associados aos danos morais em uma reclamação iniciada por um Colaborador contra o Segurado, por sentença judicial transitada em julgado, ou por acordo com o(s) terceiro(s) prejudicados, com anuência da Sociedade Seguradora, desde que atendidas as disposições do contrato.

SEGURADO - Consideram-se **Segurados**, as Pessoas Jurídicas do **Tomador** expressamente indicado nas **Especificações da Apólice** e suas Subsidiárias, Filiadas, Entidades do grupo Econômico e Entidades sem Fins Lucrativos, desde que tenham sido expressamente nomeadas nas Especificações da Apólice.

5.2 Forma de Contratação – Fica esclarecido que a Apólice é a Base de Reclamação com Notificação, ou seja, tem como objetivo o pagamento de Indenização securitária com base em Reclamações apresentadas à Seguradora nas hipóteses a seguir descritas.

5.2.1 Para que haja cobertura, as seguintes condições, dentre as outras especificadas nestas Condições contratuais, precisam estar concomitantemente atendidas:

5.2.1.1 Os danos ou o fato gerador tenham ocorrido durante o período de vigência da apólice, ou durante o período de retroatividade; ou,

5.2.1.2 O segurado tenha notificado fatos ou circunstâncias ocorridas durante a vigência da apólice, ou durante o período de retroatividade; e,

5.2.1.3 Na hipótese “5.2.1.1” o terceiro apresente a reclamação ao segurado durante a vigência da apólice, ou durante o prazo adicional, conforme estabelecido na apólice; ou,

5.2.1.4 Na hipótese “5.2.1.2”, o terceiro apresente a reclamação ao segurado durante a vigência da apólice, ou durante os prazos prescricionais legais.

5.3 Notificação: especificamente nas Apólices à Base de Reclamações em que se contrata a cláusula de notificações, é o ato por meio do qual o segurado

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023

TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO 2

comunica à sociedade seguradora, por escrito, durante a Vigência da Apólice, fatos ou circunstâncias, potencialmente danosos, ocorridos entre a Data Limite de Retroatividade, inclusive, e o término de Vigência da Apólice.

5.4 ÚLTIMA APÓLICE: 08737.2021.01.0378.000548 (AIG) – Final 10 de Agosto 2021

6. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. COBERTURAS CONTRATADAS / LIMITES MÁXIMOS DE INDENIZAÇÃO / PARTICIPAÇÃO OBRIGATORIA DO SEGURADO (POS) E FRANQUIAS

GARANTIAS	LIMITE MÁXIMO DA GARANTIA	FRANQUIA – POS
Seguro de Responsabilidade Civil por Práticas Trabalhistas (EPL)	R\$. 5.000.000,00 (cinco milhões de reais)	<u>Reclamações Individuais</u> – R\$.20.000,00 (vinte mil reais) <u>Reclamações Coletivas</u> – Incluindo Ações de Classe R\$.20.000,00 (vinte mil reais)

COBERTURAS BÁSICAS	LIMITE MÁXIMO DA GARANTIA
1. Custos de Defesa	100% do Limite Máximo da Garantia
2. Custos de Compensação	100% do Limite Máximo da Garantia

COBERTURAS ADICIONAIS	LIMITE MÁXIMO DA GARANTIA
1. Novas Subsidiárias – Para novas subsidiárias, desde que o número total de empregados represente até 30% do número total do Tomador	100% do Limite Máximo da Garantia

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023

TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO 2

2. Despesas com Publicidade/Proteção de imagem pessoa	10% do Limite Máximo da Garantia
3. Custos Emergenciais	10% do Limite Máximo da Garantia
4. Assessoria de Recursos Humanos	10% do Limite Máximo da Garantia
5. Obrigações Trabalhistas de Caráter Patrimonial	10% do Limite Máximo da Garantia

6.2 Definições - Constatada a existência de uma reclamação, este seguro indenizará o Segurado ou, conforme o caso, diretamente os terceiros prejudicados, os valores diretamente incorridos pelo Segurado a título de:

6.2.1 Custos de Execução (Indenização): condenações pecuniárias provenientes de sentenças judiciais transitadas em julgado, decisões arbitrais finais, decisões finais decorrentes de processo administrativo com relação ao qual a Seguradora tenha previamente concordado, a seu exclusivo critério, com o Segurado sobre a inviabilidade ou inconveniência do recurso ao Poder Judiciário, ou acordos judiciais negociados com o consentimento prévio e por escrito na Seguradora, relativos a uma reclamação, que responsabilize o Segurado por dano moral decorrente de ato danoso causado ao Colaborador, incluindo os respectivos juros moratórios de correção monetária, mas excluindo expressamente multas, penalidades, verbas trabalhistas, previdenciárias, rescisórias ou não, e tributos de qualquer natureza e qualquer contribuição.

6.2.2 Custos de Defesa – emolumentos, honorários advocatícios e periciais, encargos de tradução, depósitos recursais de natureza trabalhista (Ordinário e de Revista), custos e despesas (judiciais ou extrajudiciais) necessárias e decorrentes exclusivamente de acordos ou defesas relacionadas a qualquer reclamação, definidos, para os fins desta Apólice.

6.2.3 Despesas Emergenciais: despesas emergenciais efetuadas pelo Segurado ao tentar evitar e/ou minorar os danos causados a terceiros, atendidas as disposições do contrato. Para que o Segurado tenha direito à presente cobertura, deverá comprovar, via documentos, o caráter emergencial da despesa, não ter tido condições de avisar de antemão a Seguradora e que os valores despendidos foram exclusivamente com o objetivo de fazer face a despesas essenciais e inadiáveis, bem como de minimizar as perdas indenizáveis pela Apólice contratada.

7. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023

TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO 2

7.1 COBERTURA DE PRAZO ADICIONAL

7.1.1 Prazo Adicional de 03 (três) anos, com início a partir do término do período da vigência da apólice, para apresentação de reclamações sem cobrança de Prêmio adicional.

7.1.2. Extensão do Prazo Adicional – Extensão do Prazo Adicional de 01 (um) ano, com início a partir do término do Prazo Adicional, mediante cobrança de prêmio adicional de 75% (setenta e cinco por cento) no primeiro ano, do prêmio anual da apólice.

7.2 RETROATIVIDADE – Ilimitada para atos e fatos desconhecidos que ensejem uma reclamação.

7.3 ATIVIDADE DO TOMADOR/SEGURADO – Distribuição e Comercialização de Gás Natural no Estado da Paraíba.

7.4 PRÊMIO – Apresentar Prêmio Total Anual para pagamento à vista

7.5 EXPERIÊNCIA DO SEGURO – 7 anos sem sinistros

7.6 CONDIÇÕES E CLÁUSULAS APLICÁVEIS:

- a) Condições Gerais para o Seguro de Responsabilidade Civil – Práticas Trabalhistas- (EPL);
- b) Exclusão de contenda anterior ou pendente ao início de vigência da apólice; e,
- c) Exclusão das penalidades e aplicabilidades da Lei 12.846, de 1º de agosto de 2013, regulamentada pelo Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015.

7.7 ANEXOS APLICÁVEIS

7.7.1 Anexo I – Demonstrações Financeiras – Exercício 2021 e relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021.

7.7.2 Anexo II - Demonstrações Financeiras – Exercício 2022 e relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022.

7.7.3 Anexo III – Questionário de Seguro de Responsabilidade Civil por Práticas Trabalhistas (EPL)

7.7.4 Anexo IV – Questionário Complementar (Rússia/Covid)

8. OBRIGAÇÕES DA PBGÁS

8.1. A PBGÁS obriga-se a:

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023

TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO 2

8.1.1. Proporcionar todas as condições para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, e deste Termo de Referência;

8.1.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

8.1.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

8.1.4. Notificar o CONTRATADO por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

8.1.5. Pagar ao CONTRATADO o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato;

8.1.6. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO obriga-se a:

9.1.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

9.1.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.3. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à PBGÁS ou a terceiros;

9.1.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023

TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO 2

9.1.5. Apresentar à PBGÁS, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão a Companhia para a execução do serviço, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá;

9.1.6. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à PBGÁS;

9.1.7. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da PBGÁS, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;

9.1.8. Relatar à PBGÁS toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

9.1.9. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.11. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas pela PBGÁS;

9.1.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.

10. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1 A PBGÁS deve acompanhar e fiscalizar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, por meio de um representante especialmente designado.

10.2 O representante da PBGÁS deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

10.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023

TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO 2

10.4 A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da PBGÁS ou de seus agentes e prepostos.

10.5 A fiscalização da execução dos serviços abrange o monitoramento de todas os serviços previstos neste Termo de Referência para fins de sua plena execução.

11. VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

11.1. O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, a partir da data da sua assinatura, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, limitado a sua duração a 60 (sessenta) meses, nos termos do Art. 111 da Lei nº 13.303 de 2016.

12. PRAZOS DE VALIDADE DA PROPOSTA

12.1. O prazo de validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias consecutivos.

13. CONDIÇÕES GERAIS

13.1 O pagamento será efetuado pela PBGÁS, em moeda corrente, através de conta bancária indicada pela licitante vencedora, em até 10 (dez) dias após a entrega efetiva do material ou a prestação do serviço, acompanhado do documento de cobrança (nota fiscal, nota fiscal/fatura, recibos e/ou outros reconhecidos legalmente).

13.2 Por ocasião do pagamento, e de acordo com os termos do inciso II, do art. 11º, da Lei nº 10.128/2013, será retido 1,6% (um vírgula seis por cento) das empresas de médio porte ou superior e 1% (um por cento) das empresas de pequeno porte, em favor do Fundo Estadual de Apoio ao Empreendedorismo – Fundo Empreender PB, do Governo do Estado da Paraíba, incidente sobre o valor constante da nota fiscal, fatura ou recibo emitido pelo CONTRATADO.

13.3 O CONTRATADO vencedor do processo deverá apresentar os documentos abaixo listados referentes à regularidade fiscal e social, quando solicitados pela PBGÁS:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023

TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO 2

- b) Prova de Regularidade para com a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, conforme art. 1º da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.1151, de 2 de outubro de 2014;
- c) Prova de regularidade de situação relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando o cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, mediante apresentação de Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal (CEF).

14. MATRIZ DE RISCOS

Nos termos do art. 69, inciso X, combinado com art. 42, inciso X da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, aplica-se ao contrato vinculado a este Termo de Referência os seguintes riscos e responsabilidades entre as partes, caracterizando o equilíbrio econômico-financeiro inicial do respectivo contrato, em termos de ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação.

14.1 Constituem riscos suportados exclusivamente pela **PBGÁS**, que poderão ensejar termos aditivos a esse contrato:

14.1.1 Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato que não estejam na álea ordinária, tais como fatos do príncipe, caso fortuito ou de força maior, bem como o retardamento determinado pela **PBGÁS**, que comprovadamente repercute no preço do **CONTRATADO**;

14.1.2 Elevação dos custos operacionais para o desenvolvimento da atividade empresarial em geral e para a execução do objeto em particular, tais como aumento de preço de insumos, prestadores de serviço e mão de obra.

14.2 Observado o disposto no item precedente, constituem riscos suportados exclusivamente pelo **CONTRATADO**:

14.2.1 Atraso na execução do objeto contratual por culpa do **CONTRATADO**.

14.2.2 Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato próprios do risco ordinário da atividade empresarial ou da execução.

14.2.3 Alteração de enquadramento tributário, em razão do resultado ou de mudança da atividade empresarial, bem como por erro do **CONTRATADO** na avaliação da hipótese de incidência tributária.

14.2.4 Variação da taxa de câmbio.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2023

TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO 2

14.2.5 Elevação dos custos operacionais definidos na linha anterior, quando superior ao apurado conforme Cláusula de Equilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato.

14.3 O **CONTRATADO** declara:

14.3.1 Ter pleno conhecimento da natureza e extensão dos riscos por ele assumidos no Contrato.

14.3.2 Ter levado tais riscos em consideração na formulação de sua Proposta e assinatura do Contrato.

14.4 O **CONTRATADO** não fará jus à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro caso quaisquer dos riscos não alocados expressamente à PBGÁS venham a se materializar.

15. ANEXOS

15.1 Anexo I – Demonstrações Contábeis de 31/12/2021 e 31/12/2022;

15.2 Anexo II – Questionário Seguro de Responsabilidade Civil – Práticas Trabalhistas EPL.

15.3 Anexo III – Questionário complementar.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES ANO: 2021

MENSAGEM DA DIRETORIA

A Companhia Paraibana de Gás – PBGÁS, submete à apreciação dos Acionistas, usuários e demais partes interessadas, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, o Relatório Anual da Administração de 2021. O documento contém a prestação de contas da Administração, com ações e resultados alcançados.

A pandemia da COVID-19, iniciada em 2019, avançou no ciclo 2021, e os efeitos duradouros das restrições sanitárias impactaram o ambiente de negócios, levando a Companhia a buscar ações e soluções para adaptação à nova realidade, a qual visava a manutenção da qualidade e garantia dos serviços.

Iniciamos um novo ciclo de Planejamento Estratégico para nos reposicionar e manter nosso compromisso no exercício do papel de concessionário com excelência ante aos novos cenários que se descortinam na pós pandemia, especialmente nos ambientes econômico e regulatório, que passam por mudanças de formato, após a promulgação da Lei nº 14.134 de 2021, chamada nova Lei do Gás, que estabeleceu o novo marco legal.

Retomamos a implantação das nossas diretrizes de SMS, que formam o Sistema de Gestão Integrado, entendendo que a segurança e meio-ambiente e saúde são fundamentais para garantir o bom desempenho das nossas atividades e a preservação dos nossos ativos.

Todas as metas de topo, outrora previstas no Plano Orçamentário, foram alcançadas com desempenho acima dos projetados em: investimento previsto, margem orçada e lucro operacional. Este se destacou com a realização de 689% acima do orçado, consequência de esforço conjunto e diligência de Funcionários e da Administração.

Finalmente queremos renovar o compromisso com todas as partes relacionadas em buscar as melhores decisões, visando gerar valor e cumprir o papel concessionário da Companhia na universalização do serviço de distribuição de gás canalizado.

Em fevereiro de 2022,
Diretoria Executiva da PBGÁS.

Jaílson Galvão - Diretor-Presidente
Odilson Silva da Nóbrega - Diretor Técnico e Comercial
Taciana Danzi O. Amaral Alves - Diretora Administrativa e Financeira

QUEM SOMOS

A EMPRESA

Somos a Companhia Paraibana de Gás - PBGÁS, Sociedade de Economia mista, capital fechado, CNPJ: 00.371.600/0001-66, instalada à Rua Antônio Rabelo Júnior, 161 – Eco Business, 12º Andar - Miramar, João Pessoa – PB.

A PBGÁS teve sua criação autorizada pela Lei Estadual 5.680 de 17 de dezembro de 1992, e em 30 de dezembro de 1994, concretizou-se a formalização da concessão, através do contrato para exploração do serviço público de distribuição de gás canalizado no território paraibano. As operações iniciaram em 1995, conforme a Lei nº 9.493/94.

Desde então a atuação da PBGÁS está pautada na ampliação da infraestrutura de distribuição, para prover as melhores condições operacionais e de segurança no fornecimento de gás canalizado no Estado, cumprindo o papel de concessionário e atuando em bases econômicas, sociais e ambientais sustentáveis para atender usuários dos segmentos industrial, automotivo, residencial e comercial.

ONDE ESTAMOS

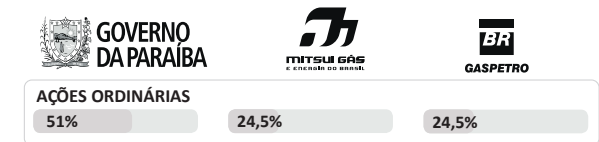
Em 2021 a rede de distribuição alcançou 352 km de extensão, crescimento de 6%, atendendo 11 municípios do Estado: João Pessoa, Campina Grande, Cabedelo, Conde, Alhandra, Santa Rita, Bayeux, Mamanguape, Queimadas, Ingá e Caldas Brandão (Cajá). A PBGÁS também atende em Gás Natural Comprimido - GNC, através do modal rodoviário, os municípios de Guarabira, Patos e Remígio.



- Atendidos por gasoduto
- Atendidos por modal rodoviário - GNC

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Em sua formação, a empresa tem a representação do Estado da Paraíba como acionista controlador, vinculado à Secretaria de Infraestrutura, dos Recursos Hídricos e do Meio Ambiente, bem como dos acionistas Petrobras Gás S/A – GASPETRO, controlada da empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS e a Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.



GOVERNANÇA

A estrutura de Governança Corporativa da PBGÁS é formada por: Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutário, Comitê Estatutário de Elegibilidade e Avaliação, Auditoria Interna e Diretoria Executiva, que estabeleceu um conjunto de processos, políticas, regulamentos, que regem a maneira como da Companhia é dirigida, administrada e controlada e estão pautadas em princípios de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

ADMINISTRAÇÃO 2021

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- Marcelo Antônio Carreira Cavalcanti de Albuquerque – Presidente (Estado da Paraíba);
- Carlos Arthur de Almeida Baptista Ferreira Pereira – Membro (Estado da Paraíba);
- Gabriela de Aragão Sarmento Vieira – Membro (Estado da Paraíba);
- Jailson José Galvão - Membro (Estado da Paraíba);
- Raimundo Barretto Bastos – Vice-Presidente (Mitsui Gás e Energia do Brasil – MGEb);
- Cesar dos Reis Rosa – Membro (Petrobras Gás S.A – GASPETRO); e
- Vitor Calazans Baroni – Membro (GASPETRO e MGEb).

DIRETORIA EXECUTIVA

- Jailson José Galvão - Diretor-Presidente (Estado da Paraíba);
- Taciana Danzi Oliveira Amaral Alves - Diretora Administrativa e Financeira (Mitsui Gás e Energia do Brasil – MGEb); e
- Odilson Silva da Nóbrega - Diretor Técnico-Comercial (Petrobras Gás S.A - GASPETRO).

REFERENCIAL ESTRATÉGICO

As atividades exercidas pela Companhia estão pautadas em sua Missão, Visão e Valores:

MISSÃO:
Prover infraestrutura de distribuição de gás canalizado, facilitar a vida das pessoas e contribuir para o desenvolvimento da Paraíba.

VISÃO:
Até 2023 ser reconhecida nacionalmente pela eficiência na gestão.

VALORES:

ÉTICA
Agir com eficiência, responsabilidade, seriedade e transparência, respeitando os padrões legais e morais da sociedade.

CONFIANÇA
Acreditar que o ambiente de trabalho deve criar vínculos de respeito e confiança, trabalhando de forma colaborativa, visando à obtenção de resultados para todas as partes interessadas.

CUIDADO COM AS PESSOAS
Reconhecer e valorizar o mérito dos colaboradores que alcançam e superam os resultados planejados, estimulando o seu desenvolvimento profissional e pessoal.

SEGURANÇA
Promover o gerenciamento de riscos, atuando na prevenção, preservação da saúde e integridade de sua força de trabalho e na proteção das pessoas.

SATISFAÇÃO DOS CLIENTES
Atender o cliente com cortesia, qualidade técnica, regularidade, trazendo-lhes oportunidades de maior produtividade e eficiência energética.

NOSSOS NÚMEROS 2021

Comparando com o ano anterior, nosso sistema de distribuição de gás natural transportou mais 19,8% de gás natural, um total de 80.711.870 m³ (metros cúbicos), média de 221.128 m³/dia (metros cúbicos por dia), sendo 66,6% comercializados pelo segmento industrial, 28,8% pelo automotivo, 2,5% pelo comercial e 2,1% pelo residencial, atendendo 22.735 usuários.

SEGMENTO INDUSTRIAL

Na região João Pessoa, há 17 indústrias consumindo 51% do volume diário. Nas demais são 23 indústrias distribuídas entre os municípios de Conde, Campina Grande, Cabedelo, Ingá, Queimadas, Bayeux e Santa Rita, juntos consumindo 49% do gás industrial, uma média de consumo de aproximadamente 147,3 mil m³/dia, em um portfólio que atende processos fabris nas áreas: cerâmica, têxtil, calçados, alimentos, papel e celulose, mineração e metalurgia.

O segmento industrial apresentou crescimento de 21% em relação a 2020, ano em que as atividades industriais foram impactadas pela pandemia, com relação a 2022 existe a perspectiva de uma taxa de crescimento de 6,4% em função da recuperação da atividade econômica, principalmente influenciada pelas projeções da construção civil.

Um fator de destaque para 2021 foi a iniciativa do Governo do Estado da Paraíba, instituindo incentivo das atividades fabris. Através da redução da alíquota de ICMS do gás natural, a base de cálculo foi reduzida de 18% para 12%.

SEGMENTO AUTOMOTIVO

O segmento automotivo, por sua vez, com consumo médio de 63,7 mil m³/dia em 2021, está concentrado na Grande João Pessoa com 27 postos (sendo dois na cidade de Mamanguape), representando aproximadamente 79% do volume vendido para este segmento. Em Campina Grande, atualmente com 6 postos oferecendo o gás natural veicular (sendo um em Queimadas), o volume comercializado é da ordem de 14% do total. Também existe um posto no município de Caldas Brandão (Cajá), localizado entre João Pessoa e Campina Grande, responsável pela comercialização de 2% do total do segmento. Complementando o mercado automotivo, existem 3 postos no interior do estado abastecidos por gás natural comprimido (GNC) transportado em carretas, que juntos representam 5% do volume comercializado no ano. Trata-se de um posto na cidade de Patos, há 175 km de Campina Grande, um posto na cidade de Remígio, há 40 km de Campina Grande, e outro na cidade de Guarabira, há 60 km de João Pessoa.

O automotivo em 2021 apresentou um crescimento de 17% em relação a 2020, principalmente motivado pela flexibilização das medidas de restrição de circulação em função da pandemia. Para 2022 a estimativa é de crescimento de 9,5% baseado nas perspectivas de recuperação das atividades econômicas.

SEGMENTOS RESIDENCIAL E COMERCIAL

O mercado de varejo abrange os segmentos residencial e comercial e encerrou 2021 com um volume total médio de 10,2 mil m³/dia, há potencial de crescimento e a meta é atingir cerca de 45.000 unidades consumidoras residenciais e 600 unidades comerciais até o final de 2026.

A meta de ligação para o ciclo 2021 para o segmento residencial foi superada em 25%, com a interligação de 2.513 unidades habitacionais, alcançando o total de 22.332 unidades atendidas no segmento comercial foram ligados 20 novos clientes, totalizando 326 UCA's (Unidades Comerciais Autônomas).

AMBIENTE LEGAL

O ambiente legal passou por alterações significativas em seu formato com a publicação do novo marco legal do gás natural, Lei 14.134, de 8 de abril de 2021, que dispõe sobre as atividades relativas ao transporte de gás natural, de que trata o art. 177 da Constituição Federal, e sobre as atividades de escoamento; tratamento, processamento, estocagem subterrânea, acondicionamento, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural.

No contexto estadual foi promulgada a Lei 12.142, de 24 de novembro de 2021, que estabelece as normas relativas à exploração direta, ou mediante concessão, dos serviços locais de gás canalizado no Estado da Paraíba, com destaque para o enquadramento do consumidor livre.

CHAMADA PÚBLICA

Para diversificar as fontes supridoras e buscar melhores condições mercadológicas para os usuários, foi realizada Chamada Pública para aquisição de Gás Natural, conforme dispõe o art. 2º, XI, da Lei 14.134, em conjunto com a Companhia Paraibana de Gás - PBGÁS estiveram as concessionárias, Gás Alagoas S.A. - ALGAS e Companhia de Gás da Bahia BAHIAGÁS. Sete dispatentes apresentaram propostas comerciais e o processo foi concluído com sucesso em dezembro de 2021, tendo a Potiguar E&P e a Petrobras assinado contratos até 2023 e 2025 respectivamente.

RECURSOS HUMANOS

CUIDADO DA EMPRESA COM AS PESSOAS

Com o retorno das atividades laborais ao formato presencial, a Companhia vem mantendo ao longo de 2021 todo o cuidado com a preservação da saúde dos empregados. E nesse sentido, destacamos a atuação do trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Comitê Covid-19, juntamente com o serviço médico do trabalho, cujo principal objetivo é difundir procedimentos de saúde e segurança no trabalho de forma rápida e atualizada, além de monitorar e orientar todos os empregados.

Também, pensando na saúde mental e física dos colaboradores, foram oferecidas palestras com os temas: Felicidade e Bem-estar no Ambiente de Trabalho, Ansiedade como Fator de Adoecimento, Setembro Amarelo, Outubro Rosa e Novembro Azul.

DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO

Em 2021, a PBGÁS disponibilizou ações educacionais e de gestão do conhecimento para capacitação de seus empregados e manteve investimento contínuo em cursos, palestras e outros treinamentos, priorizando a adoção da capacitação no formato remoto, em função da situação marcada pela crise da Covid-19.

Foram ofertados cursos de longa duração (Idiomas e Pós-Graduação), alinhados aos processos de trabalho dos beneficiados, bem como cursos sobre temas variados e importantes para o negócio e capacitação técnica dos empregados. Dentre os cursos oferecidos, destacamos: Curso de Aderência à Lei 13.303/2016; Curso sobre Assédio Moral e Sexual no Trabalho; Direcionamento Estratégico e Gestão de Riscos: As Armadilhas e o Vice-Versa; 2º Seminário Nacional de Estais; Formação de Assistente Contábil; CONARH Digital; Código Conduta e Integridade; Microsoft Windows Server 2016/2019 Acelerado; Projeto e Dimensionamento de Rede de Gás; Curso sobre revestimentos; Técnicas de Inspeção de Dutos Enterrados com vistas aos problemas de corrosão, às condições do revestimento anticorrosivos; Medição de Gás em Transferência de Custódia: Análise de Certificados de Calibração e Relatórios de Ensaio; Fundamentos da Incerteza de Medição de Gás Natural, Corrosão, Interferências Elétricas, Interferências Eletromagnéticas e Proteção Catódica de Tubulações de Aço Enterradas; Atmosfera Explosiva na Distribuição de Gás Canalizado; Introdução às intervenções na rede utilizando tecnologia hot tap e line stop; Introdução à Proteção Privacidade De Dados Pessoais; Adequação da Organização à Privacidade e Proteção e Dados Pessoais; Auditoria e Avaliação de Riscos de Privacidade e Proteção de Dados; Impacto da LGPD na Gestão de Recursos Humanos; Segurança da informação e Privacidade de Dados Pessoais; Medidas de Mitigação de Risco da LGPD na Gestão de Recursos Humanos; Curso de Direção Defensiva; NR 10 - Instalações e Serviços em Eletricidade; NR 13 - Caldeiras, Vasos de Pressão, Tubulações e Tanques Metálicos de Armazenamento; NR 20 - Segurança e Saúde no Trabalho com Inflamáveis e Combustíveis; NR 33 - Segurança e Saúde nos Trabalhos em Espaços Confinados; e NR 35 - Trabalho em Altura.

Também foram oferecidas diversas palestras e lives, dentre as quais destacamos: Comunicação Interpessoal; A importância da Manutenção das Medidas de Prevenção em Tempos de Covid 19; Felicidade e Bem-estar no Ambiente de Trabalho; A importância da Vacinação para Covid-19; Gestão de Riscos Corporativos; Setembro Amarelo – Sua Saúde Importa; A Importância da Ergonomia no Trabalho; Outubro Rosa; Novembro Azul; e Ansiedade como Fator de Adoecimento.

BENEFÍCIOS

Como parte da política de benefícios e de acordo com o estabelecido em Acordo Coletivo de Trabalho, a PBGÁS oferece os seguintes benefícios a seus empregados: Plano de Assistência Médico-Hospitalar; Plano de Assistência Odontológica; Seguro de Vida em Grupo com Auxílio Funeral, Previdência Privada; Auxílio Idiomas; Auxílio Pós-Graduação; Auxílio Creche; Vale Refeição/ Alimentação; Vale Transporte; e Reembolso de Despesas para Filhos com Deficiência.

AVANÇOS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

A PBGÁS, juntamente com os empregados e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas da Paraíba – STIUPB manteve em 2021, negociação coletiva, com intuito de aprovar as regras de interesse das partes, e, como resultado da

negociação coletiva, foi assinado o Termo Aditivo ao Acordo Coletivo de Trabalho 2020/2022, referente às Cláusulas Econômicas, com vigência de 01/05/2021 a 30/04/2022.

Ainda em 2021, o Conselho de Administração – CAD, aprovou a Revisão 06 da Política de Participação nos Resultados (P DIREX 004/09 – Revisão 06) e a Revisão 04 da Política de Participação nos Lucros (P DIREX 012/12 – Revisão 04), além do Programa de Participação nos Lucros 2021 (PPL 2021) e do Programa de Participação nos Resultados 2021 (PPR 2021), assinados pela Comissão de PLR.

DESEMPENHO EM SEGURANÇA, MEIO AMBIENTE E SAÚDE

PREVENÇÕES

A Companhia adota diretrizes para segurança, meio-ambiente e saúde nos ambientes de suas atuações, com iniciativas para prevenção, em especial as relacionadas a COVID-19. A formação de um comitê multidisciplinar auxiliou a Administração na tomada de decisões e instalou procedimentos para mitigar o contágio no âmbito da sede e prestadores de serviço externo.

Visando segurança no ambiente de trabalho e a preservação da vida foram estabelecidos protocolos, que apresentaram eficácia e nenhum caso de transmissão ocorreu nas dependências da Companhia, as ações de prevenções e as vacinas foram fundamentais para o retorno das atividades presenciais. O índice de imunizados com duas doses alcançou 99% dos empregados.

Concluímos o ciclo 2021 sem afastamentos por acidentes com gravidade ou doenças ocupacionais registráveis de nossos empregados e terceirizados. Quanto a Taxa de Ocorrências Registráveis – TOR, computamos 2,7 ocorrências para um limite de 4,7; meta atingida, mostrando eficácia na gestão do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO.

Retomamos ampla revisão do Sistema de Gestão de SMS para adequá-lo aos avanços normativos nos moldes das melhores práticas de segurança, elevando a qualidade e o desempenho em prevenção.

CUIDADOS COM O MEIO AMBIENTE

INCENTIVO AO NÃO USO DE PAPEL
A PBGÁS adotou ações de para reduzir impactos no meio-ambiente incentivando a redução das impressões, implantando sistema computacional, onde tramitam os processos administrativos e demais documentos de comunicação oficiais, internos e externos.

Nas iniciativas de Gestão Socioambiental a PBGÁS integra o Comitê Gestor da mata Xém-Xém e, junto com outras entidades participa das ações de elaboração de plano de manejo para o parque localizado em Bayeux. Realiza também Estudos Ambientais e de Análise de Riscos dos seus empreendimentos de forma a promover uma estrutura de proteção ao meio ambiente, às pessoas e possibilitar respostas associadas com as necessidades socioeconômicas. No ano passado, a PBGÁS também aderiu ao Programa Nascente Viva, o qual busca revitalizar as nascentes do Rio Paraíba, com mudas nativas do Bioma Mata Atlântica.

SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO

A PBGÁS, para manter seus serviços de distribuição de gás canalizado com confiabilidade, realiza ações contínuas. Em 2021, os investimentos em Operação e Manutenção dos Ativos de distribuição foram 54% superior ao realizado em 2020, com foco na renovação, segurança, conformidade e melhoria das medições. Nesse contexto, em 2021 foi implementada solução de medição por telemetria para usuários do varejo industrial, consumo, pressão e temperatura, estão sendo monitoradas remotamente.

Para custeio foram destinados R\$ 7,8 milhões, R\$ 2 milhões acima se comparado ao realizado em 2020, a elevação do custo operacional deve-se, principalmente, ao projeto de melhoria de 94 km de faixa de domínio do gasoduto em trechos de rede rurais entre São Miguel de Taípa a Campina Grande.

Em busca da excelência operacional, superamos a meta de atendimento do Plano de Manutenção Anual em mais 11%, realizando 86% das ações planejadas.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

A companhia reafirma o compromisso permanente em ações sociais, entendendo que este é um dos seus propósitos empresariais. A política interna de Cidadania Corporativa prevê investimentos por meio de apoio aos projetos de incentivo à cultura e ao esporte e as ações de preservação do meio-ambiente, fundamentais a ampliação do impacto socioambiental positivo e o fortalecimento do relacionamento de confiança entre a Companhia e a sociedade.

A responsabilidade social esteve na pauta da PBGÁS com apoio aos projetos de incentivo ao esporte, a cultura e a gastronomia paraibana de uma forma contribuir com a mitigação dos impactos causados pela pandemia.

Observando os requisitos legais impostos pela legislação, a companhia participou das seguintes iniciativas:

CULTURA

FESTIVAL RESTAURANT WEEK
Considerado o maior festival de gastronomia do Brasil. O evento é realizado há 15 anos e envolve restaurantes locais de 12 estados e do Distrito Federal, envolvendo restaurantes locais. O evento também tem viés social importante, pois incentiva doação voluntária do cliente, para cada prato vendido, que é doado para a instituição Milagre do Sertão, criando uma verdadeira corrente de solidariedade. A PBGÁS patrocina para estimular a recuperação no setor gastronômico da paraibana.

FESTIVAL DE MÚSICA DA PARAÍBA
A PBGÁS ofereceu apoio cultural ao maior evento de música da Paraíba. Em sua quinta edição, o Festival mantém o objetivo de reconhecer e divulgar a música paraibana, descobrindo, valorizando e premiando artistas que estão surgindo no cenário musical.

FEST ARUANDA
Através da Lei Rouanet, a Companhia patrocinou o 16º “Fest Aruanda”, que é considerado um dos mais representativos festivais de cinema da região Nordeste.

ESPORTE

PROJETO “DANDO O GÁS PARA O ESPORTE”
A PBGÁS patrocinou, dentro do projeto “Dando o Gás para o Esporte”, as equipes de futsal sub-15 do Clube Campestre de Campina Grande. A instituição apoia a prática esportiva de jovens atletas em um projeto social que oferece a prática do futsal a mais de 40 crianças de baixa renda da rede pública de ensino de Campina Grande.

II CORRIDA DOS PARQUES

Ainda dentro do projeto “Dando o Gás para o Esporte”, a PBGÁS patrocinou a II Corrida dos Parques, no bairro do Bessa, em João Pessoa. O evento incentiva dois aspectos, saúde e meio-ambiente, além da corrida de 6 e 12 km há o plantio e distribuição de mudas de árvores.

METAS 2021

A PBGÁS alcançou resultados corporativos expressivos, considerando as consequências da pandemia Covid-19, apresentando desempenho acima do esperado na realização das metas corporativa, com base no Plano Orçamentário 2021-2025.

Para os volumes de venda, a meta prevista foi realizada próxima aos 100%, com um desvio de apenas 0,6% para baixo.

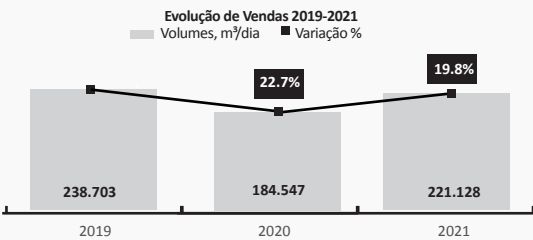
Nos investimentos, a meta foi superada em 2,3%, destacando-se a concentração em expansão e saturação da rede de distribuição, ampliando o acesso de novos usuários ao gás natural no Estado.

A margem de distribuição realizada superou em 108% a meta anual, enquanto o lucro operacional apurado no ano foi significativamente superior ao previsto 688,6%.

Metas	Aprovado	Realizado	% Realização
Volume (m³/dia)	222.435	221.128	99,4%
Investimento (R\$ mil)	8.929.678	9.137.742	102,3%
Lucro operacional (R\$ mil)	1.119.657	7.709.628	688,6%
Margem (R\$ mil)	37.043.138	39.990.601	108,0%

RESULTADOS

Em 2021, a Companhia comercializou 80.711.870 m³ de gás natural, uma média de 221.128 m³ diários, representando um crescimento de 19,8% do volume total comercializado em 2020, ano fortemente impactado pela crise da pandemia da COVID-19. Com esse crescimento a PBGÁS retornou ao patamar de vendas próximo ao nível pré-pandemia (2019), conforme demonstra o gráfico abaixo:





DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

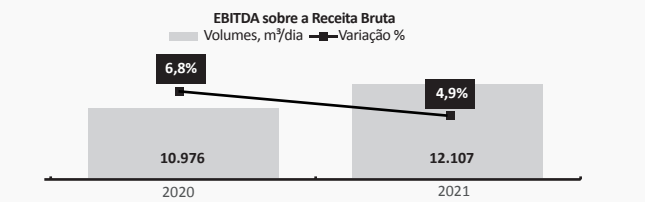
RECEITA BRUTA

A receita bruta alcançou o montante de R\$ 245,9 milhões em 2021, representando um crescimento de 53% em relação a 2020. Esse desempenho foi influenciado pelo aumento das vendas da Companhia devido a recuperação de mercado após o momento mais crítico da pandemia, mas, principalmente, pela pressão do preço do gás natural nas tarifas, tendo em vista a conjuntura de forte elevação do preço do petróleo, aliada à desvalorização do real frente ao dólar, que levaram a um reajuste da ordem de 40% no preço médio de aquisição do gás natural.

EBITDA

O EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization), ou lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização, totalizou, em 2021, o montante de R\$ 12,1 milhões, significando um aumento na ordem de 10,31% em relação ao ano anterior (R\$ 10,9 milhões).

FLUXO DE CAIXA



Ao longo do ano, a Companhia manteve um saldo de caixa em patamar acima do previsto, encerrando 2021 com um caixa total da ordem de R\$ 44,9 milhões, com variação positiva de R\$ 4 milhões, demonstrando crescimento aproximado de 10% em relação a 2020.

RESULTADO LÍQUIDO

O Resultado Líquido do exercício foi de R\$ 6,9 milhões em 2021, superando as expectativas previstas no plano orçamentário e representando crescimento de

240% em relação ao resultado do ano anterior. O desempenho foi reflexo da melhora da atividade, associada à performance do resultado financeiro, o aumento da taxa básica de juros da economia ao longo do ano elevou a receita com aplicações financeiras em renda fixa. A adoção do benefício fiscal de pagamento de Juros sobre o Capital Próprio (JSCP) também contribuiu para o alcance do resultado financeiro em 2021.

PERSPECTIVAS 2022

INVESTIMENTOS E PRINCIPAIS PROJETOS

Para os próximos cinco anos, a PBGÁS planeja investir um total de R\$ 50,8 milhões, dos quais R\$ 40,5 milhões em rede de distribuição (expansão, saturação, segurança e melhoria). Para 2022, a previsão é de realização de investimento na ordem de R\$ 12,5 milhões, distribuídos conforme relacionados abaixo:

- EXPANSÃO 61%**
- Rede Residencial e Comercial João Pessoa e Campina Grande – R\$ 5,5 milhões.
 - Rede Mangabeira-Penha – R\$ 1,7 milhão
 - Rede Porto de Cabedelo (fase 1) – R\$ 303 mil
 - Rede Polo Turístico Cabo Branco (fase 1) – R\$ 150 mil.

- SATURÇÃO 12%**
- Ramais Residenciais e Comerciais, João Pessoa e Campina Grande – R\$ 1,2 milhão.
 - Ramais Industriais e Postos GNV – R\$ 300 mil.

- MELHORIA E SEGURANÇA 8%**
- Odorização, proteção catódica, cromatografia e outros serviços – R\$ 1,1 milhão

- GESTÃO 4%**
- Sistemas de gestão, softwares e hardwares – R\$ 507 mil.

- PESSOAL: 13%**
- Pessoal alocado em projetos de investimento – R\$ 1,6 milhão.

- OUTROS: 2%**
- Aquisição de unidade móvel de GNC – R\$ 200 mil;

- No período 2023 à 2026 são projetos relevantes:**
- Projeto Porto de Cabedelo (R\$ 7 milhões);
 - Continuidade dos projetos de expansão residencial e comercial João Pessoa e Campina Grande (12,9 milhões);
 - Continuidade da Rede Mangabeira-Penha e Polo Turístico Cabo Branco (R\$ 2,6 milhões);
 - Saturação Industrial (R\$ 326,5 mil);
 - Continuidade dos projetos de saturação residencial e comercial João Pessoa e Campina Grande (4,9 milhões);
 - Projetos de melhoria que contemplam materiais e equipamentos, odorização, proteção catódica, cromatografia e serviços (R\$ 2,5 milhões);
 - Projetos de gestão envolvendo sistemas, softwares e hardwares (R\$ 842,7 mil).

METAS CORPORATIVAS 2022

Metas corporativas estabelecem as entregas propostas aos acionistas para o ano de 2022 e constituem referência para toda Companhia, apresentadas pela Diretoria Executiva e aprovadas pelo Conselho de Administração conforme preceitua o Art. 23 da Lei nº 13.303/2016.

Para Metas Corporativas 2022, foram definidos os seguintes parâmetros:

Metas Corporativas	Orçado 2021
Realizar o volume previsto no orçamento	236.727 m³/dia
Realizar os investimentos previstos no orçamento	R\$ 12.513.873
Realizar o resultado operacional - antes de impostos	R\$ 1.413.975
Realizar a margem bruta orçada	R\$ 43.542.505
Realizar OPEX anual a menor	R\$ 32.959.993

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - Em milhares de Reais							
Ativos Circulantes	Notas	31/12/2021	31/12/2020	Passivos Circulantes	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	5	44.881	40.870	Fornecedores	10 e 19	22.980	14.372
Contas a receber de clientes	6	12.926	7.331	Empréstimos e Financiamentos	11	3.273	4.909
Contas a receber de clientes - Parte relacionada	6	34	-	Passivo de arrendamento	8	1.010	407
Estoques		2.548	2.144	Obrigações trabalhista e encargos sociais a pagar	12	2.188	1.743
Tributos a recuperar	7	1.226	1.496	Tributos a pagar	13	1.286	584
Despesas antecipadas		234	168	Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar		-	16
Outros ativos		107	86	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	14 e 19	3.027	397
Total dos ativos circulantes		61.956	52.095	Débitos nas operações de venda de gás	15	102	102
				Outros passivos		171	50
				Total dos passivos circulantes		34.037	22.580
Não Circulantes				Não Circulantes			
Depósitos judiciais		205	139	Empréstimos e Financiamentos	11	-	3.273
Tributos a recuperar	7	-	56	Passivo de arrendamento	8	-	836
Outros ativos		993	993	Débitos nas operações de venda de gás	15	1	-
				Servidões de passagem	16	1.197	1.197
Direito de Uso Arrendamento	8	880	1.051	Provisão para Contingências	17	1.174	1.165
Intangível	9	42.611	41.621	Outros passivos		55	123
Total dos ativos não circulantes		44.689	43.860	Total dos passivos não circulantes		2.427	6.594
				Patrimônio Líquido	18		
				Capital social		58.028	57.714
				Reserva de lucro		8.618	7.874
				Reserva Especial		1.193	1.193
				Dividendos Adicionais Propostos		2.343	-
				Total do patrimônio líquido		70.182	66.781
Total dos ativos		106.645	95.955	Total do passivo e patrimônio líquido		106.645	95.955

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em milhares de Reais									
			Reserva de lucros					Lucros Acumulados	Total
			Capital Social	Reserva Legal	Reserva para Contingência	Incentivos Fiscais	Reserva especial		
Saldo em 01 de janeiro de 2020			57.458	6.860	-	256	-	600	65.174
Aumento de capital com reservas de lucro - Subvenção SUDENE	18	256	-	-	-	(256)	-	-	-
Dividendos adicionais aprovados			-	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reserva para Contingência			-	-	-	-	-	(600)	-
Lucro líquido do exercício			-	-	-	-	-	2.004	2.004
Destinações do Lucro Líquido do exercício:									
Constituição de reserva legal			-	100	-	-	-	(100)	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal			-	-	-	314	-	(314)	-
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (R\$ 0,24/ação)	14		-	-	-	-	-	(397)	(397)
Reserva Especial	14		-	-	-	-	1.193	(1.193)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020			57.714	6.960	600	314	1.193	-	66.781
Aumento de capital com reservas de lucro - Subvenção SUDENE	18	314	-	-	-	(314)	-	-	-
Lucro líquido do exercício			-	-	-	-	-	6.859	6.859
Destinação do Lucro Líquido do exercício:									
Constituição de reserva legal			-	343	-	-	-	(343)	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal			-	-	-	715	-	(715)	-
Dividendos adicionais propostos (R\$ 1,42/ ação)	14		-	-	-	-	2.343	(2.343)	-
Juros sobre capital próprio (R\$ 2,09/ação)	14		-	-	-	-	-	(3.458)	(3.458)
Saldos em 31 de dezembro de 2021			58.028	7.303	600	715	1.193	2.343	70.182

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS			Em milhares de reais	
	31/12/2021	31/12/2020		
Receitas	256.407	164.769		
Vendas de produtos e serviços	255.037	164.451		
Outras receitas	1.370	318		
Insumos adquiridos de terceiros	(156.229)	(94.992)		
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(149.872)	(87.414)		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(6.357)	(7.578)		
Valor adicionado bruto	100.179	69.777		
Amortização	(6.628)	(6.445)		
Depreciação	(436)	(406)		
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	93.115	62.926		
Valor adicionado recebido em transferência	2.114	992		
Receitas financeiras	2.114	992		
Valor adicionado total a distribuir	95.229	63.918		
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal:	14.585	13.703		
Remuneração direta	10.743	9.694		
Benefícios	3.116	3.148		
FGTS	727	861		
Impostos, taxas e contribuições:	72.670	47.395		
Federais	25.985	17.517		
Estaduais	46.653	29.845		
Municipais	31	33		
Remuneração de capitais de terceiros:	1.115	816		
Juros	559	335		
Aluguéis	556	481		
Remuneração de capitais próprios:	6.859	2.004		
Juros sobre capital próprio	3.457	-		
Dividendos	-	397		
Lucros retidos	3.402	1.607		
Valor adicionado distribuído	95.229	63.918		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS			Em milhares de reais	
	Notas	31/12/2021	31/12/2020	
Receita líquida - Venda de Gás	20	176.540	115.706	
Receita de Construção (ICPC 01)	20	9.138	4.066	
		185.678	119.772	
Custo dos produtos vendidos	21	(150.223)	(92.120)	
Custo de Construção (ICPC 01)	21	(9.138)	(4.066)	
		(159.361)	(96.186)	
Lucro bruto		26.317	23.586	
Receitas (Despesas) operacionais		(20.404)	(21.710)	
Despesas comerciais	22	(3.400)	(3.017)	
Despesas gerais e administrativas	23	(17.873)	(16.445)	
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	869	(2.248)	
Lucro antes do resultado financeiro		5.913	1.876	
Receitas financeiras	25	2.114	992	
Despesas financeiras	25	(559)	(335)	
Lucros antes do imposto de renda e da contribuição social		7.468	2.533	
Imposto de renda	26	(239)	(293)	
Contribuição social	26	(370)	(236)	
Lucro líquido do exercício		6.859	2.004	
Lucro básico e diluído por ação	27	4,15	1,22	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES			- Em milhares de Reais	
	31/12/2021	31/12/2020		
Lucro líquido do exercício	6.859	2.004		
Outros resultados abrangentes	-	-		
Resultados abrangente total do exercício	6.859	2.004		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			Em milhares de reais	
	31/12/2021	31/12/2020		
Fluxo de caixa de atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	6.859	2.004		
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício				
Amortização/Depreciação	6.380	7.152		
Reversão contingência civil e tributária	-	(7)		
Atualização líquida de top recuperável	16	(17)		
Perda no recebimento de crédito	28	52		
Atualização empréstimo	448	182		
	13.732	9.366		
(Aumento) Redução nos ativos operacionais				
Contas a receber de clientes	(5.629)	2.408		
Estoques	(404)	(149)		
Tributos a recuperar	270	143		
Créditos nas operações de venda e aquisição de gás	-	127		
Despesas antecipadas	(66)	14		
Outros ativos	(21)	(14)		
Realizáveis a longo prazo	10	43		
Aumento (Redução) nos ativos operacionais				
Fornecedores	8.608	4.038		
Obrigações trabalhista e encargos sociais a pagar	445	(65)		
Tributos a pagar	702	(120)		
Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar	(16)	16		
Débitos nas operações de venda e aquisição de gás	-	79		
Outos passivos	121	(195)		
Outros não circulante	(60)	44		
Caixa proveniente das operações	17.693	15.735		
Juros pagos empréstimo	(448)	(182)		
Juros Arrendamento	(104)	(139)		
Caixa líquido proveniente gerado pelas atividades operacionais	17.104	15.414		
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Aquisição de intangível	(7.450)	(4.100)		
Baixa intangível	142	-		
Caixa de líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(7.309)	(4.100)		
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Dividendos pagos	(397)	-		
Juros capital próprio pagos	-	(3.130)		
Pagamento de arrendamento	(514)	(406)		
Captação de empréstimos	-	9.000		
Pagamentos de empréstimo (principal)	(4.909)	(818)		
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades de financiamento	(5.820)	4.646		
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	4.011	15.960		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	40.870	24.910		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	44.881	40.870		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

Constituída em 25 de outubro de 1994, a Companhia Paraibana de Gás - PBGÁS é uma sociedade por ações de economia mista, tendo por objeto social promover a produção, a aquisição, o armazenamento, o transporte e a distribuição de gás canalizado e a prestação de serviços correlatos no Estado da Paraíba, conforme estabelece a Lei Estadual nº 5.680, de 17 de dezembro de 1992, que promulga a concessão deste serviço de acordo com o parágrafo 2º do art. 25 da Constituição Federal.

A Companhia é concessionária exclusiva pelo prazo de 50 anos dos serviços de distribuição de gás canalizado em todo o Estado da Paraíba, conforme contrato de concessão para a exploração dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado, assinado entre o Estado da Paraíba e a Companhia no dia 30 de dezembro de 1994.

A ARPB (Agência de Regulação do Estado da Paraíba) tem por finalidade regular, controlar e fiscalizar serviços públicos de competência do Estado da Paraíba, sempre com o objetivo de preservar o interesse público e o equilíbrio das relações entre os usuários e os concessionários, permissionários ou autorizados de serviços públicos no Estado.

Ao término do contrato, ocorrerá a reversão ao poder concedente dos bens e das instalações vinculados aos serviços, procedendo-se aos levantamentos, às avaliações e à determinação do valor de indenização à Companhia, observando-se os valores e as datas de sua incorporação ao patrimônio do Estado.

2. Impactos da Covid-19

A rápida e repentina propagação da epidemia do coronavírus (Covid-19) no ano de 2020 causou a paralisação de vários setores produtivos e comerciais, além de confinar pessoas e fragilizar a economia mundial.

Durante o ano de 2021, mudanças relevantes foram vivenciadas, no que concerne a campanha de vacinação em massa da população mundial e seu impacto constante, na redução do número de interações nas UTIs e do número de mortes. A economia de forma gradativa foi sendo retomada ao longo do ano, apresentando resultado favorável para a Companhia, apesar de todas as adversidades ainda enfrentadas.

A Administração da PBGÁS, por meio do Comitê para Monitoramento e Orientação de Conduta sobre o Coronavírus, continua com os cuidados necessários através das normas emitidas, com o intuito de garantir o cumprimento das medidas de controle e disseminação da doença na Companhia, minimizando assim os impactos nas diversas áreas organizacionais.

Algumas das medidas adotadas pelo comitê em

A Companhia continua avaliando os impactos que a COVID-19 poderá trazer aos seus negócios.

3 Base de preparação

3.1.Declaração de conformidade em relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014, pela Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e demais Normas, Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas posteriormente pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

Detalhes sobre as práticas contábeis da Companhia estão presentes na nota explicativa nº 4.

3.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.3. Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre estimativas contábeis que apresentam efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 8 - Arrendamento;
- Nota 6 - Provisão para perda de créditos;
- Nota 9 - Intangível; e
- Nota 17 – Provisão para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão das imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Não há julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

3.4. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

4. Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente na preparação das demonstrações financeiras, para o período findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

4.1. Instrumentos financeiros não derivativos

a) Ativos financeiros não derivativos

i. Reconhecimento e mensuração

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia, se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação, na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos como custo amortizado, conforme pronunciamento técnico CPC 48, que abrange caixa e equivalente de caixa e contas a receber.

Esses ativos possuem pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

ii. Caixa e Equivalente de Caixa

Caixa e equivalente de caixa abrangem caixa, saldos positivos em conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias. Os saldos em aplicações financeiras possuem liquidez imediata com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

iii. Contas a receber de Clientes e outros valores a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia. Tendo em vista o curto prazo de realização das contas a receber de clientes, não foi considerado o ajuste a valor presente dos títulos correspondentes deste saldo, cujo valor é considerado irrelevante.

A perda esperada de clientes foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir os possíveis não recebimentos por parte dos seus clientes, conforme nota explicativa nº6b.

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

b) Passivos financeiros não derivativos

Reconhecimento e mensuração

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos ao custo amortizado: fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizável e, no caso do financiamento bancário considerar-se-ão os juros pré-fixados estabelecidos em contrato.

A operação de “take-or-pay” corresponde ao gás pago e não retirado pelos usuários. Ocorre esta operação quando os usuários não retiram o volume de gás mínimo estabelecido em contrato, adquirindo o direito a recuperação que dar-se-á sempre quando o Cliente consumir volumes superiores ao mínimo exigido em contrato.

c) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

d) Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como instrumento patrimonial no patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente, aos titulares de ações ordinárias e cada ação dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias dos Acionistas.

Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como instrumento patrimonial no patrimônio líquido. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem a preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

e) Determinação do Valor Justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os principais ativos e passivos financeiros pelas suas características aproximam-se do valor justo. Quando aplicáveis, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas em notas específicas àquele ativo ou passivo.

A seguir estão demonstradas as reclassificações de categorias comparativas dos ativos e passivos financeiros:

Nota	31/12/2021		31/12/2020		Categoria CPC48/IAS 9	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo		
Ativo (Circulante e não circulante)						
Caixa e equivalentes de caixa	5	44.881	44.881	40.870	40.870	Custo amortizado
Contas a receber, líquidas	6	<u>12.960</u>	<u>12.960</u>	<u>7.331</u>	<u>7.331</u>	Custo amortizado
		<u>57.841</u>	<u>57.841</u>	<u>48.201</u>	<u>48.201</u>	
Passivos (Circulante e não circulante)						
Fornecedores	10	22.980	22.980	14.372	14.372	Custo amortizado
Gás Recebido E Não Entregue (Take Or Pay)	15	103	103	102	102	Valor justo por meio do resultado
		<u>23.083</u>	<u>23.083</u>	<u>14.474</u>	<u>14.474</u>	

4.2. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

4.3. Intangível

Contrato de Concessão

Os ativos intangíveis são avaliados pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A amortização de tais ativos é calculada pelo método linear com base na taxa de 10% a.a., e leva em consideração os benefícios econômicos futuros dos ativos componentes da infraestrutura utilizados no cálculo da tarifa, conforme contrato de concessão.

A Companhia tem assinado com o Estado da Paraíba, o Contrato de Concessão dos Serviços Locais de gás canalizado. Segundo esse contrato, o Poder Concedente regula os serviços prestados, juntamente com a margem a ser aplicada na tarifa a ser cobrada dos usuários pelo fornecimento de gás, a qual deve remunerar a Concessionária pelos investimentos e serviços por ela realizados, de acordo com as regras fixadas contratualmente.

Ainda segundo o Contrato de Concessão, o Poder Concedente detém o direito de receber ao final do prazo da Concessão toda a infraestrutura construída pela Concessionária ao longo do contrato, razão pela qual os ativos aplicados na prestação dos serviços de gás canalizado são classificados como ativo intangível, conforme requerido pela ICPC 01.

Dessa forma, a Concessionária reconhece como ativos intangíveis todos os valores por ela despendidos para a formação daqueles ativos reversíveis ao Poder Concedente, os quais são passíveis de recuperação via margem de distribuição, dentro do prazo da Concessão, num prazo de 10 anos, conforme estipulado no contrato.

Sobre o prazo para definição da vida útil econômica estimada para fins de amortização de seus ativos intangíveis, a Companhia mantém a adoção da regra definida no Contrato de Concessão, a qual define que o prazo a ser aplicado é de 10 anos, por ser este o padrão de consumo do benefício econômico.

A aplicação de prazo de amortização diverso daquele definido na regra contratual gera um resultado que, na interpretação da Administração, não reflete a realidade do negócio da Companhia, porque: (i) 10 anos é, de forma taxativa, o período definido no Contrato de Concessão para a recuperação dos investimentos realizados pela Concessionária na construção da infraestrutura; e (ii) a margem da Concessionária definida a partir da aplicação das regras contratuais é o instrumento que permite a manutenção do equilíbrio entre a receita e os custos da atividade.

Portanto, 10 anos é o prazo padrão de consumo do benefício econômico gerado pelos ativos intangíveis e, consequentemente, da sua vida útil estimada. Neste sentido, a Administração considera que a sua interpretação atende às práticas contábeis adotadas no Brasil, além de retratar com transparência a aderência das mesmas ao negócio da Companhia.

Extinta a concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização correspondente aos investimentos realizados nos dez anos anteriores (ativo financeiro) ao término da concessão.

A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço prestado ao poder concedente, e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo.

Outros ativos intangíveis (softwares)

Licenças adquiridas de programas de computador (softwares) são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na nota explicativa nº 9.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Outros ativos intangíveis (softwares)

Licenças adquiridas de programas de computador (softwares) são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na nota explicativa nº 9.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis.

4.4. Estoques

Os estoques representam o volume de gás disponível na rede da Companhia, bem como os materiais e peças para alocação em investimentos e manutenção de suas atividades. Estes estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição e não superam os preços de mercado, sendo mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

4.5. Redução ao valor recuperável de ativos – Impairment

a) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições que a mesma, não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

b) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros e o imposto de renda e a contribuição social diferidos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou a unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos as despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são, em grande parte, independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos — Unidade Geradora de Caixa (UGC).

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

4.6. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulante e não circulante são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Tendo em vista o curto prazo de realização das contas a pagar, não foi considerado o ajuste a valor presente dos títulos correspondentes deste saldo, cujo valor é considerado irrelevante.

4.7. Tributação

a) Impostos e contribuições sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente apurados com base no lucro real são calculados nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil, para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, conforme legislação em vigor.

b) Impostos e contribuições sobre as receitas

As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e COFINS, pelas alíquotas vigentes que montam em uma alíquota média de 9,25%. As receitas de vendas estão sujeitas ainda a substituição tributária do ICMS, pela alíquota de 18%. Esses tributos são apresentados como contas redutoras das receitas de vendas. Vide nota explicativa nº 20.

4.8. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou contratual que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

As provisões são registradas no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real, legal ou constituída como resultado de um evento passado tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

4.9. Subvenções governamentais

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período, registrado no resultado quando a subvenção se torna recebível, confrontada com as despesas que se pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições do CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais.

Há situações em que é necessário que o valor da subvenção governamental não seja distribuído ou de qualquer forma repassado aos sócios ou acionistas, fazendo-se necessária a retenção, após trânsito pela demonstração do resultado, em conta apropriada de patrimônio líquido, para comprovação do atendimento dessa condição. Nessas situações, tal valor, após ter sido reconhecido na demonstração do resultado, pode ser creditado à reserva própria (reserva de incentivos fiscais), a partir da conta de lucros ou prejuízos acumulados.

Conforme nota explicativa nº 26 a Companhia possui incentivo fiscal SUDENE.

O valor correspondente à redução do imposto de renda incidente sobre o lucro da exploração é contabilizado diretamente em conta de resultado, como retificadora da rubrica imposto de renda. Quando do encerramento do exercício este valor é destinado à conta de reserva de incentivos fiscais em atendimento ao que expressa o item 15B do CPC 07.

4.10. Receitas e Custos operacionais

a) Receitas e custos operacionais

Venda de gás

A receita operacional é reconhecida quando a obrigação de performance é concluída, ou seja, quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, (v) o preço da transação possa ser mensurado de maneira confiável.

Contratos de construção

As receitas e os custos de construção, cujo concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, são reconhecidos como receita e custo operacional. Sua evidênciação se tornou obrigatória para concessionárias de serviços de distribuição a partir da Interpretação Técnica ICPC 01, Item 14.

b) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações do valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. Compreendem ainda descontos obtidos, juros e multa de clientes. As despesas financeiras abrangem, juros incidentes sobre financiamentos, variação monetária de arrendamento, bem como outras despesas financeiras.

c) Apuração de resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de vendas de gás estão sendo apresentadas líquidas, ou seja, não incluem os impostos, vendas canceladas e os descontos incidentes sobre as mesmas, os quais estão apresentados como contas redutoras das receitas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços de construção da infraestrutura necessários para a prestação de serviços de distribuição de gás natural são considerados como um serviço prestado ao Poder Concedente. As receitas dos serviços de construção da infraestrutura prestados ao Poder Concedente estão sendo reconhecidas no resultado por igual valor aos seus respectivos custos, tendo em vista inexistir margem definida no Contrato de Concessão.

As receitas e os custos de construção, cuja evidênciação se tornou obrigatória para as concessionárias de serviços de distribuição a partir da Interpretação Técnica ICPC 01, foram reconhecidos conforme o CPC 47 – Receita de Contratos com clientes, como receita e custo operacional.

4.11. Benefício a empregados

a) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas à medida em que o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo montante esperado a ser pago para os planos de curto prazo de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função do serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

b) Plano de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com benefícios a empregados, nos exercícios durante os quais os serviços são prestados pelos empregados.

A Companhia é um dos patrocinadores do plano de benefícios GASPREV, administrado pela Fundação Petróbrás de Seguridade Social - Petros. O plano possui características de contribuição definida com benefícios pagos oriundos dos saldos acumulados das contas individuais formadas por cada empregado.

Os benefícios de contribuição definida assegurados pelo plano GASPREV são:

- Aposentadoria normal;
- Aposentadoria antecipada;
- Aposentadoria por invalidez;
- Pensão por morte e
- Institutos de autopatrocínio, benefício proporcional diferido e portabilidade.

O referido plano não inclui:

- Benefícios de demissão;
- Benefícios de longo prazo, que não sejam aposentadorias e pensões; e
- Plano de assistência médica para empregados, ou participantes e assistidos.

4.12. Demonstração do Valor Adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais estão sendo apresentadas em caráter opcional, uma vez que estas são obrigatórias somente para Companhias abertas.

4.13. CPC 06 (R2) - Arrendamento

O CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil em vigor desde 1º de janeiro de 2019, objetiva fornecer a base para que os usuários das demonstrações financeiras possam avaliar o efeito dos arrendamentos sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa das empresas.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento são compostos por pagamentos fixos. Após a mensuração inicial, o passivo de arrendamento é atualizado monetariamente e baixado pelos respectivos pagamentos. A Companhia optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional de aluguel, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento. Para fins de controle e reconhecimento dos ativos de direito de uso e respectivo passivo de arrendamento, a Companhia optou por evidenciar em novos grupos patrimoniais e novas rubricas contábeis, visando demonstrar os valores de forma segregada dos demais ativos e passivos.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa - fundo fixo	13	13
Bancos – conta movimento	1.009	3.170
Aplicações financeiras	43.867	37.696
Valores em trânsito	<u>(8)</u>	<u>(9)</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>44.881</u>	<u>40.870</u>

Caixa e equivalente de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo de liquidez imediata, podendo ser resgatados a qualquer tempo, com perda insignificante de valor.

Os valores aplicados estão demonstrados ao custo de aplicação e acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. O percentual médio de rendimento findo em 31 de dezembro de 2021 girou em torno de 98,4% do CDI diário, em linha com o percentual de 2020 e conforme previsto no plano orçamentário da Cia, com “target” de 100% sendo o benchmark a ser atingido sobre as disponibilidades de capital aplicadas no mercado financeiro.

6. Contas a receber de clientes e partes relacionadas

	31/12/2021	31/12/2020
Segmento veicular	4.357	2.471
Segmento industrial	6.547	3.576
Segmento comercial	1.097	667
Segmento residencial	917	650
Segmento comercial – Parte relacionada	34	-
Subtotal	<u>12.952</u>	<u>7.364</u>
Penalidade Contratual	41	28
Contas a receber de clientes	<u>12.993</u>	<u>7.392</u>
Perda Esperada de Clientes (b)	(33)	(61)

Contas a receber clientes líquida	<u>12.960</u>	<u>7.331</u>
--	----------------------	---------------------

a. Por vencimento

	31/12/2021	31/12/2020
A vencer		
1 a 30 dias	<u>12.741</u>	<u>6.771</u>
Vencidos		
31 a 60 dias	190	585
61 a 90 dias	1	1
Acima de 90 dias	<u>28</u>	<u>5</u>
	219	591
Contas a receber de clientes	<u>12.960</u>	<u>7.392</u>

b. Critérios de mensuração da provisão (Impairment)

A Companhia entende que o montante que melhor representa sua exposição máxima ao risco de crédito no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 33 (R\$ 61 em 31/12/2020).

Conforme as políticas de gerenciamento de risco e de crédito, a Companhia mensurou e reconheceu o resultado da análise das efetivas perdas de eventos ocorridos nos últimos (5) cinco anos, considerando as condições atuais e o plano de negócios da Companhia. A média ponderada da análise do modelo adotado foi aplicado sobre a carteira de clientes, encontrando assim o percentual de estimativa de perda utilizado como impairment dos seus ativos financeiros. A provisão para perda de crédito esperada foi constituída com base na experiência histórica da Companhia e a expectativa futura de realização de seus créditos em caixa. Análises individuais são realizadas e seus impactos registrados no resultado.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

7. Tributos a recuperar

	31/12/2021	31/12/2020
IRRF	368	114
PIS	12	5
COFINS	56	25
IRPJ Estimativa	436	1.241
CSLL Estimativa	267	-
Outros tributos a recuperar	87	86
ICMS	-	25
Total tributos a recuperar - Circulante	1.226	1.496

8. Arrendamento

Direito de uso e arrendamento	31/12/2021	31/12/2020	Passivo de arrendamento	31/12/2021	31/12/2020
Ativo direito de uso			Circulante		
Imóveis	2.129	1.864	Imóveis	1.069	499
(-) Amortização Acumulada	(1.249)	(813)	(-) AVP	(59)	(92)
	880	1.051		1.010	407
			Não Circulante		
			Imóveis	-	908
			(-) AVP	-	(72)
				-	836

a. Composição

	31/12/2021			31/12/2020		
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Terrenos	304	-	304	304	-	304
Móveis e utensílios	1.571	(922)	649	1.886	(1.092)	795
Hardware	3.401	(1.881)	1.520	3.794	(1.966)	1.827
Rede de Distribuição	142.233	(108.089)	34.145	133.816	(102.063)	31.753
Outros	3.473	(2.447)	1.026	3.730	(2.478)	1.252
Intangível em formação (*)	4.123	-	4.123	4.641	-	4.641
Intangível concessão	155.105	(113.338)	41.767	148.171	(107.599)	40.572
Direitos de uso de softwares	2.582	(1.738)	844	2.582	(1.533)	1.049
	157.687	(115.076)	42.611	150.753	(109.132)	41.621

(*) A conta “Intangível em formação” refere-se aos investimentos realizados pela Companhia na expansão da sua rede de distribuição, ainda em fase de construção.

b. Movimentação

	Taxa de Amortização% a.a. *	31/12/2021			31/12/2020		
Contratos de concessões		Saldo inicial	Adições	Saldo Final	Saldo Inicial	Adições	Saldo Final
Custo		148.171	6.934	155.106	144.252	3.919	148.171
Amortização	10	(107.599)	(5.739)	(113.338)	(101.243)	(6.356)	(107.599)
		40.572	1.195	41.767	43.009	(2.437)	40.572
Software e direito de uso							
Custo		2.582	-	2.582	1.851	731	2.582
Amortização	10	(1.533)	(206)	(1.739)	(1.144)	(389)	(1.533)
		1.049	(206)	843	707	342	1.049
Total do intagível		41.621	990	42.611	43.716	(2.095)	41.621

*A taxa de amortização para todos os bens da concessão é de 10% ao ano, conforme definido em contrato. Reconhecida amortização do intangível no valor de R\$ 5.945 (R\$ 6.746 em 31/12/2020) e de despesa R\$ 805 (R\$ 986 em 31/12/2020). O total de adições no exercício líquido que afetaram o caixa foi de R\$ 7.450 (R\$ 4.100 em 31/12/2020)

10. Fornecedores

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedor de gás – Petrobras (nota 19)	21.464	13.225
Fornecedores de materiais e serviços	1.516	1.147
	22.980	14.372

Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, as quais são classificadas como passivos circulantes.

11. Empréstimos e Financiamentos

Em 31/08/2020, a Companhia contraiu empréstimo em linha de Capital de Giro no valor total de R\$ 9 milhões do Banco Santander Brasil S/A. O montante será amortizado em 24 (vinte e quatro) meses, com carência de 90 (noventa) dias, com início da liquidação em 30/11/2020 e última parcela em 29/08/2022. Esta operação tem taxa de juros prefixada em 4,3% ao ano acrescido de correção pelo índice CDI (certificados de depósito interbancários) – atualmente em 1,90% ao ano.

O total de juros pagos no exercício de 2021 foi de R\$ 448 (R\$ 182 em 31/12/2020).

	31/12/2021	31/12/2020
Financiamento Santander	3.273	8.182
Juros Financiamento	53	305
Custo da transação amortizar	(53)	(305)
	3.273	8.182

Financiamento Circulante	3.273	4.909
Financiamento Não Circulante	-	3.273
	3.273	8.182

12. Obrigações trabalhistas e encargos sociais a pagar

	31/12/2021	31/12/2020
Impostos e contribuições sociais sobre folha de pagamento	589	507
Participação lucros e resultados	241	-
Provisão para férias e encargos	1.358	1.236
	2.188	1.743

Em virtude da situação da Pandemia, o Governo Federal tomou medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus (covid-19).

A Companhia utilizou da Medida Provisória 1.046/2021 em relação ao diferimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço conforme estabelece em seu art. 20, para recolhimento da contribuição em referência.

13. Tributos a Pagar

	31/12/2021	31/12/2020
PIS a pagar	126	90
COFINS a pagar	585	418
INSS terceiros a pagar	70	30
IRRF a pagar	438	6
Outros tributos a pagar	67	40
	1.286	584

14. Dividendos Propostos e JSCP a pagar

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição do dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, conforme determina a Lei nº 6.404/76, nos termos do seu artigo 202.

De conformidade com a Resolução nº 1.398/12 do CFC, ITG 08 – Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, os dividendos reconhecidos no passivo circulante correspondem aos 25% mínimos estabelecidos, estando o restante dos dividendos à disposição da AGO demonstrados em conta específica de dividendo adicional proposto no patrimônio líquido.

Para os JSCP, estes foram imputados ao dividendo mínimo obrigatório em 2021, líquido de IRRF.

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	6.859	2.004
(-) Reserva legal	(343)	(100)
(-) Reserva de incentivo fiscal	(715)	(314)
Lucro líquido a ser distribuído	5.800	1.590

Dividendos propostos pela Administração		
Dividendos mínimos obrigatórios	-	397
Dividendos Propostos	2.343	-
Reserva especial	-	1.193

JSCP	3.458	-
(-) IRRF JSCP	431	-
JSCP a pagar	3.027	-

Conforme 27ª AGO realizada em 20 de abril de 2021 foi aprovado o pagamento em 17/12/2021 dos dividendos mínimos obrigatórios no valor de 397.

15. Débitos nas operações de venda e aquisição de gás

	31/12/2021	31/12/2020
Conpel – Cia Nordestina de Papel	102	102
Total circulante:	102	102

Conpel – Cia Nordestina de Papel	1	-
Total não circulante:	1	-

Corresponde ao gás pago e não retirado pelos usuários. Ocorre a operação “pagamento a título de retirada mínima” quando os usuários não retiram o volume de gás mínimo estabelecido em contrato. A PBGAS emite nota de débito equivalente à aplicação da tarifa de venda de gás natural sem

A vigência dos contratos de arrendamento é de 5 anos com término em 2023. O montante pago no exercício de 2021 foi de R\$ 514. A taxa incremental utilizada para ajuste ao valor presente foi de 9,90% ao ano. Os contratos são atualizados anualmente pelo IGP-M.

9. Intangível

A Companhia tem assinado com o Estado da Paraíba, Contrato de Concessão dos Serviços Locais de gás canalizado, conforme descrito na nota explicativa nº 1. Segundo o contrato, o Poder Concedente regula os serviços prestados, juntamente com a tarifa a ser cobrada dos usuários pelo fornecimento de gás, a qual deve remunerar a Concessionária ao longo do contrato, razão pela qual os ativos aplicados na prestação dos serviços de gás canalizado são classificados como ativo intangível, conforme requerido pela ICPC 01. Dessa forma, a Concessionária reconhece como ativo intangível, todos os valores por ela despendidos para a formação dos ativos ligados à Concessão, os quais são passíveis de recuperação via tarifa, num prazo de dez anos, dentro do período da Concessão, conforme estipulado no contrato.

Extinta a concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização correspondente aos investimentos realizados nos dez anos anteriores ao término da concessão, os quais serão registrados como ativos financeiros da concessão.

16. Servidões de passagem

	31/12/2021	31/12/2020
Servidão de Passagem (a)	1.197	1.197
Total	1.197	1.197

(a) Servidão de passagem: Refere-se ao provisionamento de taxas ao DNIT realizado pela Companhia, conforme estimativa contratual.

17. Provisão para contingências

A Companhia em 31 de dezembro de 2021 tem registrada provisão para perdas em processos no montante de R\$ 1.174 (R\$ 1.165 em 31/12/2020), decorrentes do curso normal de suas operações.

A composição da provisão para passivos eventuais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 está assim demonstrada:

	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhista	83	74
Cível	1.091	1.901
	1.174	1.165

A Administração da Companhia, baseada no parecer de seus assessores jurídicos, classificou os processos judiciais de acordo com o grau de risco de perdas prováveis e possíveis conforme segue:

(a) **Cíveis:** A Companhia possui processos cíveis relativos à indenização por danos morais e materiais, no montante de R\$ 1.091 (R\$ 1.091 em 31/12/2020). Baseados na opinião de seus assessores jurídicos a Companhia efetuou a provisão deste montante considerado provável de perda.

Número do processo	Data do auto	Valor histórico
028.2008.000.028-5	15/01/2008	410
028.2011.000.231-9	21/03/2011	681
		1.091

(b) **Trabalhistas:** A Companhia possui processos trabalhistas e baseados na opinião de seus assessores jurídicos a Companhia permanece com a provisão no montante de R\$ 83 (R\$ 74 em 31/12/2020), considerado provável de perda.

Número do processo	Data do auto	Valor histórico
0001632-08.2017.5.13.0025	21/11/2017	83
		83

Os processos trabalhistas considerados como possíveis têm como valor histórico o total de R\$2.914.

A movimentação da conta de provisão para passivos eventuais, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, está assim demonstrada:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	1.165	1.164
Provisões efetuadas	9	8
Pagamentos e/ou reversão efetuados	-	(7)
	1.174	1.165

18. Patrimônio líquido

a. Capital social

A composição acionária em 31 de dezembro de 2021 e 2020 pode ser demonstrada conforme quadro abaixo:

Acionista	Ações ordinárias	%	Ações preferenciais	%	Total de ações	Capital social 31/12/2021
						R\$
Estado da Paraíba	280.902	51,0	-	-	280.902	9.864
Petrobras	134.940	24,5	550.783	50	685.723	24.082
Gás S.A. - Gaspetro	-	-	-	-	-	-
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.	134.940	24,5	550.783	50	685.723	24.082
Total	550.782	100	1.101.566	100	1.652.348	58.028

Acionista	Ações ordinárias	%	Ações preferenciais	%	Total de ações	Capital social 31/12/2020
						R\$
Estado da Paraíba	279.382	51,0	-	-	279.382	9.810
Petrobras	134.210	24,5	547.805	50	682.015	23.952
Gás S.A. - Gaspetro	-	-	-	-	-	-
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.	134.210	24,5	547.805	50	682.015	23.952
Total	547.802	100	1.095.610	100	1.643.412	57.714

A 114ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2021 aprovou o aumento de capital no montante de R\$ 314, proveniente da incorporação de incentivos fiscais de redução de 75% do Imposto de Renda (Lei 4.239/63 e Lei 8.191/91), com a emissão de 8.936 ações, sendo 2.980 ordinárias e 5.956 preferenciais, todas de classe única, sem valor nominal e inconversíveis de uma classe em outra.

Em 18 de dezembro de 2020 foi realizada a 105ª Assembleia Geral Extraordinária na qual aprovou o aumento de capital no montante de R\$ 155, proveniente da incorporação de incentivos fiscais de redução de 75% do Imposto de Renda do ano de 2019(Lei 4.239/63 e Lei 8.191/91), com a emissão de 4.431 ações, sendo 1.475 ações ordinárias e 2.956 ações preferenciais, todas de classe única, sem valor nominal e inconversíveis de uma classe em outra.

O capital autorizado da Companhia é de 6.000.000 de ações.

O capital social pertence inteiramente aos acionistas domiciliados no País em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

b. Reserva de lucros

(i) **Reserva legal:** É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social, em conformidade com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações. A destinação para essa reserva ocorre anualmente.

(ii) **Reserva de incentivos fiscais:** É constituída mediante destinação de parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais, decorrentes de doações ou subvenções governamentais, em conformidade com o art. 195-A da Lei das Sociedades por Ações.

Para a PBGAS, este valor refere-se ao incentivo para subvenção de Para a PBGAS, este valor refere-se ao incentivo para subvenção de investimentos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) com o benefício de redução de 75% do IRPJ sobre o Lucro da Exploração obtido pela Companhia conforme Laudo Constitutivo nº 0215/2016. O valor desta reserva deverá ser utilizado para futuro aumento de capital, sendo vedada a sua distribuição aos acionistas na forma de dividendos.

19. Saldos e transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, bem como as transações que influenciaram o resultado no período dos 12 (doze) meses, relativas às operações com partes relacionadas, foram realizados em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações.

	Petrobras		Gaspetro		Mitsui		Estado da Paraíba	
Transações	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Ativo Circulante								
Contas a receber de Clientes (*)	-	-	-	-	-	-	34	-
Passivo Circulante								
Fornecedor	21.464	13.255	-	-	-	-	-	-
Dividendos/ JSCP a pagar	-	-	1.220	165	1.220	165	587	67
Resultado								
Compra de gás natural (*)	136.143	81.011	-	-	-	-	-	-
Reembolso Acionista	-	-	52	361	387	385	-	-

(*) As compras de gás natural estão demonstradas líquidas de impostos.

(a) A Companhia celebrou com a Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRAS, em 31 de setembro de 2020, contrato de suprimento com vigência entre 01 de outubro de 2020 e 31 de dezembro de 2023, cuja QDC inicial foi 200.000m³/dia, posteriormente alterada para 220.000m³/dia, através do 1º Aditamento ao Contrato, firmado em 01 de dezembro de 2020. Para os anos de 2022 e 2023 esta QDC passa a ser de 80.000m³/dia.

Em função da abertura do mercado de gás e possibilidade de novos supridores para atendimento à demanda da Companhia, foi lançada, em 22 de junho de 2021, a Chamada Pública com objetivo de diversificar as fontes supridoras e buscar melhores condições mercadológicas para os usuários de gás canalizado do estado da Paraíba. A Chamada Pública resultou na contratação da Potiguar E&P S/A para os exercícios 2022 e 2023 com a QDC de 80.000m³/dia e 100.000m³/dia, respectivamente. E ainda, um segundo contrato com a Petróleo Brasileiro S/A para o período de 2022 a 2025, cuja QDC é de 80.000m³/dia para o primeiro ano e 71.000m³/dia para os demais.

20. Receita líquida

	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta		
Gás veicular	73.628	49.468
Gás industrial	154.295	97.272
Gás residencial	9.718	7.998
Gás comercial	8.297	5.663
	245.938	160.401
(-) Impostos sobre faturamento		
ICMS	(46.614)	(29.845)
PIS	(4.057)	(2.646)
COFINS	(18.688)	(12.189)
(-) Vendas Canceladas	(39)	(15)

Receita líquida	176.540	115.706
------------------------	----------------	----------------

Receita de construção - ICPC 01	9.138	4.066
--	--------------	--------------

21. Custos dos produtos vendidos

	31/12/2021	31/12/2020
Custo de gás natural (a)	(136.142)	(81.011)
Pessoal	(3.381)	(3.071)
Odorização	(95)	(86)
Custo transporte gás	(312)	-
Serviços de terceiros	(3.847)	(1.711)
Aluguéis	(287)	(242)
Materiais de manutenção	(45)	(261)
Seguros	(292)	(278)
Amortização	(5.822)	(5.459)
	(150.223)	(92.120)
Custo de Construção – ICPC 01	(9.138)	(4.066)

(a) O custo do gás natural por segmento é dividido conforme abaixo:

	31/12/2021
--	------------

(a) Despesa de penalidade contratual, valores decorrentes de:

Encargo de Capacidade: consiste na remuneração mínima mensal devida ao supridor, Petróbras, quando da retirada do gás for inferior a 100% da QDC, apurado mensalmente. Este encargo consiste exclusivamente pelos valores fixos não recuperáveis associados à reserva de capacidade de transporte do gás disponibilizado à Companhia;

Penalidades por erro de programação: penalidade reconhecida quando não é atingido o volume programado conforme regra contratual.

25. Resultado financeiro

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras		
Receita s/ aplicações financeiras	1.626	705
Juros/multas - Clientes	466	212
Outras receitas financeiras	22	75
	<u>2.114</u>	<u>992</u>
Despesas financeiras		
Juros e multas	(449)	(182)
Descontos concedidos	-	(8)
Variação monetária - Ativo de arrendamento	(104)	(139)
Outras despesas financeiras	(6)	(6)
	<u>(559)</u>	<u>(335)</u>

26. Imposto de renda e contribuição social

Em 14 de dezembro de 2016, foi expedido pela SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), o Laudo Constitutivo nº 0215/2016, que concedeu benefício fiscal de redução do imposto de renda e adicional não restituível, calculados com base no lucro da exploração, por um prazo de 10 anos da atividade de industrialização e distribuição de gás natural, na quantidade de 195.000.000 m³/ano. O percentual de redução é de 75% e a fruição do benefício terminará no ano-calendário de 2025.

O benefício fiscal concedido pela SUDENE foi registrado no resultado da Companhia, integrando o lucro líquido do exercício. Este valor corresponde à isenção do imposto de renda incidente sobre lucro da exploração e contabilizado como reserva de lucros (Incentivo Fiscal) em seu montante integral, devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízo contábil, conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda (RIR).

A conciliação entre os tributos sobre o lucro, calculados com base nas alíquotas efetivas e o montante de despesas reconhecido no resultado está assim demonstrada:

	31/12/2021		31/12/2020	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	7.468	7.468	2.533	2.533
Adições e exclusões permanentes				
Brindes e patrocínios	67	67	55	55
Provisões não dedutíveis	31	31	36	36
Reversão provisões	(49)	(49)	(7)	(7)
Reversão JSCP	(3.458)	(3.458)	-	-
(+/-). Outros	57	57	(5)	(5)
Total	4.116	4.116	2.612	2.612
Alíquota nominal do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(1.004)	(370)	(628)	(236)
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do exercício:				
(-) Incentivo PAT	24	-	15	-
(+/-). Outros	25	-	6	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	(955)	(370)	(606)	(236)
(-) Incentivos fiscais SUDENE	716	-	314	-
Imposto de renda e contribuição social	(239)	(370)	(293)	(26)
Alíquota efetiva do IR e CSLL	5,81%	9%	11,26%	9%

27. Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade de ações ordinárias e preferenciais. A Companhia optou por incluir as ações preferenciais no cálculo tendo em vista seu direito ao dividendo igual ao das ações ordinárias. No caso da Companhia, não existem ações em tesouraria que diluam o cálculo do lucro por ação, não havendo, nesse caso, diferença entre o lucro básico e o lucro diluído.

No quadro a seguir estão apresentados os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do lucro básico por ação:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	6.859	2.004
Total de ações ordinárias e preferenciais	<u>1.652</u>	<u>1.643</u>
Lucro/ação (R\$/mil)	4,15	1,22

28. Remuneração dos administradores

A Companhia possui uma Diretoria Executiva composta por 3 (três) membros que são indicados por cada um de seus 3 (três) Acionistas. Além da Diretoria Executiva, também faz parte do corpo de administradores da Companhia, o Conselho de Administração que é composto por 7 (sete) membros.

O valor de seus honorários está fixado em Assembleia de Acionistas, sendo que em 31 de dezembro de 2021 a despesa com honorários e encargos dos diretores e conselheiros alcançou o montante de R\$ 1.100 (R\$ 1.054 em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia só possui benefícios de curto prazo.

30. Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguros visando cobrir riscos operacionais em valores considerados suficientes pela Administração para o período findo em dezembro de 2021 e vigências até 2022, como segue:

Modalidade do seguro	Valor de cobertura
D&O Práticas Trabalhistas	5.000
D&O RC Profissional	5.000
Seguro de Responsabilidade Civil - Operações	10.000
Seguro Incêndio de Redes - Risco Operacional	3.500
Seguro Incêndio – Instalações - Escritórios	8.050
Seguro Incêndio - Escritórios/Almoxarifado	<u>11.726</u>
Total Segurado	43.276

30. Instrumentos financeiros

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não participou ou manteve operações envolvendo quaisquer tipos de instrumentos financeiros específicos em derivativos e nem possui transações em moeda estrangeira sujeita ao risco de câmbio, a não serem aqueles constantes das demonstrações financeiras, os quais foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgados em notas explicativas.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos a seguir descritos:

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

A Companhia vem acompanhando mensalmente a situação da inadimplência dos seus clientes, buscando mitigar quaisquer riscos que possam vir a ocorrer. Medidas administrativas e legais também fazem parte das ações praticadas pela PBGAS.

b) Risco de taxas de juros

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros são equivalentes aos valores contabilizados e a análise de sensibilidade para exposição aos juros não tem efeito material sobre essas demonstrações financeiras.

c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

ecorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações

31. Autorização para conclusão das Demonstrações Financeiras

A Administração autorizou a conclusão das presentes Demonstrações Financeiras em 09 de fevereiro de 2022, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até essa data que pudessem ter efeito sobre estas Demonstrações Financeiras, quando requeridos

Jailson José Galvão
Diretor Presidente

Taciana Danzi Oliveira Amaral Alves
Diretora Administrativa Financeira

Odilson Silva da Nóbrega
Diretor Técnico Comercial

Regina Maria Silva Guedes Soares
Contadora
CRC PB 007082/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMOSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Diretores e demais Administradores da COMPANHIA PARAIBANA DE GÁS – PBGAS
Rua Antonio Rabelo Junior no 161 - Bairro Miramar - CEP. 58.032-090

João Pessoa – Paraíba - Telefone: (83) 32191700 32191766
CNPJ(MF) 00.371.600/0001-66 - Site: www.pbgas.com.br

1) Opinião sem ressalva:

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA PARAIBANA DE GÁS – PBGAS (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA PARAIBANA DE GÁS – PBGAS em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2) Base para Opinião sem Ressalva

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3) Ênfase

Mantendo nossa opinião inalterada enfatizamos como mencionado na nota explicativa no 2 que passamos a transcrever: “A rápida e repentina propagação da epidemia do coronavírus (Covid-19) no ano de 2020 causou a paralisação de vários setores produtivos e comerciais, além de confinar pessoas e fragilizar a economia mundial.

Durante o ano de 2021, mudanças relevantes foram vivenciadas, no que concerne a campanha de vacinação em massa da população mundial e seu impacto constante, na redução do número de internações nas UTI’s e do número de mortes. A economia de forma gradativa foi sendo retomada ao longo do ano, apresentando resultado favorável para a Companhia, apesar de todas as adversidades ainda enfrentadas.

A Administração da PBGÁS, por meio do Comitê para Monitoramento e Orientação de Conduta sobre o Coronavírus, continua com os cuidados necessários através das normas emitidas, com o intuito de garantir o cumprimento das medidas de controle e disseminação da doença na Companhia, minimizando assim os impactos nas diversas áreas organizacionais.

Algumas das medidas adotadas pelo comitê em 2021 foram: a adoção do regime de trabalho no formato híbrido (presencial + teletrabalho), a permanência do teletrabalho para aqueles com comorbidades, higienização constante da sede, reuniões por videoconferência, acompanhamento do quadro de saúde dos colaboradores com o apoio do médico do trabalho, preservação das condições financeiras adequadas para enfrentar a crise, dentre outras.

O mercado de consumo da PBGÁS durante o ano de 2021 retomou praticamente suas atividades nos níveis normais, refletindo nas vendas e por consequência resultado para a Companhia. A Companhia continua avaliando os impactos que a COVID-19 poderá trazer aos seus negócios.”

4) Outros Assuntos

4.1. Relatório de Administração

A administração da PBGÁS é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

4.2. Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores, cujo relatório emitido em 24 de fevereiro de 2021, sem modificação de opinião.

5) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da PBGAS continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a PBGÁS ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da PBGÁS são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

6) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

João Pessoa/PB 15 de fevereiro de 2022

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O “S” PB

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador - CRC/PE 010483/O-9 “S” PB
Sócio Sênior

Phillipe de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 028157/O-2 “S” PB

Thomaz de Aquino Pereira
Contador – CRC/PE 021100/O-8 “S” PB

64ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL

No dia 23 de março de 2022, realizou-se, através de videoconferência, em conformidade com o art. 25, §3º, do Estatuto Social e com o Decreto Estadual nº 40.304/2020, a 64ª Reunião do Conselho Fiscal da PBGAS para examinar o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras, compostas de Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração dos Resultados Abrangentes (DRA), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e as Notas Explicativas, e o Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social de 2021 , bem como a proposta de Destinação do Lucro Líquido relativo ao exercício de 2021 (Propostas DIREX nºs 529/2022 e 531/2022). Após examinados todos os documentos, o Conselho Fiscal decide exarar o seguinte Parecer:

PARECER

1. Os membros do Conselho Fiscal da COMPANHIA PARAIBANA DE GÁS – PBGAS procederam o exame do Relatório Anual de Administração e das Demonstrações Contábeis da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e, com base no Relatório dos Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, em 15 de fevereiro de 2022, concluem que as referidas Demonstrações Financeiras obedecem aos dispositivos legais e regulamentares aplicáveis, opinando favoravelmente à aprovação das referidas matérias a serem submetidas à discussão na próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

2. Adicionalmente, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à Proposta DIREX nº 530/2022, referendada pelo Conselho de Administração, através da Ata de sua 250ª Reunião, realizada em 23.03.2022, às 15:00 horas, referente à destinação do Lucro Líquido do exercício 2021, conforme segue:

Apresentação Lucro Líquido	2021 R\$
Lucro Líquido do exercício	6.858.891,21
(-) Reserva legal - 5% até o limite de 20% do capital	(342.944,56)
(-) Destinação para Reserva de Incentivo Fiscal - SUDENE	<u>(715.522,61)</u>
Lucro à disposição dos Acionistas	5.800.424,04

João Pessoa, 23 de março de 2022.

ALYNE VALENTIM MUNIZ
ANDRÉ QUIRINO PAIVA
JULIANA MEDEIROS DE CASTROS PASSOS
PAULO MÁRCIO SOARES MADRUGA
RODOLFO EMANUEL LIMA SERRANO



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES ANO: 2022

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA

Sobre o Relatório

Preparado pelos Administradores da PBGÁS, este Relatório Integrado da Administração compila o Relatório da Administração com as Demonstrações Financeiras da PBGÁS, e o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Este Relatório Integrado da Administração objetiva o atendimento aos incisos VIII e IX do Artigo 8º da Lei Federal nº 13.303/2016, que preveem, respectivamente, ampla divulgação ao público em geral da Carta Anual Políticas Públicas e Governança Corporativa e a divulgação anual do Relatório Integrado ou de Sustentabilidade.

O Relatório Integrado da Administração é um requisito de transparência que aborda fatos relevantes na gestão da PBGÁS, nos aspectos econômicos, financeiros, operacionais, sociais, ambientais e humanos, suportados pelas Missão e Visão estratégica da Companhia.

Mensagem da Administração

O ano de 2022 foi extremamente desafiador para a PBGÁS. A Companhia registrou o maior Lucro Líquido e Operacional de sua história, e expandiu consideravelmente o seu número de usuários, atingindo o total de 25.791 usuários, fornecendo um total de 79.715.720 m³ de gás canalizado.

Apesar da elevação no número total de usuários, o volume de gás fornecido pela Companhia ainda se encontra abaixo das expectativas. Isso ocorre principalmente devido ao segmento Industrial, que representou 63,6% do volume distribuído em 2022, que ou por questões estratégicas dos próprios usuários ou pela lenta retomada no pós-pandemia, ainda não atingiu patamares anteriores ao início de 2020.

A PBGÁS, mesmo com os efeitos da crise econômica e social causada pela pandemia e pela guerra na Europa, com a notória elevação dos custos de vida e, principalmente nos custos para realização dos projetos de investimentos em infraestrutura, continua de forma resiliente envidando todos os esforços para cumprir com o propósito de expandir e conectar toda a região e assim, exercer seu determinante papel de promover o desenvolvimento econômico e social do Estado da Paraíba. Em 2022, a PBGÁS construiu 8,8 km de gasodutos, encerrando o ano com a extensão de 361 km, 243 km em aço carbono e outros 118 km em polietileno de alta densidade – PEAD.

Cabe destacar também que, com base no Termo de Compromisso de Cessação de Conduta (TCC), assinado em 2019 entre a Petrobras e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), em 11 de julho de 2022, o Estado da Paraíba exerceu a preferência e adquiriu as ações da Gaspetro S/A, elevando sua participação na PBGÁS.

IDENTIFICAÇÃO GERAL

CNPJ/MF e NIRE	00.371.600/0001-66 e 25300009217
Sede	Rua Antônio Rabelo Júnior, 161, 12º/19º Andar do Eco Business Center, Miramar, João Pessoa/PB, Cep: 58032-090
Tipo de estatal	Sociedade de Economia Mista
Acionista controlador	Estado da Paraíba
Tipo societário	Sociedade por Ações
Tipo de capital	Capital Fechado
Abrangência de atuação	Estadual
Setor de atuação	Gás Canalizado
Conselheiros de Administração subscritores da Carta Anual de Políticas Públicas	<p>Marcelo Antônio Carneira Cavalcanti de Albuquerque</p> <p>Carlos Arthur de Almeida Baptista Ferreira Pereira</p> <p>Gabriela de Aragão Sarmento Vieira</p> <p>Jailson Galvão</p> <p>Ricardo Antônio Cavalcanti Araújo</p> <p>Vitor Calazans Baroni</p> <p>Jailson Galvão</p> <p>Walter Aguiar</p> <p>Mario Thiago Alves Romero</p>
Diretores subscritores da Carta Anual de Governança Corporativa	<p>Jailson Galvão</p> <p>Walter Aguiar</p> <p>Mario Thiago Alves Romero</p> <p>Diretor-Presidente</p> <p>Diretor Técnico e Comercial</p> <p>Diretor Administrativo e Financeiro</p>

Interesse Público

A PBGÁS é uma sociedade de economia mista, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, dotada de personalidade jurídica de direito privado, estando incluída nas espécies de empresa estatal, integrante da Administração Pública Indireta, cujo acionista majoritário é o Estado da Paraíba.

Em 30 de dezembro de 1994, através do Contrato de Concessão, o Estado da Paraíba delegou à PBGÁS os direitos de exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado e, a partir dessa data, a Companhia vem desenvolvendo ações para implantar a infraestrutura necessária ao desenvolvimento de seus serviços, realizando todos os estudos técnicos e de mercado necessários à garantia das melhores condições operacionais e de segurança de fornecimento do gás canalizado aos seus usuários, dos segmentos industrial, automotivo, residencial e comercial, em estreita sintonia com as questões socioambientais e seus resultados econômico-financeiros.

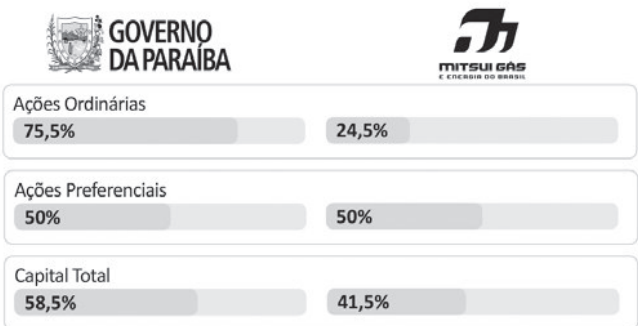
Conforme seu Estatuto Social, o objeto social da Companhia é “a exploração do serviço público de fornecimento de gás canalizado, no âmbito do Estado da Paraíba, de forma que se destine a suprir as necessidades de demanda dos consumidores dos segmentos industriais, comerciais, residenciais, institucionais, de transportes e/ou outros que requisitem a prestação do serviço”.

Alinhada diretamente aos interesses da sociedade paraibana, a PBGÁS é um importante instrumento para a promoção do desenvolvimento econômico e social da região, desempenhando papel de relevância na matriz energética do Estado da Paraíba.

Composição Acionária

No ano de 2022, a PBGÁS teve sua composição acionária alterada, em virtude da venda das ações da Companhia pela GASPETRO/COMMIT, que foram adquiridas pelo Estado da Paraíba.

No quadro societário antecedente o acionista Estado da Paraíba participava com 51% das ações ordinárias e 17% do capital total, a Gaspetro com 24,5% das ações ordinárias, 50% das preferências e 41,5% do capital total, e a Mitsui Gás e Energia do Brasil, holding controlada pela Mitsui & Co. Ltda. (Japão), detinha 24,5% das ordinárias, 50% das preferências e 41,5% do capital total.



Na nova estrutura, a partir de julho 2022, a participação do acionista Estado da Paraíba passou a ser 75,5% do Capital Social e 58,5% do Capital Total, mantendo o acionista Mitsui Gás e Energia do Brasil (MGEGB) 24,5% do Capital Social e 41,5% do Capital Total.

ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração

- Marcelo Antônio Carneira Cavalcanti de Albuquerque – Presidente (Estado da Paraíba);
- Carlos Arthur de Almeida Baptista Ferreira Pereira – Membro (Estado da Paraíba);
- Gabriela de Aragão Sarmento Vieira – Membro (Estado da Paraíba);
- Jailson José Galvão - Membro (Estado da Paraíba);
- Ricardo Antônio Cavalcanti Araújo – Vice-Presidente (Mitsui Gás e Energia do Brasil – MGEGB); e
- E Vitor Calazans Baroni – Membro (Mitsui Gás e Energia do Brasil – MGEGB).

Diretoria Executiva

- Jailson José Galvão - Diretor-Presidente (Estado da Paraíba);
- Walter Aguiar – Diretor Técnico-Comercial (Estado da Paraíba); e
- Mario Thiago Alves Romero - Diretor Administrativo e Financeiro (Mitsui Gás e Energia do Brasil – MGEGB).

Governança corporativa

A Governança Corporativa tem como propósito assegurar a confiabilidade de uma empresa e melhorias no seu desempenho econômico. Para isso, utiliza-se de um conjunto de mecanismos, inclusive monitoramento, que garantam o

alinhamento do comportamento da alta administração com os interesses dos acionistas, com os propósitos para os quais a companhia foi criada e atendimento aos anseios da sociedade.

A Governança Corporativa inclui as relações entre os principais grupos de partes interessadas como os acionistas, conselho de administração, diretores, credores, fornecedores, usuários, empregados e a comunidades afetadas pelas atividades da Companhia.

Visando uma participação mais ativa na economia do Estado, a PBGÁS, com base nos disciplinamentos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) voltados às empresas estatais, procura adotar as melhores práticas de governança. Nesse sentido, vem seguindo os princípios da: Transparência, Equidade, Prestação de contas e Responsabilidade corporativa.

A estrutura de Governança Corporativa

Assembleia Geral de Acionistas: instância máxima de decisão, com poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes a sua defesa e desenvolvimento.

Conselho de Administração: tem como função a proteção do patrimônio e dos interesses da Companhia, além de ter a responsabilidade de maximização do retorno do capital investido pelos acionistas, possuindo um corpo de membros eleitos, que, conjuntamente, supervisionam as atividades da empresa.

Conselho Fiscal: instalado de forma permanente, composto por membros efetivos e seus respectivos suplentes, eleitos anualmente pela Assembleia Geral Ordinária, tendo como função fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários, visando a proteção da companhia e de seus acionistas.

Diretoria Executiva: composta por 03 (três) membros, sendo 01 (um) Diretor Presidente, 01 (um) Diretor Técnico-comercial e 01 (um) Diretor Administrativo e Financeiro, todos eleitos pelo Conselho de Administração. Possuem a função de ordenar a estrutura e o funcionamento da Companhia.

Auditoria Interna: é responsável por aferir a adequação dos controles internos, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando o preparo das demonstrações financeiras.

Comitê de Auditoria Estatutário: é composto por 3 membros, em sua maioria independentes, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração para um mandato de 2 anos, permitida 3 reeleições consecutivas, observadas as condições e requisitos da legislação aplicável e da Política de Indicação da Companhia. O Comitê é vinculado diretamente ao Conselho de Administração no que se refere ao exercício de suas funções de auditoria e de fiscalização sobre a qualidade das demonstrações financeiras e efetividade do controle interno e de auditoria interna e independente.

Assessoria de Governança Corporativa: Assessora os processos de governança, auxiliando o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal, a Diretoria Executiva e Comitês de Apoio da Companhia na definição das reuniões, pautas, materiais de apoio, convocação, elaboração de atas e condução das assembleias gerais.

Comitê de Elegibilidade e Avaliação: é designado pela Diretoria Executiva e auxilia os órgãos competentes na verificação da conformidade do processo de indicação e de avaliação dos administradores, conselheiros fiscais e membros do Comitê de Auditoria Estatutário, sem remuneração adicional.

Comissão de Ética: é um órgão independente, de caráter consultivo e permanente, com autonomia e autoridade para adotar as medidas necessárias à implementação e à manutenção do Código de Conduta e Integridade da PBGÁS, em conformidade com o disposto neste Regimento.

Remuneração:

Com vistas ao cumprimento das Políticas Públicas e dos objetivos traçados, a Companhia pratica um pacote de remuneração aos seus Administradores, Diretores e Empregados composto pelos seguintes elementos:

- A remuneração atribuída aos Empregados, bem como os seus reajustes são definidos com base em Acordo Coletivo de Trabalho, cuja competência de aprovação é do Conselho de Administração. No que tange à remuneração atribuída à Diretoria Executiva e seus reajustes, a competência para deliberar sobre o assunto pertence à Assembleia Geral de Acionistas;

- Pacote de Benefícios alinhado com as boas práticas de mercado, o qual, apesar de ser entendido como meio de complemento à remuneração mensal, tem desempenhado importante papel para o aumento da motivação e manutenção da força de trabalho, além de aumentar a atratividade para o interesse de futuros empregados oriundos dos próximos concursos públicos a serem desenvolvidos pela PBGÁS;

- Remuneração Variável a título de Participação nos Resultados aos Empregados e de Bônus de Desempenho dos Diretores, vinculada ao êxito apurado na realização das metas corporativas anuais traçadas, as quais representam, evidenciam e permitem: a) medir o desempenho da Companhia de uma forma global; b) aferir o nível de consecução dos objetivos de interesse dos seus stakeholders” e das Políticas Públicas.

• Administradores da PBGÁS têm sua remuneração definida em Assembleia Geral. A remuneração global anual da Diretoria e do Conselho de Administração, em 2022, foi de R\$ 1.462.047,00 (um milhão, quatrocentos e sessenta e dois mil e quarenta e sete reais), conforme a tabela a seguir:

TABELA DE REMUNERAÇÃO ADMINISTRADORES 2022	
Remuneração Conselho Administração	R\$ 247.256,52
Honorários da Diretoria	R\$ 712.800,00
Benefícios	R\$ 175.670,64
Encargos	R\$ 326.319,84
Total	R\$ 1.462.047,00

Direcionadores Estratégicos

A PBGÁS instituiu processo anual de Planejamento Estratégico conforme os ditames da Lei Federal 13.303/2016. Utilizamos nossa Missão, Visão e Valores como direcionadores sem o objetivo de trazer o embasamento necessário na tomada de decisões e desenvolver uma cultura que envolva a todos os empregados.

Missão: Prover infraestrutura, comercializar e distribuir gás canalizado no Estado da Paraíba, contribuindo para seu desenvolvimento, com sustentabilidade e segurança, visando atender as necessidades e expectativas das partes interessadas.

Visão: Ser reconhecida como uma das melhores concessionárias de serviços públicos na Paraíba, estar entre as melhores distribuidoras de gás canalizado do Nordeste e duplicar o número de usuários até 2026.

Valores: Através destes sete valores a PBGÁS tem sido guiada para o alcance de sua Visão.

Ética nos Relacionamentos: Agir com responsabilidade, seriedade e transparência, respeitando os padrões legais e morais da sociedade dentro dos relacionamentos com os stakeholders.

Respeito às Pessoas: Acreditar que o ambiente de trabalho deve criar vínculos de respeito e confiança, trabalhando de forma colaborativa, visando obtenção de bons resultados para todas as partes interessadas.

Segurança: Promover o gerenciamento de riscos, atuando na prevenção, preservação da saúde e integridade de sua força de trabalho e na proteção das pessoas.

Satisfação dos usuários: Atender o usuário com cortesia, qualidade técnica, diligência, trazendo-lhes soluções que alcancem sua satisfação.

Compromisso com os Resultados: Empenhar esforços para alcance das metas estabelecidas, com responsabilidade e comprometimento, engajando e motivando uns aos outros quando necessário.

Sustentabilidade: Buscar ações que resultem em desenvolvimento econômico, com responsabilidade social, numa perspectiva de cuidado com o meio ambiente.

Eficiência: Prestar serviços com tempo e qualidade dentro dos padrões da PBGÁS, considerando a satisfação dos usuários e as metas estabelecidas

Fatores de Risco: A PBGÁS adota política de gestão de riscos em sua estrutura de controles. No ciclo 2022 foram mapeados fatores que poderiam impactar nos objetivos e metas corporativas. Listamos a seguir os principais fatores de risco:

1. Regras e regulação do mercado livre;
2. Concentração de mercado;
3. Redução da base de usuários;
4. Interferências de terceiros na rede de distribuição;
5. Segurança de TI e ataques cibernéticos; e
6. Volatilidade dos indexadores associados ao ambiente de negócios do gás;
7. Redução do volume de gás pela utilização de biomassa.

RELACIONAMENTO COM USUÁRIOS

Ouidoria: Atendendo a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, regulamentada no âmbito do Poder Executivo Estadual pelo Decreto nº 38.309 de 21 de maio de 2018, que dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário de serviços públicos da administração pública, a PBGÁS integra a Rede de Ouvidorias como correspondente vinculada à Ouvidoria Geral do Estado (OGE), que atua junto a todas as Secretarias e órgãos do Governo Estadual.

A Companhia registrou em 2022 duas solicitações no Sistema de Ouvidoria – SOGE (Software de Registro e Gerenciamento dos Atendimentoos), uma sobre ligação e outra para disponibilização de documentos, ambas atendidas 100%.

Serviço de Atendimento ao Consumidor: No cumprimento ao Decreto nº 29.331 de 10/06/2008, que regulamenta o Serviço Público de Distribuição de Gás Canalizado no Estado da Paraíba, em especial os artigos nº 73º, nº 74º, nº 75º e nº 76º, que versam sobre o atendimento ao usuário, a Empresa mantém o Serviço de Atendimento ao Consumidor – SAC, que em 2022 atendeu 4.161 ligações. Nesse sistema de atendimentos, as chamadas abandonadas na espera do 0800 tem 100% de retorno (call back), onde retornamos ao contato telefônico que não obteve êxito na ligação.

“Satisfação do Cliente: Atender o usuário com cortesia, qualidade técnica, diligência, trazendo-lhes soluções que alcancem sua satisfação”, é valor intrínseco e reflete o direcionamento estratégico da companhia e a razão primordial de ser da Companhia.

No relatório enviado mensalmente para a Agência Reguladora do Estado da Paraíba – ARPB, os indicadores do SAC apontam o nível de atendimento do 0800 da PBGÁS, o Índice de Qualidade do Atendimento (IQA) e o Índice de Nível de Serviços (INS), que alcançaram a meta de atendimento com 97% e 99,6% de realização respectivamente, conforme Gráfico Meta X Realizado que aponta o resultado anual.

INDICADOR	META	REALIZADO
Índice de Qualidade do Atendimento	95,00%	97,0%
Índice de Taxa de Ocupação das PA's	95,00%	100,0%
Índice de Nível de Serviço	90,00%	99,6%
Índice de Disponibilidade de Serviço	99,00%	99,9%

Mídias Sociais

A PBGÁS também interage em plataformas virtuais através do Instagram e Facebook, foram mais de 289 mil usuários alcançados entre 1º de janeiro a 30 de junho de 2022, as interações no Instagram da Companhia cresceram 100% em relação ao 1º semestre de 2021. Mesmo com a suspensão das atividades em período no eleitoral no Youtube foram mais de 12 mil visualizações, tendo registrado mais de 6 mil, na campanha referente a volta das festividades de São João.

DESEMPENHO RECURSOS HUMANOS

Cuidado da Empresa com as Pessoas: A Companhia entende que seus empregados são seus ativos mais valiosos e, portanto, cuida de seu patrimônio de várias maneiras. Isso inclui oferecer salários competitivos e benefícios, como planos de saúde, seguro de vida e previdência privada, entre outros.

Alinhado a estratégia da PBGÁS, a área de recursos humanos tem a missão de contribuir com a estratégia do negócio, por meio de ações integradas de gestão de pessoas, em um ambiente de respeito aos valores da empresa, além de favorecer o desenvolvimento das capacidades e habilidades dos empregados.

No intuito de fortalecer e contribuir com essas ações, a Companhia ofereceu aos empregados oportunidades de desenvolvimento pessoal e de equipes, através de palestras, participação em seminários, encontros, cursos e workshop de integração.

Ressalta-se também, o cuidado com a saúde e a segurança dos empregados através de ações desenvolvidas em parceria com o SESI, indo além do cumprimento de requisitos legais.

Benefícios Concedidos: Como parte da política de valorização e retenção de seus empregados, a PBGÁS agrega, aos benefícios e vantagens a que está obrigada por lei e aos que concede por força do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), outros, de forma espontânea, com base nas premissas de sua política de recursos humanos. Dentre os principais benefícios destacamos:

- Plano de Assistência Médico-Hospitalar;
- Plano de Assistência Odontológica;
- Seguro de Vida em Grupo com Auxílio Funeral;
- Previdência Privada;
- Auxílio Idiomático;
- Auxílio Pós-Graduação;
- Auxílio Creche;
- Auxílio Alimentação/Refeição;
- Auxílio Alimentação Natalino;
- Vale Transporte;
- Reembolso de Despesas para Filhos com Deficiência; e
- Ajuda de Custo Estacionamento.

Ademais, as empresas que valorizam seus empregados e investem em seu bem-estar, geralmente têm empregados mais felizes, motivados e produtivos, fatores esses que podem levar a melhores resultados financeiros e sucesso a longo prazo.

Programas: Em 2022, foram instituídos novos programas, dentre os quais destacamos:

- Programa de Incentivo a Doação de Sangue, que tem como objetivo, contribuir para o processo da promoção da doação voluntária de sangue.
- Programa de Dispensa por Mútuo Acordo, que tem por objetivo estabelecer procedimentos relacionados ao processo de Dispensa de Empregado por Mútuo Acordo, de acordo com a legislação trabalhista vigente, em especial o fundamento no artigo nº 484-A da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT e outras legislações pertinentes e vigentes, relacionadas diretamente ao assunto.

Avanços nas Relações de Trabalho: A PBGÁS juntamente com os empregados e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas da Paraíba – STIUPB, manteve em 2022, negociação coletiva, com intuito de aprovar as regras de interesse das partes, e, como resultado, foi assinado o Acordo Coletivo de Trabalho 2022/2024, referente às Cláusulas Econômicas e Sociais, com vigência de 01/05/2022 a 30/04/2024.

DESEMPENHO EM SEGURANÇA, MEIO AMBIENTE E SAÚDE

Prevenções: A Companhia adota diretrizes para segurança, meio-ambiente e saúde nos ambientes de suas atuações, com iniciativas para prevenção, em especial as relacionadas com a COVID-19. A formação de um comitê multidisciplinar auxiliou a Administração na tomada de decisões e instalou procedimentos para mitigar o contágio no âmbito da sede e prestadores de serviço externo. Durante a Pandemia, as medidas adotadas pela Companhia evitaram/reduziram a contaminação dos colaboradores dentro da PBGÁS.

Visando manter a segurança no ambiente de trabalho e a preservação da vida, foram estabelecidos protocolos eficazes, os quais resultaram em zero casos de transmissão nas dependências da Companhia, as ações de prevenções e as vacinas foram fundamentais para o retorno das atividades presenciais, tendo o índice de imunizados com duas doses alcançado 99% dos empregados.

Concluimos o ciclo 2022 sem afastamentos por acidentes com gravidade ou doenças ocupacionais registráveis de nossos empregados e terceirizados. Os indicadores TOR (taxa de ocorrências registráveis), TAR (taxa de acidentados registráveis) e TG (taxa de gravidade) monitorados mensalmente, terminaram o ano zerados, distantes dos limites de alerta definidos em cada indicador.

Retomamos ampla revisão do Sistema de Gestão de SMS, para adequá-lo aos avanços normativos, nos moldes das melhores práticas de segurança, elevando a qualidade e o desempenho em prevenção. As 15 diretrizes de SMS voltaram a ser uma ferramenta de gestão envolvendo toda a força de trabalho. Foram criados 15 grupos de trabalho, por meio dos quais as principais diretrizes tornaram-se Instruções Normativas, a fim de possibilitar o alcance dos resultados de maneira perene.

Abaixo estão elencadas as respectivas Instruções Normativas ligadas à área de SMS, em processo de implementação na PBGÁS:

1. Liderança e Responsabilidade;
2. Conformidade Legal;
3. Gestão de Riscos;
4. Novos Empreendimentos;
5. Operação e Manutenção;
6. Gestão de Mudanças;
7. Contratação de Serviços e Aquisição de Bens;
8. Capacitação, Educação e Conscientização;
9. Gestão da Informação;
10. Requisitos de SMS para Comunicação;
11. Gestão de Contingência e Resposta a Emergência;
12. Relacionamento com a comunidade;
13. Gestão de Anomalias;
14. Gestão de Produtos;
15. Melhoria Continua.

CUIDADOS COM O MEIO AMBIENTE

Incentivo ao não uso de papel: A PBGÁS adotou ações internas para reduzir impactos no meio-ambiente, incentivando a redução das impressões, implantando sistema computacional, no qual tramitam os processos administrativos e demais documentos de comunicação oficiais, internos e externos.

Nas iniciativas de Gestão Socioambiental a PBGÁS integra o Comitê Gestor da mata Xém-Xém, e junto com outras entidades, participa das ações de elaboração de plano de manejo para o parque localizado na cidade de Bayeux. Outrossim, realiza Estudos Ambientais e de Análise de Riscos dos seus empreendimentos de forma a promover uma estrutura de proteção ao meio-ambiente e as pessoas, também, possibilitar respostas associadas às necessidades socioeconômicas. A PBGÁS também aderiu ao Programa Nascente Viva, onde serão revitalizadas as nascentes do Rio Paraíba, com mudas nativas do Bioma Mata Atlântica. Ademais, a Companhia vem mapeando as comunidades do entorno do seu gasoduto, para minimizar acidentes com terceiros e invasões na faixa do gasoduto.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

No ano de 2022, a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA da PBGÁS, prosseguiu no objetivo permanente de conscientizar os empregados na prevenção de acidentes e na defesa do meio ambiente, com a realização da 14ª Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho e Meio Ambiente SIPAT/MA. O evento que mobiliza toda Companhia tratou de temas relevantes no contexto interno, Doação de Órgãos, Síndrome de Burnout, Comportamento Seguro e Percepção de Riscos, foram destaque.

Responsabilidade Social

A companhia reafirma o compromisso permanente em ações sociais, entendendo que este é um dos seus propósitos empresariais. A política interna de Cidadania Corporativa prevê investimentos por meio de apoio aos projetos de incentivo à cultura e ao esporte e as ações de preservação do meio-ambiente, fundamentais a ampliação do impacto socioambiental positivo e o fortalecimento do relacionamento de confiança entre a Companhia e a sociedade.

A responsabilidade social esteve na pauta da PBGÁS com apoio aos projetos de incentivo ao esporte, a cultura e a gastronomia paraibana contribuindo com a mitigação dos impactos causados pela Pandemia.

Cultura

Observando os requisitos legais impostos pela legislação em ano eleitoral, a Companhia participou das seguintes iniciativas:

Festival Restaurant Week: Considerado o maior festival de gastronomia do Brasil, evento realizado há 16 anos, em 12 estados e Distrito Federal, envolvendo restaurantes locais. O evento também tem viés social importante, pois incentiva doação voluntária do cliente, para cada prato vendido, mais um é doado para a instituição Milagre do Sertão, criando uma verdadeira corrente de solidariedade. A PBGÁS patrocina para estimular a recuperação no setor gastronômico da Paraíba.

Festival de Música da Paraíba: A PBGÁS ofereceu apoio cultural ao maior evento de música da Paraíba. Em sua quinta edição, o Festival cumpre o objetivo de reconhecer e divulgar a música paraibana, descobrindo, valorizando e premiando artistas que estão surgindo no cenário musical

Fest Aruanda: Através da Lei Rouanet, a Companhia patrocinou o 17º “Fest Aruanda”, que é considerado um dos mais representativos festivais de cinema da região Nordeste.

Esporte

III CORRIDA DOS PARQUES

Ainda dentro do projeto *“Dando o Gás para o Esporte”*, a PBGÁS patrocinou a III Corrida dos Parques, no bairro do Bessa, em João Pessoa. O evento teve como dois aspectos, saúde e meio-ambiente, com a participação de corredores do time de empregados da PBGÁS na corrida de 5 e 10 km. Também há plantio e distribuição de mudas de árvore e ações de educação ambiental.

DESEMPENHO COMERCIAL

Onde Estamos A Companhia distribui gás em 14 municípios da área de concessão, sendo 11 municípios atendidos através de gasoduto: João Pessoa, Campina Grande, Cabedelo, Conde, Alhandra, Santa Rita, Bayeux, Mamanguape, Queimadas, Ingá e Caldas Brandão (Cajá), e outros 3 municípios atendidos com Gás Natural Comprimido - GNC, através do modal rodoviário: Guarabira, Patos e Remígio.

Em 2022, a rede de distribuição da PBGÁS alcançou 361 km de extensão.

Segmentos Residencial e Comercial O mercado de varejo abrange os segmentos residencial e comercial, encerrando 2022 com um volume total médio de 10,8 mil m³/dia. O mercado de varejo da região metropolitana apresenta excelente potencial de crescimento, com planejamento para atingir a marca de 42.238 unidades consumidoras residenciais e 703 unidades comerciais até o final de 2027.

A meta de ligação para o ciclo 2022, para o segmento comercial, foi superada em 4%, com a interligação de 57 novos clientes, alcançando o total de 362 unidades consumidoras comerciais (UCCs) atendidas – NET (considerando entradas e saídas de clientes).

No segmento residencial foram ligados 3.024 novos usuários, sendo 20,3% superior ao total de unidades ligadas em 2021, sendo a segunda vez que a PBGÁS supera a marca de três mil unidades ligadas em um mesmo ano. Este número representa 76% da meta prevista para o ano de 2022. No mercado de novas habitações, foram interligados 29 edifícios residenciais, com destaque para os bairros do Jardim Oceania, Cabo Branco e Tambaú, sendo estes responsáveis por 62% dos condomínios ligados. Outros bairros atendidos foram Brisamar, Manaira, Miramar, Aeroclube, Altiplano, Bancários e Tambauzinho. Considerando o cenário de prédios habitados, foram convertidos 35 novos edifícios, com mais de 50% no bairro do Jardim Oceania, considerando ser este o último grande projeto de expansão da Cia. Campina Grande representou 14% das ligações realizadas, distribuiu em seis condomínios com destaque para ligação do Campina Residence Club, que possui 224 unidades habitacionais.

Segmento Industrial: Na região da Grande João Pessoa, há 17 indústrias que consomiram 43% do volume médio diário distribuído no segmento em 2022, além de outras 22 indústrias localizadas nos municípios de Conde, Campina Grande, Cabedelo, Ingá, Queimadas, Bayeux e Santa Rita, que juntos consumiram 47% do volume do segmento em 2022, uma média de consumo de aproximadamente 138,9 mil m³/dia, em um portfólio que atende processos fabris nas áreas: cerâmica, têxtil, calçados, alimentos, papel e celulose, mineração e metalurgia.

O segmento industrial apresentou redução de 6% em relação a 2021, este resultado deve-se, basicamente, ao impacto do setor têxtil. Um ponto de atenção é a migração do gás natural para a biomassa, este movimento deve impactar o segmento em 2023.

Segmento Automotivo: O segmento automotivo, por sua vez, com consumo médio de 68,3 mil m³/dia em 2022, está concentrado na Grande João Pessoa, com 27 postos (sendo dois na cidade de Mamanguape e um na cidade de Alhandra) representando aproximadamente 80% do volume distribuído para este segmento. Em Campina Grande, atualmente com 4 postos oferecendo o gás natural veicular, o volume comercializado é da ordem de 13% do total. Também existe um posto no município de Caldas Brandão (Cajá), localizado entre João Pessoa e Campina Grande, responsável pela comercialização de 3% do total do segmento. Complementando o mercado automotivo, existem 3 postos no interior do estado, os quais são abastecidos por gás natural comprimido (GNC) transportado em carretas e, que juntos representam 4% do volume comercializado no ano. Trata-se de um posto na cidade de Patos, a 175 km de Campina Grande, um posto na cidade de Remígio, a 40 km de Campina Grande, e outro na cidade de Guarabira, a 60 km de João Pessoa.

O segmento automotivo em 2022 apresentou um crescimento de 7% em relação a 2021, principalmente motivado pelo aumento da competitividade em relação a gasolina no primeiro semestre. Contudo, no segundo semestre houve uma retração devido a política de desoneração fiscal impostas pelo governo federal.

DESEMPENHO EM INVESTIMENTOS

A Companhia realizou R\$ 6,1 milhões de investimentos em 2022, distribuídos em: projetos de expansão, saturação, melhoria, segurança, gestão, Tecnologia da Informação, máquinas e equipamentos.

Investimento em Rede: A Rede de Distribuição de Gás Canalizado alcançou 361 km com a interligação de 103 novos ramais, entretanto os investimentos ficaram abaixo do planejado, alcançando 43% do previsto em orçamento. Fatores intervenientes sobre a estratégia para as contratações dos projetos de expansão exigiram prazo maior que o esperado, sobretudo em função do aumento no valor global nas contratações.

Ainda sob os efeitos do impacto da pandemia da COVID-19, a inflação sobre insumos e serviços ficou muito acima do previsto no Plano de Negócios 2022-2026. O aço, material fundamental para a rede do Porto de Cabedelo registrou aumento aproximado de 300%. Já o Índice Nacional da Construção Civil - INCC, indexador que acompanha obras de engenharia, sofreu variação de 20%. A EPE em seu relatório PIG 2022, demonstra que para o período 2019-2022, o aumento nos custos da construção de gasodutos chegou a mais de 60%.

Investimentos no Sistema de Distribuição: Em continuidade ao programa de investimento em seu sistema de distribuição de gás canalizado, a PBGÁS realizou em 2022 um total de R\$ 5,69 milhões. Deste total, 7% foram aplicados exclusivamente em Segurança e Melhoria da rede de distribuição. As principais ações de investimento foram voltadas a aquisição de válvulas, medidores e computadores de vazio, dando continuidade ao programa de aquisições iniciado em 2020, além de investimentos em proteção contra raios nas Estações de regulação de pressão e medição, atuando assim, de forma preventiva.

Melhorias no Sistema de Distribuição: A PBGÁS por meio de sua área operacional empenha-se em desenvolver atividades para garantir sua missão de prover infraestrutura de distribuição de gás canalizado no Estado. Em conformidade com o Plano Anual de Inspeções dos ativos regulatórios foram realizadas em 2022 as ações operacionais e de manutenção da rede, destacando-se dentre estas o monitoramento constante dos níveis de odorização da rede em conformidade com os indicadores determinados pela Agência Reguladora, o planejamento e projeto para licitação das novas contratações referentes aos serviços de manutenção civil e suporte técnico da rede que resultarão nas formalizações destes novos contratos até o primeiro semestre de 2023 e a conclusão, em agosto de 2022, dos serviços de restauração da faixa de domínio do gasoduto de São Miguel de Taipu - Campina Grande.

O total de R\$ 7,4 milhões aportado pela Companhia para custo fixo operacional em 2022, representou 4% do custo total realizado pela empresa, enquanto no ano anterior estes custos representaram 5,4% do custo total, conferindo uma redução de 1,4% nos custos fixos operacionais em relação ao ano de 2021.

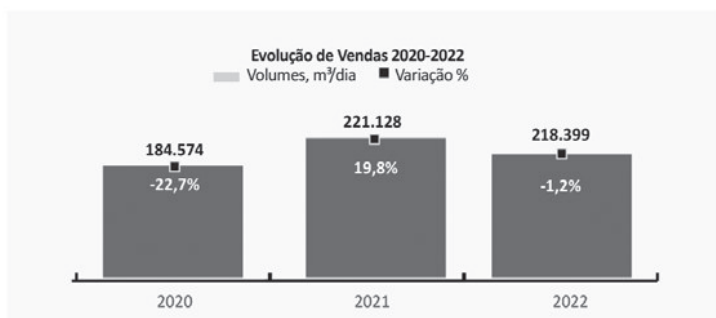
Apesar das situações adversas inerentes à operação de gasodutos, a Companhia tem focado na melhoria e organização dos processos internos, na redução dos riscos e nas ações preventivas.

Tecnologia da Informação A Companhia segue realizando investimentos na implantação de soluções de melhoria nos controles de cibersegurança, a fim de garantir a integridade, confidencialidade e disponibilidade da infraestrutura e serviços de TI.

Com foco na segurança, foi instituída a Política de Segurança da Informação (PSI) estabelecendo as diretrizes e responsabilidades relativas à proteção dos ativos de informação e gestão de segurança da informação, provendo suporte às operações críticas do negócio, prevenindo possíveis causas de incidentes e minimizando riscos identificados e seus eventuais impactos à Companhia.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em 2022, alguns fatores impactaram a performance de vendas da PBGÁS, dificultando o atingimento da meta estabelecida no seu plano orçamentário. Importantes usuários industriais reduziram o consumo de gás natural, seja por problemas de mercado e dificuldades de caixa, seja por paradas para manutenção, ajuste de estoque e até substituição parcial por biomassa. No segmento automotivo, especialmente no segundo semestre do ano, a competitividade do gás natural veicular foi comprometida por reduções no preço da gasolina pela Petrobras e pela redução do ICMS sobre a gasolina. O resultado foi uma realização de vendas aquém do esperado, atingindo o volume total de 79.715.720 metros cúbicos (218.399 m³/dia), com retração de 1,2% em relação ao ano anterior.



Receita Bruta

Em 2022, a PBGÁS obteve uma receita bruta de R\$ 321,2 milhões, registrando um crescimento de 27% em relação ao ano anterior, apesar da redução nas vendas. Esse resultado foi influenciado por dois motivos:

Primeiro, houve um acréscimo no preço de compra do gás natural, que foi repassado ao mercado, elevando a tarifa média praticada pela Companhia. Esse aumento foi consequência da cotação internacional do barril de petróleo, um dos principais componentes do preço do gás natural, que apresentou uma média superior a US\$ 101 em 2022. Comparado com a média de US\$ 70 em 2021, houve um aumento de cerca de 43% nesse componente de reajuste. Além disso, a variação do dólar também exerceu um papel significativo na formação do preço do gás natural, uma vez que os reajustes contratuais, junto a supridoras, também são diretamente afetados por essa variável.

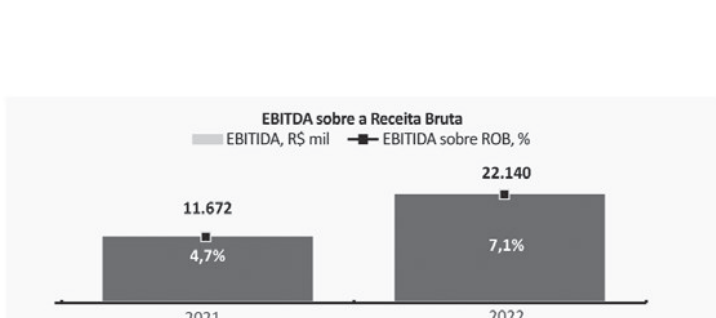
Em relação à taxa de câmbio, o dólar apresentou uma queda de cerca de 4,3% em relação a 2021, passando da média de R\$ 5,40 para a média de R\$ 5,16 em 2022. Essa queda, embora relevante, não foi suficiente para compensar o aumento da cotação internacional do petróleo, o que contribuiu para um aumento expressivo no preço do gás natural. Dessa forma, tanto a cotação do barril de petróleo quanto a variação do dólar são variáveis que afetam diretamente o preço do gás natural, influenciando assim a receita bruta da Companhia.

O segundo motivo para o crescimento da receita bruta em 2022 foi o reposicionamento da margem unitária. A Companhia buscou estabelecer um equilíbrio entre a margem regulatória, calculada com base no Contrato de Concessão, e a margem praticada.

O compromisso para equilíbrio entre a margem regulatória e a margem praticada junto ao mercado é de vital importância para garantir a sustentabilidade financeira, a manutenção da segurança operacional e o Plano de Expansão da rede.

EBITDA

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*), ou lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização, totalizou, em 2022, o montante de R\$ 22,1 milhões, significando um aumento de quase 90% na capacidade de geração de caixa operacional da Companhia em relação ao ano anterior (R\$ 11,7 milhões).



Fluxo de Caixa

A Companhia manteve um saldo de caixa acima do previsto ao longo de todo o ano apresentando uma pequena variação negativa e, encerrou 2022 com um caixa total da ordem de R\$ 53,9 milhões.

Resultado Líquido

O Resultado Líquido do exercício de 2022 ultrapassou as expectativas previstas no plano orçamentário, atingindo o montante de R\$ 19,8 milhões e representando um crescimento de 188% em relação ao resultado do ano anterior. Esse desempenho foi impulsionado por diversos fatores, como a gestão de suprimentos, que permitiu uma significativa redução no custo mix de aquisição do gás natural, contribuindo para uma redução do Preço do Gás repassado para o mercado através do componente de Conta Gráfica, bem como a redução de despesas operacionais, que foi possível através de um processo de revisão do plano anual de contratações e das políticas de gestão de recursos humanos, materiais e serviços.

Essas ações, em conjunto, permitiram que a PBGÁS alcançasse um Lucro Líquido expressivo no exercício de 2022. Importante destacar que a Companhia continua focada no aprimoramento da gestão de suprimento, para levar ao mercado um nível satisfatório de competitividade perante outros energéticos e, dessa forma, atraindo novos usuários para sua rede.

Além disso, a performance financeira contribuiu para o resultado, já que o aumento da taxa básica de juros da economia ao longo do ano gerou um incremento na receita de aplicações financeiras em renda fixa.

COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES

A PBGÁS completou 28 anos de história, focada em atender seus usuários com serviços de qualidade, sempre buscando desempenhar com excelência seu papel de concessionária no serviço público de distribuição de gás canalizado no Estado da Paraíba.

Em 2022, a Companhia comercializou 79.715.720 m³ de gás natural, uma média de 218 mil m³/dia, atendendo, ao final desse exercício, a um total de 25.791 usuários, sendo 39 industriais, 34 automotivos, 25.356 residenciais e 362 comerciais.

No que tange às metas e indicadores referentes ao ano de 2022, a PBGÁS apresentou a seguinte realidade:

Metas	Aprovado	Realizado	Realização	Situação	FRMC
Volume previsto (m³/dia)	236.727	218.399	92,0%	Atingida	1,00
Investimento previsto (R\$ mil)	12.513.873	6.081.889	49,0%	Não Atingida	0,49
Resultado operacional (R\$ mil)	2.644.357	16.298.912	616,0%	Atingida	1,00
Margem orçada (R\$ mil)	43.542.505	53.303.831	122,00%	Atingida	1,00
Realizar OPEX anual a menor (R\$)	32.959.933	29.927.535	91,00%	Atingida	1,00
Média do Fator de Realização das Metas Corporativas (mínimo de 0,7)					0,90

Em relação aos volumes de venda, a meta prevista no orçamento foi quase alcançada, atingindo 92,3% do objetivo estabelecido. No entanto, houve um desvio de 7,7% para baixo, que pode ser justificado pela retração do mercado entre os principais usuários do segmento industrial, aliada a forte competitividade com combustíveis líquidos.

No que diz respeito aos investimentos, fora atingido 49% da meta prevista. Isso se deu devido ao expressivo aumento dos preços de insumos e serviços essenciais no processo de orçamentação dos projetos de expansão das redes de João Pessoa, Campina Grande e Porto de Cabedelo. Tal cenário exigiu a revisão dos projetos em andamento, que ensejou na mudança de estratégia na contratação, com a redução do escopo dos serviços a serem contratados.

Por outro lado, a margem de distribuição superou em 22,4% a meta anual e o

lucro operacional apurado no ano foi, significativamente, superior ao previsto. Ademais, apesar da queda nas vendas em 1,2% quando comparada com o ano anterior, a receita bruta alcançou o montante de R\$ 312,3 milhões em 2022, representando um crescimento de 27% em relação a 2021. Esse desempenho foi influenciado pelo aumento do preço do gás natural repassado em tarifa e pelo reposicionamento da margem da PBGÁS.

Ao longo do ano, a PBGÁS manteve um saldo de caixa em patamar acima do previsto, encerrando 2022 com um caixa total da ordem de R\$ 53,9 milhões, esse resultado apontou crescimento aproximado de 20% em relação a 2021.

Em relação à transparência, a Companhia continua em pleno atendimento do Sistema de Informação do Cidadão (SIC-PB) e como correspondente vinculada à Ouvidoria Geral do Estado (OGE), que atua junto a todas as Secretarias e órgãos do Governo Estadual.

Em relação aos objetivos ligados aos processos e controles, a Companhia continua com a implantação do Sistema de Gestão Integrada (SGI), com base nas 15 Diretrizes de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS) da PBGÁS, revisita o Plano Estratégico da Companhia, além da previsão de adequação total à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) em fevereiro de 2024.

Embora alguns objetivos não tenham sido plenamente atingidos, a Companhia conseguiu superar as expectativas em diversos aspectos, alcançando um crescimento expressivo no Lucro Líquido e mantendo um saldo de caixa acima do previsto, o que demonstra uma gestão financeira sólida e eficiente, além de um satisfatório nível de adaptação aos desafios inerentes à distribuição de gás canalizado.

Desta forma, a PBGÁS continuará envidando todos os esforços na implementação de estratégias eficazes de gerenciamento de custos e no aprimoramento de seus processos internos, a fim garantir sua sustentabilidade a longo prazo.

PERSPECTIVAS DE FUTURO

As perspectivas são parte integrante do Plano Plurianual 2023-2027, alinhadas, as premissas estratégicas e baseiam-se em cenários macroeconômicos, a partir do levantamento e análise das melhores informações multisetoriais, junto aos usuários, acionistas, fornecedores e mercado.

Volumes

• **Industrial (C&M, Geral e EBVA)** – Os volumes de venda projetados para 2023 consideram as perspectivas da área comercial. Adicionalmente, para ciclo orçamentário 2023-2027, foram consideradas as previsões de crescimento da produção industrial do Bacen e o comportamento da sazonalidade histórica de cada cliente. Previsão de captação de novas indústria em 2023 e 2024.

• **Automotivo (GNV e GNC)** – Prevista redução de 1,2% em 2023, em função da perda de competitividade com o combustível líquido. A partir de 2024, estimou-se um crescimento médio de 3% ao ano, com a retomada da competitividade do segmento além da sazonalidade histórica. A curva de vendas orçada prevê a entrada em operação de um novo posto em 2023 na cidade de Campina Grande.

• **Comercial e Residencial** – No segmento comercial foi projetado crescimento médio anual de 10,3% e no segmento residencial 13,3%, com base nas metas de ligações de novos usuários no horizonte orçamentário 2023-2027.

• **Poder Público** – Para 2023, foram considerados dois hospitais e a Residência Oficial do Governador, a partir de 2025 há projeção de 226 m³ /dia com novos usuários.

Volume de vendas Previsto (m³/dia)

Segmento	2023	2024	2025	2026	2027
Industrial	140.000	144.184	148.086	151.058	154.090
Automotivo	68.092	70.158	72.295	74.496	76.765
Comercial	6.965	7.691	8.492	9.376	10.352
Residencial	5.741	6.827	7.709	8.475	9.316
Poder Público	124	128	226	226	226
Total	220.922	228.988	236.808	243.631	250.748

Projeção de Novos Usuários

Para o ciclo plurianual 2023-2027, foi considerada a premissa de captação de 16.595 novos usuários, distribuídos da seguinte forma:

- **Industrial** – Prevista a captação de 2 novas indústrias.
- **EBVA** – Sem previsão de novos usuários neste segmento.
- **GNV** – Prevista a abertura de 1 novo posto de GNV.
- **GNC** – Não existe previsão de captação nesse segmento.
- **Comercial** – Prevista a ligação de 339 usuários comerciais.
- **Residencial** – Um incremento de 16.250 na base do segmento.
- **Setor Público** – Incremento de 3 usuários.

Ano	Industrial	Automotivo	Comercial	Residencial	Poder Público	Total
2023	1	1	53	3.000	2	3.057
2024	1	0	60	3.125	0	3.186
2025	0	0	76	3.251	1	3.328
2026	0	0	78	3.374	0	3.452
2027	0	0	72	3.500	0	3.572

Investimentos e Principais Projetos

No horizonte dos próximos cinco anos, a PBGÁS planeja investir um total de R\$ 72,9 milhões, dos quais R\$ 62,1 milhões em rede de expansão, saturação, segurança e melhoria.

Para 2023, a previsão é de realização de um investimento total da ordem de R\$ 11,2 milhões, distribuídos conforme tabela abaixo:

Expansão	Rede Residencial e Comercial João Pessoa/ Campina Grande	R\$ 6,4 milhões
	Rede Porto de Cabedelo – Etapa 1	R\$ 638 mil
Saturação	Ramal Residencial e Comercial João Pessoa/ Campina Grande	R\$ 1,4 milhão
	Ramal Industrial/GNV	R\$ 318 mil
Melhoria e Segurança	Odorização, proteção catódica, telemetria, cromatografia, materiais e equipamentos e outros serviços	R\$ 1,6 milhão
Gestão	Sistemas de gestão, softwares, hardwares e imóveis	R\$ 845 mil
Outros	Equipamento manutenção e saúde	R\$ 6 mil

Destques 2023 a 2027:

- Porto de Cabedelo (R\$ 6,8 milhões);
- Continuidade dos projetos de expansão residencial e comercial João Pessoa e Campina Grande (24,1 milhões);
- Polo Turístico Cabo Branco (R\$ 8,7 milhões);
- Continuidade dos projetos de saturação residencial e comercial João Pessoa e Campina Grande (5,7 milhões);
- Saturação Industrial (R\$ 56 mil);
- Projetos de melhoria que contemplam sistemas de odorização, proteção catódica, telemetria, cromatografia, supervisão e modernização de estações, além de aquisição/implantação de medidores, computadores de vazio, reguladoras e *shut-offs* (R\$ 6,4 milhões);
- Projetos de gestão envolvendo sistemas, softwares, hardwares e imóveis, totalizando R\$ 9,5 milhões, contemplando:
 - Aquisição de novo Datacenter em 2024 (R\$ 3 milhões);
 - Implantação de novo ERP em 2025 e 2026 (R\$ 4 milhões);
 - Implantação do sistema GIS em 2025 e 2026 (R\$ 700 mil);
 - Sistema GGAS e customizações de ERP e EQM (R\$ 852 mil);
 - Aquisição de equipamentos de TI (R\$ 900 mil).
- Aquisição de uma unidade móvel de atendimento em 2024 (R\$ 450 mil).

De forma resumida, a tabela abaixo apresenta a abertura dos investimentos por grupo e por ano para o período plurianual de 2023-2027, em R\$.

Investimento, R\$	2023	2024	2025	2026	2027
Rede de Distribuição	10.363.533	12.802.602	12.106.276	12.916.165	13.952.328
Expansão	7.076.154	9.363.240	9.230.192	10.120.481	10.837.588
Saturação	1.732.949	1.517.918	1.547.458	1.352.333	1.383.734
Segurança	176.956	0	0	0	0
Melhoria	1.377.473	1.921.445	1.328.626	1.443.351	1.731.006
Gestão	844.613	3.503.525	3.038.593	2.588.279	321.546
Sistemas	479.613	503.525	2.538.593	2.388.279	121.546
Softwares e hardwares	200.000	3.000.000	500.000	200.000	200.000
Imóveis	165.000	0	0	0	0
Outros	6.000	450.000	0	0	0
Total	11.214.146	16.756.127	15.144.869	15.504.444	14.273.874



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

dos Serviços Locais de gás canalizado, conforme descrito na nota explicativa nº 1. Segundo o contrato, o Poder Concedente regula os serviços prestados, juntamente com a tarifa a ser cobrada dos usuários pelo fornecimento de gás, a qual deve remunerar a Concessionária ao longo do contrato, razão pela qual os ativos aplicados na prestação dos serviços de gás canalizado são classificados como ativo intangível, conforme requerido pela ICPC 01. Dessa forma, a Concessionária reconhece como ativo intangível, todos os valores por ela despendidos para a formação dos ativos ligados à Concessão, os quais são passíveis de recuperação via tarifa, num prazo de dez anos, dentro do período da Concessão, conforme estipulado no contrato.

Extinta a concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização correspondente aos investimentos realizados nos dez anos anteriores ao término da concessão, os quais serão registrados como ativos financeiros da concessão.

a. Composição

	31/12/2022			31/12/2021		
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Terrenos	304	-	304	304	-	304
Móveis e utensílios	1.571	(1.028)	543	1.571	(922)	649
Hardware	3.412	(2.098)	1.314	3.401	(1.881)	1.520
Rede de Distribuição	147.895	(114.350)	33.545	142.233	(108.089)	34.145
Outros	3.548	(2.615)	933	3.473	(2.447)	1.026
Intangível em formação (*)	4.686	-	4.686	4.123	-	4.123
Intangível concessão	161.416	(120.091)	41.325	155.105	(113.338)	41.767
Direitos de uso de softwares	2.600	(1.911)	689	2.582	(1.738)	844
	164.016	(122.022)	42.014	157.687	(115.076)	42.611

(*) A conta "Intangível em formação" refere-se aos investimentos realizados pela Companhia na expansão da sua rede de distribuição, ainda em fase de construção.

b. Movimentação

	Taxa de Amortização% a.a. *	31/12/2022			31/12/2021		
Contratos de concessões		Saldo inicial	Adições	Saldo Final	Saldo Inicial	Adições	Saldo Final
Custo		155.106	6.311	161.417	148.171	6.934	155.106
Amortização	10	(113.338)	(6.753)	(120.091)	(107.600)	(5.738)	(113.338)
		41.767	(442)	41.326	40.571	1.196	41.767
Software e direito de uso							
Custo		2.582	18	2.599	2.582	-	2.582
Amortização	10	(1.739)	(173)	(1.911)	(1.533)	(206)	(1.739)
		843	(155)	688	1.049	(206)	843
Total do intangível		42.611	(596)	42.014	41.620	991	42.611

*A taxa de amortização para todos os bens da concessão é de 10% ao ano, conforme definido em contrato. Reconhecida amortização do intangível no valor de R\$ 6.926 (R\$ 5.945 em 31/12/2021).

O total de adições no exercício líquido que afetaram o caixa foi de R\$ 6.329 (R\$ 6.934 em 31/12/2021)

9. Fornecedores

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedor de gás	18.949	21.464
Fornecedores de materiais e serviços	1.051	1.516
	20.000	22.980

Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normaldos negócios, as quais são classificadas como passivos circulantes.

10. Empréstimos e Financiamentos

Em 31/08/2020, a Companhia contraiu empréstimo em linha de Capital de Giro no valor total de R\$ 9 milhões do Banco Santander Brasil S/A. O montante será amortizado em 24 (vinte e quatro) meses, com carência de 90 (noventa) dias, com início da liquidação em 30/11/2020 e última parcela paga em 29/08/2022. Esta operação tem taxa de juros prefixada em 4,3% ao ano acrescido de correção pelo índice CDI (certificados de depósito interbancários) – atualmente em 1,90% ao ano.

O total de juros pagos no exercício de 2022 foi de R\$ 185 (R\$ 448 em 31/12/2021).

	31/12/2022	31/12/2021
Financiamento Santander	-	3.273
Juros Financimento	-	53
Custo da transação amortizar	-	(53)
	-	3.273
Financiamento Circulante	-	3.273
Financiamento Não Circulante	-	3.273

11. Obrigações trabalhistas e encargos sociais a pagar

	31/12/2022	31/12/2021
Impostos e contribuições sociais sobre folha de pagamento	661	589
Participação lucros e resultados	653	241
Provisão para férias e encargos	1.499	1.358
	2.813	2.188

12. Tributos a Pagar

	31/12/2022	31/12/2021
PIS a pagar	84	126
COFINS a pagar	395	585
INSS terceiros a pagar	42	70
IRRF a pagar	306	438
Outros tributos a pagar	43	61
	870	1.286

13. Dividendos Propostos e JSCP a pagar

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição do dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, conforme determina a Lei nº 6.404/76, nos termos do seu artigo 202.

De conformidade com a Resolução nº 1.398/12 do CFC, ITG 08 – Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, os dividendos reconhecidos no passivo circulante correspondem aos 25% mínimos estabelecidos, estando o restante dos dividendos à disposição da AGO demonstrados em conta específica de dividendo adicional proposto no patrimônio líquido.

Para os JSCP, estes foram imputados ao dividendo mínimo obrigatório em 2022.

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	19.759	6.859
(-) Reserva legal	(988)	(343)
(-) Reserva de incentivo fiscal	(3.109)	(716)
Lucro líquido a ser distribuído	15.662	5.800

Dividendos propostos pela Administração

Dividendos Propostos	10.907	2.343
JSCP	4.755	3.457
(-) IRRF JSCP	296	430
JSCP a pagar	4.459	3.027

Conforme 28º AGO realizada em 20 de abril de 2022 foi aprovado o pagamento em 29/04/2022 o valor de R\$ 2.343 referente aos dividendos propostos de 2021, como também foi aprovado o pagamento do JSCP no valor líquido de R\$ 3.027 em 16/12/2022.

14. Débitos nas operações de venda e aquisição de gás

	31/12/2022	31/12/2021
Compel – Cia Nordestina de Papel	102	102
Total circulante:	102	102

Coteminas S/A	489	1
Total não circulante:	489	1

Corresponde ao gás pago e não retirado pelos usuários. Ocorre a operação "pagamento a título de retirada mínima" quando os usuários não retiram o volume de gás mínimo estabelecido em contrato. A PBGAS emite nota de débito equivalente à aplicação da tarifa de venda de gás natural aplicado sobre o volume restante para se alcançar a quantidade mínima contratual, e o usuário realiza o pagamento, adquirindo o direito a recuperação que dar-se-á sempre quando o cliente consumir volumes superiores ao mínimo exigido em contrato.

Desta forma, a Companhia registra um passivo decorrente desse pagamento antecipado "a título de cumprimento da retirada mínima de gás" e o usuário utiliza este seu crédito no pagamento de faturas posteriores. Estes débitos são atualizados de acordo com a variação da tarifa da PBGAS, tendo como contrapartida aumento (redução) do passivo e despesa (receita) operacional.

15. Servidões de passagem

	31/12/2022	31/12/2021
Servidão de Passagem (a)	-	1.197
Total	-	1.197

(a) Servidão de passagem: Realizada reversão do valor a pagar referente às taxas de servidão de passagem do DNIT, em função de prazo prescricional de cobrança por parte do referido órgão.

16. Provisão para contingências

A Companhia em 31 de dezembro de 2022 tem registrada provisão para perdas em processos no montante de R\$ 1.802 (R\$ 1.174 em 31/12/2021), decorrentes do curso normal de suas operações.

A composição da provisão para passivos eventuais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 está assim demonstrada:

	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhista	83	83
Cível	1.802	1.091
	1.802	1.174

A Administração da Companhia, baseada no parecer de seus assessores jurídicos, classificou os processos judiciais de acordo com o grau de risco de perdas prováveis e possíveis conforme segue:

Cíveis: A Companhia possui processos cíveis relativos à indenização por danos morais e materiais, no montante de R\$ 1.802 (R\$ 1.091 em 31/12/2021). Baseados na opinião de seus assessores jurídicos a Companhia efetuou a provisão deste montante considerado provável de perda.

Os processos trabalhistas considerados como possíveis têm como valor histórico o total de R\$2.665.

A movimentação da conta de provisão para passivos eventuais, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, está assim demonstrada:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	1.165	1.165
Provisões efetuadas	876	9
Pagamentos e/ou reversão efetuados	(239)	-
	1.802	1.174

17. Patrimônio líquido

a. Capital social

A composição acionária em 31 de dezembro de 2022 e 2021 pode ser demonstrada conforme quadro abaixo:

Acionista	Ações ordinárias	%	Ações preferenciais	%	Total de ações	Capital social 31/12/2022
						R\$
Estado da Paraíba	420.971	75,5	557.576	50	978.547	34.365
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.	136.604	24,5	557.576	50	694.180	24.379
Total	557.575	100	1.115.152	100	1.672.727	58.744
Acionista	Ações ordinárias	%	Ações preferenciais	%	Total de ações	Capital social 31/12/2021
						R\$
Estado da Paraíba	280.902	51,0	-	-	280.902	9.864
Petrobras Gás S.A. - Gaspetro	134.940	24,5	550.783	50	685.723	24.082
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.	134.940	24,5	550.783	50	685.723	24.082
Total	550.782	100	1.101.566	100	1.652.348	58.028

Em 21/07/2022 foi realizada a transferência de ações por compra e venda entre o acionista Petrobras Gás S.A. – Gaspetro, atualmente COMMIT Gás S.A, para o acionista Estado da Paraíba. Com esta operação o Estado da Paraíba passou a deter 58,5% do capital social total da Companhia e a Mitsui Gás do Brasil Ltda o percentual de 41,5% do total.

A 121ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de dezembro de 2022 aprovou o aumento de capital no montante de R\$ 715, proveniente da incorporação de incentivos fiscais de redução de 75% do Imposto de Renda (Lei 4.239/63 e Lei 8.191/91), com a emissão de 13.586 ações, sendo 6.793 ordinárias e 13.586 preferenciais, todas de classe única, sem valor nominal e inconversíveis de umaclasse em outra.

A 114ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2021 aprovou o aumento de capital no montante de R\$ 314, proveniente da incorporação de incentivos fiscais de redução de 75% do Imposto de Renda (Lei 4.239/63 e Lei 8.191/91), com a emissão de 8.936 ações, sendo 2.980 ordinárias e 5.956 preferenciais, todas de classe única, sem valor nominal e inconversíveis de umaclasse em outra.

O capital autorizado da Companhia é de 6.000.000 de ações.

O capital social pertence inteiramente aos acionistas domiciliados no País em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

b. Reserva de lucros

(i) **Reserva legal:** É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social, em conformidade com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações. A destinação para essa reserva ocorre anualmente.

(ii) **Reserva de incentivos fiscais:** É constituída mediante destinação de parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais, decorrentes de doações ou subvenções governamentais, em conformidade com o art. 195-A da Lei das Sociedades por Ações.

Para a PBGAS, este valor refere-se ao incentivo para subvenção de investimentos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) com o benefício de redução de 75% do IRPJ sobre o Lucro da Exploração obtido pela Companhia conforme Laudo Constitutivo nº 0215/2016. O valor desta reserva deverá ser utilizado para futuro aumento de capital, sendo vedada a sua distribuição aos acionistas na forma de dividendos.

18. Saldos e transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, bem como as transações que influenciaram o resultado no período dos 12 (doze) meses, relativas às operações com partes relacionadas foram realizados em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações.

	Petrobras		Gaspetro*		Mitsui		Estado da Paraíba	
Transações	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Ativo Circulante								
Contas a receber de Clientes	-	-	-	-	-	-	10	34
Passivo Circulante								
Fornecedor	-	21.464	-	-	-	-	-	-
Dividendos/JSCP a pagar	-	-	-	1.220	1.824	1.220	2.988	587
Resultado								
Compra de gás natural (**)	-	136.143	-	-	-	-	-	-
Reembolso Acionista	-	-	-	52	390	387	-	-

(*) Transferência de ações por compra e venda entre o acionista Petrobras Gás S.A – Gaspetro para o Estado da Paraíba, em 21/07/2022.

(**) As compras de gás natural estão demonstradas líquidas de impostos.

A Companhia celebrou com a Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRAS, em 30 de setembro de 2020, contrato de suprimento com vigência entre 01 de outubro de 2020 e 31 de dezembro de 2023, cuja QDC inicial foi 200.000m³/dia, posteriormente alterada para 220.000m³/dia, através do 1º Aditamento ao Contrato, firmado em 01 de dezembro de 2020. Para os anos de 2022 e 2023 esta QDC passa a ser de 80.000m³/dia, contudo em 09/11/2022 foi firmado novo aditamento com o objetivo de redução de QDC para 39.000 a partir de 01/01/2023.

Em função da abertura do mercado de gás e possibilidade de novos fornecedores para atendimento à demanda da Companhia, foi lançada, em 22 de junho de 2021, a Chamada Pública com objetivo de diversificar as fontes supridoras e buscar melhores condições mercadológicas para os usuários de gás canalizado do estado da Paraíba.

A Chamada Pública resultou na contratação da Potiguar E&P S/A para os exercícios 2022 e 2023 com a QDC de 80.000m³/dia e 100.000m³/dia, respectivamente, com a possibilidade de aumento da QDC para 120.000m³/dia, direito exercido pela Companhia a partir de 01/01/2023. E ainda, um segundo contrato com a Petróleo Brasileiro S/A para o período de 2022 a 2025, cuja QDC é de 80.000m³/dia para o primeiro ano e 71.000m³/dia para os demais.

19. Receita líquida

	31/12/2022	31/12/2021
Receita bruta		
Gás veicular	97.195	73.628
Gás industrial	190.808	154.295
Gás residencial	12.238	9.718
Gás comercial	12.092	8.297
	312.333	245.938
(-) Impostos sobre faturamento		
ICMS	(45.599)	(46.614)
PIS*	(4.380)	(4.057)
COFINS*	(20.175)	(18.688)
(-) Vendas Canceladas	(-)	(39)
	242.179	176.540
Receita de construção - ICPC 01	6.082	9.138

* Em 23/06/2022 foi publicada a Lei Complementar 194/2022 que em seu artigo 9º B, expressa: "Até 31 de dezembro de 2022, ficam reduzidas a 0 (zero) as alíquotas das contribuições de que tratam o caput e o § 1º do art. 9º desta Lei Complementar incidentes sobre a receita ou o faturamento na venda ou sobre a importação de gás natural veicular classificado nos códigos 2711.11.00 ou 2711.21.00 da NCM."

20. Custos dos produtos vendidos

	31/12/2022	31/12/2021
Custo de gás natural (a)	(181.265)	(136.142)
Pessoal	(3.755)	(3.381)
Odorização	(96)	(95)
Custo transporte gás	(7.514)	(312)
Serviços de terceiros	(2.875)	(3.847)
Aluguéis	(274)	(287)
Materiais de manutenção	(85)	(45)
Seguros	(414)	(292)
Amortização	(5.835)	(5.822)
	(202.113)	(150.223)

Custo de Construção – ICPC 01

	31/12/2022	31/12/2021
(a) O custo do gás natural por segmento é dividido conforme abaixo:		
Gás veicular	(56.985)	(39.935)
Gás industrial	(114.860)	(89.830)
Gás residencial	(4.152)	(2.914)
Gás comercial	(5.268)	(3.463)
	(181.265)	(136.142)

21. Despesas comerciais

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(2.459)	(2.192)
Serviços de terceiros	(403)	(562)
Conversão de clientes	(681)	(646)
	(3.543)	(3.400)

22. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(13.453)	(11.416)
Serviços de terceiros	(2.521)	(1.853)
Gerais e administrativas	(1.505)	(1.828)
Aluguéis	(274)	(269)
Viagens e representações	(126)	(72)
Amortização	(659)	(806)
Depreciação - Arrendamento	(583)	(436)
Tributárias	(1.756)	(1.193)
	(20.877)	(17.873)

Outras receitas/despesas operacionais

	31/12/2022	31/12/2021
Outras Receitas Operacionais		
Ganho gás pago não fornecido	926	306
Outras receitas operacionais (a)	1.198	237
Ressarcimento despesa/recuperação de crédito	11	-
Receita de penalidade contratual	487	827
	2.622	1.370

Outras Despesas Operacionais

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de provisões	(876)	(9)
Perda na atualização das operações de gás	(32)	(16)
Despesa de penalidade contratual (b)	(404)	(175)
Baixa de ativo	(6)	(142)
Indenizações e ressarcimentos	(1)	(1)
Outras despesas operacionais	(206)	(158)
	(1.526)	(501)

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.

(a) Outras receitas operacionais, valor decorrente de:

Reversão do valor de R\$ 1.198 em função de prazo prescricional de cobrança por parte DNIT referente às taxas de servidão de passagem do referido órgão.

(b) Despesa de penalidade contratual, valores decorrentes de:

QUESTIONÁRIO DE RISCO
QUESTIONÁRIO SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL POR
PRÁTICAS
TRABALHISTAS (EPL)



DADOS GERAIS DO PROPONENTE

1. Nome do Proponente: COMPANHIA PARAIBANA DE GÁS -PBGÁS
2. CNPJ: 00.371.600/0001-66
3. Endereço: Rua Antônio Rabelo Júnior, 161, 12º e 19º andar - Miramar - João Pessoa - PB
4. Web site: <http://www.pbgas.com.br>
5. Data de início das atividades: 05 de outubro de 1995
6. Ramo de atividade da Proponente e Subsidiárias: Distribuição e Comercialização de Gás Natural no Estado da Paraíba
7. Relacionar as filiais, subsidiárias, co-ligadas ou qualquer outra empresa do grupo que se aplica a este questionário. Informar razão social da empresa, CNPJ, cidade, estado, atividade principal e data de início das operações.

QUADRO DE EMPREGADOS DA PROPONENTE

1. Forneça o número atual de empregados a serviço da Proponente e de suas controladas por país (inclusive os membros do conselho de administração e do conselho executivo):

País	Tempo integral	Expediente parcial	Temporários
Brasil	70	12	
Total	70	12	

2. Indicar a percentagem anual (%) de rotatividade de empregados dos últimos 3 anos. A taxa de rotatividade deve ser calculada dividindo o número de demissões durante o mês pelo número médio de empregados na folha de pagamento durante o mês e o resultado deve ser multiplicado por 12.

Ano	% Rotatividade de empregados
2020	0,72%
2021	0,12%
2022	0,49%

3. Indicar a quantidade de rescisões ocorreu nos últimos 12 meses:

Tipo de rescisão	Nº de rescisões
Demissão Voluntária	0
Demissão sem justa causa	3
Demissão com justa causa	0
Abandono de Emprego	0
Afastamento por licença por Doença, Invalidez ou acidente de trabalho	2

RECURSOS HUMANOS DA PROPONENTE

QUESTIONÁRIO DE RISCO
QUESTIONÁRIO SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL POR
PRÁTICAS
TRABALHISTAS (EPL)



1. O Proponente possui Departamento de Recursos Humanos? Se não, quem executa as funções de recursos humanos? Forneça os detalhes sobre as pessoas envolvidas na execução das funções de recursos humanos.

☒ Sim ☐ Não

2. O Proponente utiliza questionário admissional para todos os candidatos? Se a não, quais empregados ficam dispensados de preenchê-lo e como é realizado o processo de contratação?

☐ Sim ☒ Não

3. O Proponente segue uma política formal de orientações para novos empregados?

☒ Sim ☐ Não

4. O Proponente faz a avaliação de desempenho por escrito de todos os empregados regularmente?

☒ Sim ☐ Não

5. O Proponente realiza testes sobre drogas / saúde / aptidões com todos os empregados? Se sim, informe quando são realizados os testes.

☐ Sim ☒ Não

6. A Proponente possui guia de emprego? Se sim, o material é distribuído a todos os empregados?

☐ Sim e é distribuído ☐ Sim, mas não é distribuído ☒ Não

7. O Proponente exige que as rescisões sejam supervisionadas pelo RH?

☒ Sim ☐ Não

8. O Proponente contrata Consultoria Jurídica para acompanhar as rescisões?

☐ Sim ☒ Não

9. O Proponente possui programa de recolocação de pessoas que auxilia os empregados demitidos na busca de novos empregos?

☐ Sim ☒ Não

10. Informe quais das políticas abaixo fazem parte do Código de Conduta RH:

Política para:	No Código de Conduta
Proibição de discriminação	<input checked="" type="checkbox"/>
Política anti-assédio sexual	<input checked="" type="checkbox"/>
Rescisões	<input type="checkbox"/>
Tratamento confidencial de tratamentos médicos	<input checked="" type="checkbox"/>
Política de licença-gravidez	<input checked="" type="checkbox"/>
Procedimentos para lidar com reclamações	<input checked="" type="checkbox"/>
Instalação para pessoas com deficiências	<input type="checkbox"/>

11. Sobre os sistemas operacionais:

a. Todos os empregados possuem acesso a e-mail?

QUESTIONÁRIO DE RISCO
QUESTIONÁRIO SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL POR
PRÁTICAS
TRABALHISTAS (EPL)



☒ Sim ☐ Não

b. Existe uma política escrita sobre o uso e conservação de dados eletrônicos, como por exemplo, e-mail, correio de voz, dados do computador, etc...?

☒ Sim ☐ Não

OUTRAS INFORMAÇÕES

1. O Proponente possui políticas estabelecidas por escrito referente à conduta do empregado quando lida com terceiros, inclusive o compromisso de não discriminar e não assediar?

☒ Sim ☐ Não

2. Existem políticas para responder às reclamações de violação das leis de assédio, discriminação ou direitos civis de terceiros?

☐ Sim ☒ Não

3. O Proponente adquiriu empresas ou obteve participação em empresas nos últimos três anos?

☐ Sim ☒ Não

4. Com respeito às empresas adquiridas, os empregados, sócios ou executivos foram demitidos ou a Controladora planeja rescindir o contrato dos empregados, sócios ou executivos nos próximos 18 meses?

☐ Sim ☒ Não

5. Houve corte de pessoal, dispensas temporárias ou foram fechadas fábricas, instalações, filiais ou escritórios nos últimos 12 meses?

☐ Sim ☒ Não

6. A Controladora prevê a ocorrência de fusões ou aquisições nos próximos 18 meses?

☐ Sim ☒ Não

INFORMAÇÕES SOBRE RECLAMAÇÕES

1. O Proponente tem conhecimento de alguma circunstância ou acontecimento que possa dar origem a uma reclamação? Em caso positivo, favor detalhar.

☐ Sim ☒ Não

2. Houve alguma reclamação contra o Proponente ou alguma de suas Subsidiárias durante os últimos cinco anos? Se sim, favor informar detalhes.

☐ Sim ☒ Não

3. Indique todas as reclamações do Proponente e suas Subsidiárias durante os últimos 5 anos que envolvam serviços que possam estar cobertos por este seguro. Para cada reclamação, favor indicar os valores pagos com custos judiciais / extrajudiciais, acordos e outros valores.

N/A

QUESTIONÁRIO DE RISCO
QUESTIONÁRIO SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL POR
PRÁTICAS
TRABALHISTAS (EPL)



4. Favor informar a(s) importância(s) segurada(s) pretendida(s)?

☐ R\$ 500.000,00

☐ R\$ 1.000.000,00

☐ R\$ 3.000.000,00

☒ R\$ 5.000.000,00

☐ R\$ 10.000.000,00

☐ Outros: R\$

João Pessoa, 06 de junho de 2023

LUCIANO VIANA DE MELO

Gerente de Administração e Suprimentos

MARIO THIAGO ALVES ROMERO

Diretor Administrativo Financeiro



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 7294-8759-62E2-BEE8

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ADRIANA DE FATIMA FERREIRA DO EGITO (CPF 804.XXX.XXX-68) em 06/06/2023 10:40:30
(GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://pbgas.1doc.com.br/verificacao/7294-8759-62E2-BEE8>

Segurado/Tomador
COMPANHIA PARAIBANA DE GÁS – PBGÁS
Rua Antônio Rabelo Júnior, nº161 – Bairro Miramar
JOÃO PESSOA /PB
CEP. 58.032-090

SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL POR PRÁTICAS TRABALHISTAS (EPL)
QUESTIONÁRIO COMPLEMENTAR (RÚSSIA/UCRÂNIA)
PARTE 01

1. Questionário devidamente preenchido, datado e assinado pelo Tomador.

Resposta: Questionário em anexo.

2. Questões relacionadas ao conflito entre Rússia e Ucrânia:

(i) Qual o percentual de receita gerado por negócios direta e/ou indiretamente relacionados com a Rússia ou Ucrânia? Há um percentual de geração de receita maior do que 5%? Caso positivo, encaminhar maiores detalhes sobre quais são as fontes de receita e o percentual exato de geração.

Resposta: Não temos negócios com a Rússia e a Ucrânia.

(ii) Como estão as relações com os fornecedores/ clientes Russos e Ucrânicos? Ainda existe geração de negócios ou estão parados? Há algum posicionamento oficial da empresa com relação aos fornecedores/ clientes destes dois países?

Resposta: Não temos negócios com a Rússia e a Ucrânia.

(iii) Há alguma operação da Tomadora, Organizações e/ou suas controladas/subsidiárias e/ou Entidades Externas na Ucrânia ou na Rússia?

Resposta: Não.

(iv) Há algum tipo de relação da Tomadora, Organizações e/ou suas controladas/subsidiárias e/ou Entidades Externa com bancos e/ou qualquer sistema financeiro da Rússia ou da Ucrânia?

Resposta: Não.

(v) Quais os impactos previstos pela administração na operação da Tomadora, Organizações e/ou suas controladas/subsidiárias e/ou Entidades Externa com relação aos recentes movimentos de sanções econômicas impostas à Rússia por diversos países? Favor detalhar.

Resposta: Sem qualquer impacto previsto diretamente.

QUESTIONÁRIO COMPLEMENTAR (COVID-19)**PARTE 2**

1. A empresa divulgou ou planeja alterações nas divulgações para abordar o impacto potencial da corona vírus (COVID)?

Resposta: Foram realizadas campanhas educativas.

2. Como o Proponente avalia e mitiga o risco de não conformidade com os requisitos de divulgação?

Resposta: Apenas utilizamos fontes oficiais do governo Estadual e Federal.

3. A empresa antecipa algum impacto financeiro devido ao Corona vírus (liquidez, queda nas vendas, custos mais altos, cobranças por redução ao valor recuperável etc.). Se sim, quantifique e especifique planos para minimizar o impacto.

Resposta: Reforçamos os controles na gestão da demanda do suprimento.

4. Quais os riscos de atrasos na produção / serviço ou falta de produtos / serviços que a empresa enfrenta devido ao Corona vírus? Forneça detalhes por produto / serviço (por exemplo, escassez de materiais / cadeia de suprimentos?) E especifique planos de contingência para minimizar o impacto.

Resposta: Não existem riscos identificados.

5. Como a empresa está protegendo sua própria força de trabalho contra a exposição ao Corona vírus e cumprindo a Lei do Trabalho?

Resposta: Temos um comitê formal para tratar do tema, e esse grupo conduz ações de orientações, monitoramento de sintomas e testes.

6. A empresa possui práticas de gerenciamento de crises especificamente para situações de pandemia?

Resposta: Temos um comitê regular que monitora todas as ocorrências ligadas a Covid-19.

João Pessoa (PB), 30 de maio de 2023

COMPANHIA PARAIBANA DE GÁS – PBGÁS.

Diretoria Administrativa e Financeira



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 49EC-83B3-EFDD-AA33

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



JOSÉ EDMILSON DE SOUZA FILHO (CPF 024.XXX.XXX-86) em 06/06/2023 15:12:50 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://pbgas.1doc.com.br/verificacao/49EC-83B3-EFDD-AA33>